



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL**

PAUTA DA 5ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**26/03/2015
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: Senador Luiz Henrique**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 26/03/2015.**

5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA
Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 71/2014 - Não Terminativo -	SEN. TASSO JEREISSATI	7
2	MSF 3/2015 - Não Terminativo -	SEN. TASSO JEREISSATI	46
3	MSF 64/2014 - Não Terminativo -	SEN. CRISTOVAM BUARQUE	90
4	MSF 6/2015 - Não Terminativo -	SEN. ANA AMÉLIA	130

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315 a 6317
Gleisi Hoffmann(PT)	PR (61) 3303-6271	3 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Lasier Martins(PDT)	RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Marta Suplicy(PT)	SP (61) 3303-6510
Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)	AL (61) 3303-6148 / 6151
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303- 6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6746/6751/6
Luiz Henrique(PMDB)	SC (61) 3303- 6446/6447	3 Valdir Raupp(PMDB)	RO (61) 3303- 2252/2253
Eunício Oliveira(PMDB)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PSD)	DF (61) 3303- 6640/6645/6646
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303- 6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303- 4502/4503	3 José Serra(PSDB)	SP (61) 3303-6651 a 6657 e 6659
Antonio Anastasia(PSDB)(11)	MG (61) 3303-5717	4 Cássio Cunha Lima(PSDB)(9)(12)	PB (61) 3303- 9808/9806/9809
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303- 9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Marcelo Crivella(PR)B)	RJ (61) 3303- 5225/5730
Magno Malta(PR)	ES (61) 3303- 4161/5867	2 Wellington Fagundes(PR)	MT (61) 3303-6213 a 6219

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLPPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
 SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
 TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
 FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
 E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 26 de março de 2015
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA
5ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Inclusão de dois novos itens.

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2014

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação.

Observações:

1 - Em 19/03/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do Indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta reunião.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)
[Avulso da matéria](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 3, de 2015

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 19/03/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do Indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta reunião.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)
[Avulso da matéria](#)

EXTRAPAUTA

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2014

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Observações:

Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)
[Avulso da matéria](#)

ITEM 4**MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2015****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Observações:

Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)
[Avulso da matéria](#)

1



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 71, de 2014 (Mensagem nº 247, de 15/08/2014, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e do art. 39 combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.*

RELATOR: Senador **TASSO JEREISSATI**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidente da República deseja fazer do nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o *curriculum vitae* elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ é filho de Francisco Luz e Eunice Soares Luz, tendo nascido em Poços de Caldas – MG, a 11 de março de 1962.

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, ingressou na carreira diplomática em 1983, por concurso, tornando-se Terceiro Secretário no ano seguinte. Foi promovido a Segundo Secretário em 1989, a Primeiro Secretário em 1996, a Conselheiro em 2004, a Ministro de Segunda



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Classe em 2007 e a Ministro de Primeira Classe em 2013, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Secretaria de Estado das Relações Exteriores destaca-se a de Coordenador-Executivo do Departamento de Comunicações e Documentação. No exterior, serviu na Embaixada do Brasil em Buenos Aires, de 1988 a 1992; na Embaixada em Havana, de 1992 a 1995; na Embaixada em Washington de 1998 a 2001; Embaixada em Pretória, de 2001 a 2004; Embaixada em Maputo, de 2004 a 2009, como Encarregado de Negócios; Embaixada em Harare, como Encarregado de Negócios em missão transitória, em 2007; e na Embaixada em Dar es Salam, como Embaixador.

Em 1997, recebeu a Ordem do Mérito da República Italiana, no grau de Oficial. Em 2002, publicou a obra “Brazil in Brief”, já na sua quinta edição, pela Editora da Universidade da África do Sul.

De acordo com o informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexo à mensagem presidencial, o Reino Hachemita da Jordânia é um país do Oriente Médio limítrofe à Síria, ao Iraque e à Arábia Saudita, com o qual o Brasil possui saldo comercial superavitário. A Jordânia foi o 81º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,06% no comércio exterior de nosso país em 2013. Entre 2009 e 2013, o comércio Brasil-Jordânia cresceu 57,4%, de US\$ 189,6 milhões para US\$ 298,4 milhões. O Brasil exporta majoritariamente produtos básicos, com destaque para carne, cereais e café. Importa daquele país quase unicamente produtos manufaturados, que em 2013 representaram 93,2% do total, com destaque para adubos e máquinas.

Na agenda de cooperação bilateral, destaca-se o Memorando de Entendimento para cooperação técnica em agricultura e o acordo de cooperação na área cultural vigentes, respectivamente, desde 2009 e 2010.

No tocante à política externa jordaniana, registre-se que a Jordânia, governada pelo Rei Abdullah II, desempenha importante papel no encaminhamento do processo de paz árabe-israelense. Faz parte do chamado “Quarteto Árabe” para a paz, que congrega países árabes de maioria sunita (Egito, Jordânia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), encarregado de



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

promover a Iniciativa Árabe de Paz. O Rei vem afirmando que a solução da questão palestina é o objetivo principal da política externa jordaniana, que apoia a solução de dois Estados com base nas fronteiras de 1967.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 71, DE 2014

(nº 247/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.

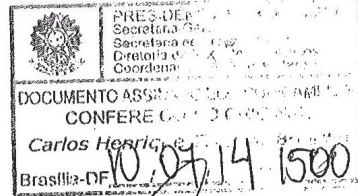
Os méritos do Senhor Francisco Carlos Soares Luz que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2014.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'D. Luz', written in a cursive style.

13

EM nº 00275/2014 MRE



Brasília, 10 de Julho de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

EM Nº 00.275 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 30 de julho de 2014.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ**

CPF.: 239.791.271-68

ID.: 8457 MRE

1962 Filho de Francisco Luz e Eunice Soares Luz, nasce em 11 de março, em Poços de Caldas/MG

Dados Acadêmicos:

1983 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1990 Pós-graduação, Course on International Negotiation, organizado pelo PNUD e pelo Instituto Torcuato di Tella, Buenos Aires
1993 CAD, IRBr
2006 CAE – IRBr. A Questão da Aids na África Austral: Realidade e Perspectivas da Cooperação Brasileira com os Países da Região para o Combate à Pandemia.

Cargos:

1983 CPCD – IRBr
1984 Terceiro-Secretário
1989 Segundo-Secretário
1996 Primeiro-Secretário, por merecimento
2004 Conselheiro, por merecimento
2007 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2013 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1985-87 Divisão de Formação e Treinamento, assistente
1987-88 Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, assistente
1988-92 Embaixada em Buenos Aires, Terceiro e Segundo-Secretário
1992-95 Embaixada em Havana, Segundo-Secretário
1995-98 Departamento de Comunicações e Documentação, Coordenador-Executivo
1998-2001 Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
2001-04 Embaixada em Pretória, Primeiro-Secretário
2004-09 Embaixada em Maputo, Encarregado de Negócios
2007 Embaixada em Harare, Encarregado de Negócios em missão transitória
2009- Embaixada em Dar es Salam, Embaixador

Condecorações:

1997 Ordem do Mérito da República Italiana, Itália, Oficial

Publicações:

2002 Brazil in Brief (quinta edição), Editora da Universidade da África do Sul (UNISA), Editora



ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento do Oriente Médio
Divisão do Oriente Médio I

JORDÂNIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2014

Dados Básicos	
NOME OFICIAL	Reino Hachemita da Jordânia
CAPITAL	Amã
ÁREA	89.206 km ²
POPULAÇÃO	6,5 milhões (composição da população: árabes palestinos 56%, árabes jordanianos 42,2%, outros 2,7%)
IDIOMA OFICIAL	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	92% muçulmanos sunitas, 6% cristãos (católicos e ortodoxos), 2% muçulmanos xiitas e drusos.
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Câmara Alta e Câmara Baixa)
CHEFE DE ESTADO	Rei Abdullah II
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Abdullah Nsour (2012) [também grafado Ensour]
MINISTRO DO EXTERIOR	Nasser Judeh (2009)
PIB (2013)	US\$ 33,86 bilhões
PIB PPP (2013)	US\$ 40,02 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (2013)	US\$ 5.207,3
PIB PPP PER CAPITA (2013)	US\$ 6.115
VARIAÇÃO DO PIB (2013)	3,25%
IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	0,700 (100ª posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2013)	73,5 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	92,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar jordaniano (JOP)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Malek Twal
COMUNIDADE BRASILEIRA	Há cerca de 1.650 brasileiros residentes na Jordânia

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ MI - FOB)

Fonte: MDIC/SECEX/Aliceweb.

Brasil - Jordânia	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Exportações	104,99	113,59	113,59	294,04	177,15	220,33	189,37	215,64	291,78
Importações	1,97	5,53	8,22	24,02	12,23	1,52	1,67	1,93	6,62
Intercâmbio Total	106,96	119,12	121,81	318,06	189,55	221,86	191,04	217,57	298,4
Saldo comercial	103,01	108,05	105,36	270,02	165,07	218,81	187,70	213,70	285,16

DADOS BIOGRÁFICOS

Rei Abdullah II



Frequentou a Faculdade de Educação Islâmica (Jordânia); a Universidade Oxford (especialização em Oriente Médio); o Curso Avançado de Oficiais de Cavalaria em Fort Knox (EUA); e a Escola de Pós-Graduação Naval de Monterrey (EUA).

Abdullah II ascendeu ao trono em 1999, após a morte de seu pai, o Rei Hussein. Considerado um progressista, implementou reformas políticas e econômicas. Tem respondido aos desafios da "Primavera Árabe" com reformas constitucionais e realização de eleições parlamentares, reiterando seu desejo de implementar uma monarquia verdadeiramente parlamentar na Jordânia. Abdullah II, amparado na sua imagem modernizadora e na estabilidade e tradição monárquica, conta com amplo apoio popular.

No campo internacional, Abdullah II tem atuado com empenho nas negociações de paz no Oriente Médio, enquanto mantém sólidas relações com Israel e com os países do Ocidente. A aliança e a cooperação com os Estados Unidos e o tratado de paz com Israel são, contudo, impopulares na sociedade jordaniana.

Acompanhado de sua esposa de origem palestina, a Rainha Rania, realizou visita oficial ao Brasil em 2008.



Abdullah Nsour
Primeiro-Ministro

Abdullah Nsour (também transliterado Ensour) nasceu em Salt, noroeste da Jordânia, em 20 de janeiro de 1939. Formou-se em Estatística pela Universidade Americana de Beirute. É Mestre em Administração pela Universidade de Michigan e Doutor em Planejamento pela Universidade de Paris IV (Sorbonne).

Foi eleito membro do Parlamento jordaniano em 1989, 1993 e 2010 e tem sido reeleito desde então. Foi titular de diversas pastas ministeriais: Planejamento (1984 e 1985); Educação (1989); Negócios Estrangeiros (1991); Desenvolvimento Administrativo (1997); e Informação (1998). Ocupou o cargo de Vice-Primeiro-Ministro de março a agosto de 1998. Foi, ainda, Representante da Jordânia junto ao Banco Mundial e ao FMI, além de Delegado Alterno junto à UNESCO.

É Primeiro-Ministro desde outubro de 2012 e chefiou o Governo durante as eleições parlamentares de janeiro de 2013. Foi escolhido pelo Rei Abdullah II e endossado pelo parlamento para formar novo Gabinete (seu segundo), empossado em 30/3/2013.



Nasser Judeh
Ministro dos Negócios Estrangeiros

De família palestina, Judeh frequentou o colégio cristão La Salle, em Amã. Concluiu seus estudos no Reino Unido, no Eastbourne College, em Sussex, em 1979, e graduou-se na Escola de Serviço Exterior da Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos, em 1982.

De volta à Jordânia, Judeh ocupou assentos em conselhos de administração de importantes empresas do país, concentrando-se nas áreas de comunicação e de informação. Exerceu os cargos de assessor de imprensa da Royal Jordanian Airlines e Diretor-Geral da Rede de Rádio e Televisão da Jordânia.

No Governo, Judeh atuou como Ministro da Informação e, em novembro de 2007, assumiu o cargo de Ministro de Comunicações e Assuntos de Mídia, que ocupou até fevereiro de 2009, quando foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Judeh tem se mantido no cargo apesar das mudanças no Gabinete. Em março de 2013 foi, mais uma vez, escolhido para o cargo de Chanceler, tornando-se o único Ministro a se manter em seu posto apesar de sucessivas reformas de Gabinete nos últimos quatro anos.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais foram formalizadas em 1959, com a abertura da Legação brasileira em Amã, elevada, em 1964, à categoria de Embaixada, cumulativa com Beirute. Em 1984, foi aberta Embaixada na capital jordaniana. No mesmo ano, a Jordânia abriu sua Embaixada em Brasília.

Em outubro de 2008, em visita precedida pela do então Ministro de Negócios Estrangeiros Salaheddin Al-Bashir, o Rei Abdullah II e a Rainha Rania estiveram em Brasília e em São Paulo. O monarca avistou-se com o então Presidente Lula e com os Presidentes do Senado Federal e da Câmara de Deputados. Em São Paulo, participou da sessão inaugural do Fórum Econômico Comercial Brasil-Jordânia. O então Presidente Lula visitou a Jordânia em março de 2010, na primeira viagem oficial de um Chefe de Estado brasileiro àquele país. Em julho do mesmo ano, delegação de quatro ministros jordanianos visitou o Brasil.

À margem da III Cúpula ASPA (Lima, outubro de 2012), a Presidenta Dilma Rousseff reuniu-se com o Rei Abdullah II, ocasião em que trataram de temas bilaterais e da situação no Oriente Médio. O Rei sublinhou seu desejo de intensificar as relações com o Brasil e citou cooperação nas áreas de agricultura, educação e saúde. A Presidenta Dilma mostrou interesse em conhecer a experiência de informatização daquele país.

Em 16 de outubro de 2012, o então Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota realizou visita a Amã, no contexto de périplo que também incluiu Israel e Palestina. Na ocasião, manteve encontros com o Rei Abdullah II e com o Chanceler Nasser Judeh.

Brasil e Jordânia dispõem de 7 acordos bilaterais e 3 Memorandos de Entendimento em vigor, com destaque para o Memorando de Entendimento para cooperação técnica em agricultura e o acordo de cooperação na área cultural, vigentes, respectivamente, desde 2009 e 2010.

Em 2012 e 2013 o Governo brasileiro doou um total de US\$ 270 mil ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para atividades para assistência emergencial a refugiados sírios na Jordânia. Atualmente, encontra-se em curso a doação de 366 toneladas de arroz em atenção aos refugiados palestinos na Jordânia, no contexto da Lei 12.429, de 20/06/2011, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para cooperação humanitária internacional.

Encontra-se em construção, em Allan, na Jordânia, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o laboratório e consórcio científico internacional *Synchrotron-light for Experimental Science and Applications in the Middle East* (Sesame). Trata-se do maior experimento científico do Oriente Médio, com

papel crucial de promotor da diplomacia da ciência naquela região, em parceria com diversos países do Ocidente. O Projeto, que tem como membros plenos, além da Jordânia, Bareine, Chipre, Egito, Irã, Israel, Palestina, Paquistão e Turquia, conta ainda com a participação do Brasil como membro observador, desde setembro de 2013. O Brasil é representado no Conselho da entidade pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), entidade vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e responsável pela gestão do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS).

1) Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Jordânia conta com aproximadamente 1650 nacionais. É composta, em sua maioria, de pessoas de baixa renda. A maioria não fala português e reside em cidades do interior, ocupando-se de pequenos comércios e/ou agricultura.

Como são binacionais e, em sua maioria, muçulmanos, têm supridas as necessidades básicas de moradia, saúde e instrução pelo Estado jordaniano (embora o auxílio seja modesto) e são apoiados pelas famílias, segundo tradição local.

2) Empréstimos e financiamentos oficiais

Não constam dados a respeito de empréstimos ou financiamentos oficiais brasileiros ao governo ou a empresas jordanianas.

POLÍTICA INTERNA

Em 1921, o Emir do Hejaz (hoje a extremidade ocidental da Arábia Saudita, às margens do Mar Vermelho, que inclui as cidades sagradas de Meca e Medina, além de Jedá, ex-capital do Reino saudita), Abdullah bin Hussein, após ser expulso de seus domínios pela família Saud, foi nomeado Emir da Transjordânia, área então administrada pelo Reino Unido como mandato da Liga das Nações. Com a independência em 1946, o Emir foi coroado Rei Abdullah I; em 1955, o país adotou o nome atual de Reino Hachemita da Jordânia, após declarar que anexaria a Cisjordânia, hoje parte da Palestina. A segunda metade do século XX foi marcada pelo longo reinado do Rei Hussein (1952-1999).

Desde sua ascensão, em 1999, o Rei Abdullah II tem como principais objetivos domésticos a modernização da administração pública, a constituição de partidos políticos representativos e a implementação das reformas constitucionais adotadas gradualmente a partir de 2011.

O país teve quatro Primeiros-Ministros nos últimos três anos: Ma'ruf Bakhit (fevereiro-outubro de 2011); Awn Khasawneh (outubro de 2011-abril de 2012); Fayeze Tarawneh (abril-outubro de 2012) e Abdullah Nsour (outubro de 2012 até o momento), que, a pedido do Rei, assumiu com o mandato especial de levar a cabo as eleições de janeiro de 2013.

Na esteira das manifestações e da Primavera Árabe a partir de 2011, os protestos na Jordânia evoluíram rapidamente de movimento contra a carestia para demonstrações pela democratização. O Governo manteve controle da situação, e a estabilidade política não foi seriamente afetada. Certas camadas urbanas continuam a expressar insatisfação, sobretudo com dificuldades econômicas e com a extensão limitada das reformas políticas. Os grupos insatisfeitos são, porém, restritos, e o movimento reformista conta com número reduzido de manifestantes. Desde o início da Primavera Árabe, Abdullah II, amparado na estabilidade da monarquia, cuja existência não foi seriamente questionada, tem logrado manter o controle das reformas, ao circunscrever as críticas e os protestos ao Governo numa moldura de diálogo político controlado. As manifestações apresentaram alguns poucos episódios de violência.

O Legislativo jordaniano é bicameral, composto da Câmara dos Representantes (baixa) e do Senado ("Casa dos Notáveis", Câmara alta), ambas com mandatos de 4 anos. A Câmara dos Representantes conta com 150 membros eleitos por sufrágio universal; o Senado, com 75 membros, todos designados pelo Rei. De acordo com a Constituição, a Câmara Alta não pode ter mais da metade da quantidade de membros da Câmara Baixa.

Em 23/1/2013, realizaram-se eleições parlamentares na Jordânia. O índice de comparecimento às urnas foi de cerca de 57%. Os números

oficiais foram considerados pelo Governo como indicadores de êxito das eleições, levando-se em conta a não obrigatoriedade do voto, a tradicional apatia da população com relação aos processos eleitorais e o boicote do principal partido do país, a Frente de Ação Islâmica (FAI), braço da Irmandade Muçulmana. Individualmente, o partido mais votado foi o Islamista Centrista, com 16 cadeiras. Foram eleitas 15 mulheres pelo sistema de quotas (10% do total de cadeiras da Câmara dos Deputados); 9 cristãos e dois circassianos.

Embora a lei eleitoral preveja que o parlamento tenha responsabilidade primária em escolher o Primeiro-Ministro, a incapacidade dos recém-eleitos de apoiar um nome, após semanas de debates, levou os parlamentares a sugerirem dois nomes, para escolha final do Rei, que optou por manter Abdullah Nsour, cujo novo Gabinete foi empossado em março de 2013. O Gabinete do segundo mandato de Nsour é o 77º da Jordânia e o 13º Governo desde que o Rei Abdullah II subiu ao trono em 1999. No discurso em que apresentou a proposta de governo, elencou as seguintes prioridades: reforma econômica com redução do déficit; consolidação das reformas políticas, com maior participação popular e igualdade entre os jordanianos; evolução para um sistema parlamentar pleno, em que o Legislativo seja inteiramente responsável pela escolha do Governo; contenção dos efeitos da crise síria; e solução do conflito israelo-palestino.

Em dezembro de 2013, o Rei Abdullah II lançou a "Carta de Integridade Nacional", documento que busca fortalecer a transparência administrativa, combater a corrupção, aperfeiçoar a administração pública e melhorar os serviços prestados à população.

O Governo jordaniano tem demonstrado empenho na melhoria dos padrões de direitos humanos no país, particularmente em temas afetos aos direitos das mulheres, à igualdade de gênero, ao trabalho infantil e aos direitos políticos.

Hammam Saeed, líder da FAI, tem ultimamente dado declarações no sentido de estabelecer diálogo "imediato e produtivo" e "sem pré-condições" com o Governo sobre o futuro político da Jordânia. A principal reivindicação da FAI é a reforma da lei eleitoral, que beneficiaria candidatos tribais vinculados à monarquia, reservando quantidade reduzida de assentos a candidatos vinculados a partidos políticos, o que foi levantado pela FAI como justificativa para o boicote das últimas eleições.

POLÍTICA EXTERNA

De perfil equilibrado, a Jordânia representa importante força moderadora no Oriente Médio. É peça-chave no encaminhamento do processo de paz árabe-israelense. O Rei Abdullah II tornou-se um dos principais facilitadores entre israelenses e palestinos. A Jordânia faz parte do “Quarteto Árabe” para a paz, que congrega países árabes de maioria sunita (Egito, Jordânia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), encarregado de promover a Iniciativa Árabe de Paz.

Por quase duas décadas (1948-1967), a Jordânia ocupou e administrou a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, que, somados a Gaza (naquele mesmo período, sob ocupação egípcia), compreendem o atual Estado da Palestina (tal como reconhecido pelo Brasil em 2010, compreendendo a Cisjordânia e a Faixa de Gaza). Desde a guerra de 1948 de independência de Israel e êxodo forçado de mais de 700 mil palestinos (*Nakba*, "tragédia" em árabe), a Jordânia tem sido grande receptora de refugiados palestinos. Estima-se que entre 50% e 60% da população da Jordânia (6,5 milhões) seja de origem palestina. A Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras aos Refugiados Palestinos (UNRWA) registra atualmente pouco mais de 2 milhões de refugiados palestinos na Jordânia, dos quais 370 mil vivem em campos de refugiados.

Desde que abandonou suas pretensões territoriais sobre a Cisjordânia (1988), a Jordânia apoia a solução de dois Estados com base nas "fronteiras de 1967". O Rei Abdullah II tem reiterado que a solução da questão Palestina é o objetivo principal da política externa jordaniana. No passado, o envolvimento da Jordânia com a causa palestina foi marcado por episódios de conflito, a exemplo da expulsão, da Jordânia, da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em 1970 (episódio conhecido como "Setembro Negro").

Entre janeiro e abril de 2012, foram promovidos pela Jordânia, sem êxito, contatos entre israelenses e palestinos. Os encontros não representaram uma retomada das negociações, mas esforço de aproximação entre os dois lados. Com relação ao fracasso das últimas negociações entre israelenses e palestinos (junho de 2013 a abril de 2014), capitaneada pelo Secretário de Estado dos EUA, John Kerry, o Governo jordaniano tem preferido considerar a interrupção apenas como uma "pausa" nas negociações.

Em 1/4/2013, Abdullah e o Presidente palestino Mahmoud Abbas assinaram acordo que reforça o papel do Rei jordaniano como responsável pela custódia dos lugares sagrados de Jerusalém. A Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém Velha, é administrada por uma entidade

muçulmana tutelar administrativa-religiosa, o Waqf, na qual o monarca jordaniano desempenha papel central. Tal *status* é reconhecido pelo acordo de paz com Israel, assinado em 1994.

O Rei Abdullah II demonstra especial interesse no processo de reconciliação intrapalestina. Tem expressado seu apoio aos esforços do Presidente Mahmoud Abbas de construir uma solução com o Hamas. O monarca tem realizado gestos de aproximação com o Hamas (visitas de Khaled Meshal, Chefe do Escritório Político do Hamas, à Jordânia) como modo de promover a reconciliação palestina.

Em 1994, Jordânia e Israel assinaram o Acordo de Wadi Araba, o segundo tratado de paz entre Israel e um vizinho árabe (em 1979, Israel assinara tratado de paz com o Egito). A manutenção das relações entre Israel e Jordânia é de fundamental importância para a busca da estabilidade na região. As relações políticas entre Israel e Jordânia são caracterizadas por uma paz sem grandes demonstrações de simpatia, mas com conhecida cooperação na área de segurança. A paz e a cooperação com Israel são altamente impopulares na sociedade jordaniana. Apesar das tentativas de aproximar Israel e Palestina com vistas à retomada de negociações, a Jordânia não poupa críticas a Israel pela política de expansão de assentamentos e pelas atitudes arbitrárias quanto à Esplanada das Mesquitas, sob administração do Waqf.

Em relação ao conflito sírio, a posição jordaniana tem-se caracterizado pela cautela, condicionada pela proximidade política com os EUA e pela proximidade geográfica com a Síria. A Jordânia tem condenado o uso desproporcional da força e estimulado o diálogo político, ao mesmo tempo que abriga 600 mil refugiados sírios. Houve alguns incidentes sérios na fronteira entre os dois países, em que as Forças Armadas Jordânicas repeliram ações de grupos sírios. No final de maio de 2014, a Jordânia expulsou o Embaixador sírio em Amã, alegando conduta inadequada do diplomata sírio. O gesto foi reciprocado pela Síria. Os países continuam, contudo, a manter relações diplomáticas.

A Jordânia tem sido um dos grandes aliados do regime militar egípcio que depôs Mohamed Morsi em julho de 2013. Abdullah II foi o primeiro líder árabe a visitar o Cairo após a derrubada de Morsi e esteve presente na posse do General Abdel Fattah Al Sisi em junho de 2014. A Jordânia tem interesse em manter o fornecimento de gás egípcio.

O Iraque é também país-chave para a importação jordaniana de fontes de energia: está em vigor acordo bilateral de fornecimento de petróleo para a Jordânia. Devido à situação no Iraque, o fluxo tem sido periodicamente interrompido. Deverá ser concluído, até 2017, gasoduto que transportará petróleo e gás natural do Iraque para a Jordânia.

Em 2011, as monarquias reunidas no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) decidiram estender convite à Jordânia e ao Marrocos para se

associarem ao mecanismo. Até o momento, não se formalizou o processo de adesão da Jordânia ao grupo, apesar da criação de fundo, por parte do CCG, para financiar projetos de desenvolvimento na Jordânia.

Em dezembro de 2013, a Assembleia Geral das Nações Unidas elegeu a Jordânia para assento não-permanente do Conselho de Segurança, para o biênio 2014-2015, em vaga aberta no Grupo da Ásia-Pacífico pela renúncia da Arábia Saudita, atribuída ao descontentamento saudita com o encaminhamento do caso sírio. Em junho de 2014, o Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, anunciou que proporá à Assembleia Geral a indicação do Príncipe Zeid Al-Husseini, até recentemente Representante Permanente da Jordânia nas Nações Unidas e ex-Embaixador nos EUA ao cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

O Papa Francisco esteve em maio de 2014 na Jordânia, sua primeira parada em viagem ao Oriente Médio (24 a 26 de maio), que incluiu Israel e Palestina. Na Jordânia, o Pontífice foi recebido pelo Rei Abdullah II, rezou missa no Estádio Internacional de Amã e visitou um dos sítios em que se acredita ter ocorrido o batismo de Jesus Cristo. A visita papal convergiu com os esforços de Abdullah II de promover a tolerância e a convivência entre diversas religiões em seu país e no Oriente Médio.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia da Jordânia é de pequenas dimensões, dependente de assistência financeira internacional e de importação de combustível. A remessa de divisas da diáspora jordaniana é um dos elementos mais importantes para a economia do país e relevante fonte de receita em moedas estrangeiras.

Ante a crise financeira mundial e os efeitos negativos da Primavera Árabe, o Governo tomou medidas de austeridade e liberalização da economia com base em consultas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em maio de 2011, o Governo anunciou diminuição do déficit orçamentário, em pacote de medidas que incluíram redução de subsídios de certas *commodities* e alterações na legislação tributária. Em agosto de 2012, o Fundo Monetário Internacional aprovou acordo para a concessão do empréstimo de US\$ 2,06 bilhões, no período de 2012-2015, com a finalidade de sustentar o programa de reformas econômicas da Jordânia. Grande parte desses valores deve ser usada para mitigar o déficit orçamentário. Para contrabalançar os efeitos das medidas de austeridade, o Governo lançou programas de geração de empregos. O apoio total do Banco Mundial à Jordânia seria de US\$ 700 milhões nos últimos dois anos. A assistência dos EUA é também fundamental para a economia jordaniana: os EUA fornecem cerca de US\$ 660 milhões em assistência anual, e, em 2013, o Congresso norte-americano alocou recursos extras de US\$ 340 milhões.

O fluxo de refugiados do conflito na Síria para a Jordânia tem tido significativo impacto sobre a economia jordaniana, com perda cumulativa de US\$ 2,4 bilhões.

Como a Jordânia importa cerca de 97% das suas necessidades de energia, o país decidiu investir em novas fontes de energia. Estima-se a reserva jordaniana de xisto betuminoso em aproximadamente 70 bilhões de toneladas, que poderiam produzir cerca de 7 bilhões de toneladas de óleo de xisto. O Rei Abdullah II anunciou, no início de 2007, o lançamento de programa nuclear destinado à geração de energia, tendo assinado com os EUA, o Japão e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) memorandos de entendimento sobre cooperação nessa área. A Jordânia firmou igualmente acordos de cooperação nuclear para geração de energia elétrica e dessalinização de água com França, China, Coreia do Sul, Canadá, Rússia, Reino Unido e Argentina. Confirmou-se, em 2012, a existência de reservas de cerca de 25 mil toneladas de urânio no país, mas não há clareza sobre a viabilidade econômica de sua exploração. Foi anunciado, em 2013, que a russa Rosatom construirá, até 2022, os dois primeiros reatores nucleares jordanianos.

A Jordânia é o terceiro maior fornecedor mundial de fosfato bruto, produzindo, também, potássio. O setor de serviços é dinâmico, inclusive o financeiros e o de telecomunicações, principalmente em razão de o país apresentar-se como plataforma para a prestação de serviços ao mercado iraquiano. Conta também com estruturado setor farmacêutico, com aproximadamente dezesseis grupos multinacionais bem posicionados no mercado regional.

Em dezembro de 2013 foi assinado Memorando de Entendimento entre Israel, Jordânia e Palestina acerca do projeto de transposição de água do Mar Vermelho ao Mar Morto. Com estudos iniciados em 2008, concluiu-se, em janeiro de 2013, que o projeto possuía viabilidade econômica. Além de estabilizar o nível do Mar Morto, o projeto prevê o fornecimento de água doce, após dessalinização, e produção de energia hidrelétrica. A primeira fase tem início previsto para o terceiro trimestre de 2014, com a construção da usina de dessalinização. Toda a estrutura estará localizada em solo jordaniano e possui custo estimado, na primeira fase, de US\$ 900 milhões.

Com PIB nominal de US\$ 33,86 bilhões (equivalente à economia do estado da Paraíba) e crescimento de 3,25% em 2013, a Jordânia posicionou-se, em 2013, como a 91ª economia mundial. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 67% do PIB, seguido do industrial com 30% e do agrícola com 3%. A Jordânia apresentou, em 2013, déficit em transações correntes de US\$ 3,75 bilhões. O saldo da balança comercial de bens foi também deficitário em US\$ 13,63 bilhões. A balança de serviços, por sua vez, registrou saldo positivo de US\$ 1,15 bilhão. O comércio exterior da Jordânia apresentou, em 2013, crescimento de 44,2% em relação a 2009, de US\$ 20,44 bilhões para US\$ 29,47 bilhões. No *ranking* das Nações Unidas/UNCTAD de 2012, a Jordânia figurou como o 89º mercado mundial, sendo o 110º exportador e o 84º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise, totalizando saldo negativo de US\$ 13,63 bilhões em 2013.

As vendas jordanianas foram direcionadas em grande parte aos países da Ásia, que absorveram 61% do total em 2013, dos quais 49% referem-se ao Oriente Médio. O Iraque foi o principal destino das vendas da Jordânia com 17,6% do total, seguido dos Estados Unidos com 15,2%; da Arábia Saudita com 11,8%; da Índia com 6,1%; dos Emirados Árabes Unidos (4%); da Indonésia (2,9%); e do Líbano (1,9%). O Brasil posicionou-se, em 2013, no 54º lugar entre os compradores da Jordânia, com 0,1% do total.

Os países asiáticos são também os principais exportadores para a Jordânia (56% do total em 2013). Individualmente, a Arábia Saudita foi o principal fornecedor de bens à Jordânia, com 18,7% do total. Seguiram-se:

China (10,4%); Estados Unidos (6,3%); Índia (5,1%); Itália (4,8%); e Alemanha (3,8%). O Brasil posicionou-se no 16º lugar, com 1,6% do total.

A Jordânia tem como principal produto em suas exportações vestuário de malha (camisetas e camisas de malha masculinas, suéteres e pulôveres, 13,8% da pauta). Seguiram-se: adubos (potássicos, nitrogenados e fosfatados) com 11,3%; produtos farmacêuticos (medicamentos) com 9,1%; produtos hortícolas (tomates, hortaliças e pepinos) com 6,0%; sal/terras/pedras/cimento (fosfatos de cálcio, açúcar, cimentos hidráulicos) com 5,6%; químicos inorgânicos com 5,3%. A pauta das importações da Jordânia apresentou-se concentrada em combustíveis e bens com alto valor agregado. Em 2013, os combustíveis (óleo bruto de petróleo, óleo refinado e gás de petróleo) foram o principal grupo de produtos da pauta e representaram 25,7% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (computadores, motores, refrigeradores e congeladores, bombas) com 6,1%; máquinas elétricas (aparelhos de telefonia, transformadores elétricos, aparelhos de TV, fios e cabos) com 5,9%; e automóveis (de passeio, partes e acessórios, de turismo) com 5,8%.

A Jordânia foi o 81º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,06% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o comércio Brasil-Jordânia cresceu 57,4%, de US\$ 189,6 milhões para US\$ 298,4 milhões. Nesse período, as exportações cresceram 64,6% e as importações reduziram-se em 45,9%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 285,2 milhões em 2013. As exportações brasileiras para a Jordânia são compostas, majoritariamente, por produtos básicos (84% do total em 2013), com destaque para carnes, cereais e café. O Brasil importa da Jordânia quase unicamente produtos manufaturados: em 2013, representaram 93,2% no total, com destaque para adubos e máquinas.

De acordo com o Banco Central do Brasil, não há registro de investimentos diretos brasileiros na Jordânia. O Ministério da Indústria e Comércio da Jordânia registra, porém, o montante aproximado de US\$ 1 milhão. De acordo com o Banco Central, o estoque de investimentos diretos da Jordânia no Brasil totalizou cerca de US\$ 4 milhões, em 2012. O principal setor de destino do investimento jordaniano no Brasil são *holdings* de instituições não financeiras (fluxos de investimentos de US\$ 0,39 milhão, em 2007; US\$ 0,36 milhão, em 2008; US\$ 0,47 em 2009).

Os investimentos brasileiros na Jordânia são limitados e realizados, principalmente, por brasileiros que formaram empresas com parceiros jordanianos nas áreas de comércio, agronegócio e indústria. Em 2009, a PETROBRAS, Total e Kawar Energy (grupo local) assinaram Memorando de Entendimento com o Governo da Jordânia para execução de estudo de viabilidade técnico-econômico, dividido em diferentes fases, para implantação de uma planta industrial para produção de óleo de xisto com

capacidade de 50.000 barris/dia no campo de Wadi Maghar. Foi concluída a primeira fase do projeto, em 2012, com a entrega e apresentação dos resultados preliminares do projeto para o National Resources Authority (NRA), órgão do Governo jordaniano. Após validação do estudo pelo Governo jordaniano, PETROBRAS e Total poderiam aprovar ou não a passagem do projeto para a segunda fase. No final de 2013, entretanto, a PETROBRAS informou que não participaria da segunda fase, em razão dos elevados investimentos necessários no Pré-Sal brasileiro. A Total também optou por não prosseguir no projeto.

No início de 2014, o "Talal Abu Ghazaleh Organization" (TAG Group) demonstrou interesse em realizar cooperação com o SEBRAE, que informou que a conjuntura atual de cooperação internacional não prevê novas assinaturas de acordos formais. No entanto, o SEBRAE mostrou-se disposto a receber comitiva da Jordânia para conhecer o trabalho da instituição.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1922	A Palestina, sob mandato britânico, é dividida para a criação do Emirado Hachemita da Transjordânia, na margem oriental do Rio Jordão;
1946	Reino Unido concede a independência da Transjordânia;
1947	Resolução das Nações Unidas prevê a partilha da Palestina;
1948	A Transjordânia participa da coligação árabe na guerra contra Israel;
1949	Assinado armistício com Israel;
1950	Cisjordânia é anexada à Transjordânia; estabelece-se o Reino Hachemita da Jordânia;
1951	Rei Abdullah I é assassinado em Jerusalém. Rei Talal assume o trono;
1952	Rei Talal é declarado incapaz e o Rei Hussein assume o trono;
1967	Jordânia fecha escritório da OLP em Jerusalém;
1967	Rei Hussein assina pacto de defesa mútua com o Egito;
1967	Guerra dos Seis Dias. Israel ocupa a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, até então sob domínio jordaniano;
1970	“Setembro Negro”. Choques entre militares jordanianos e a OLP, causando milhares de mortes e a fuga de militantes palestinos para o Líbano;
1973	Jordânia participa da Guerra do Yom Kippur, vencida por Israel;
1974	Rei Hussein reconhece a OLP como representante do povo palestino;
1979	Amã rompe relações com o Cairo, em razão da assinatura de acordo de paz entre Israel e Egito;
1984	Retomadas as relações entre a Jordânia e o Egito;
1988	Em face de acordo entabulado com a OLP, a Jordânia abre mão de qualquer pretensão territorial sobre a Cisjordânia;
1990	Guerra do Golfo causa crise econômica no país;
1991	Conferência de Madri dá início ao diálogo israelo-palestino. Os palestinos são representados por delegação palestino-jordaniana;
1993	Acordos de Oslo entre Israel e a OLP;
1994	Assinado Acordo de Paz entre a Jordânia e Israel;
1999	O irmão do Rei Hussein, Hassan, é destituído da linha sucessória. Abdullah, filho de Hussein, torna-se príncipe herdeiro;
1999	Rei Hussein morre e Abdullah assume o trono;
2003	Realizadas primeiras eleições parlamentares no reinado de Abdullah II;

2005 Jordânia indica novo Embaixador em Israel, após cinco anos;
2009 Rei Abdullah II dissolve o Parlamento e indica novo Primeiro-Ministro (Samir Rifai), para aprofundar as reformas eleitoral, econômica e social no país;
2011 Manifestações eclodem no país, no esteio da “Primavera Árabe” (janeiro);
2011 Queda do Governo Rifai e nomeação de Ma’ruf Bakhit como Primeiro-Ministro (fevereiro);
2011 Formação do Comitê de Diálogo Nacional, pelo Rei (março);
2011 Comissão de revisão constituição (maio);
2011 Apresentação das conclusões do Comitê Diálogo Nacional (junho);
2011 Renúncia do Gabinete de Bakhit e designação de Khasawneh;
2012 Parlamentares aprovam emendas à lei de municipalidades (março);
2012 Governo envia projeto de lei eleitoral ao Parlamento (abril);
2012 Renúncia do Gabinete de Khasawneh e designação de Tarawneh (abril);
2012 Promulgação da nova lei eleitoral (julho);
2012 Designação de Abdullah Nsour como Primeiro-Ministro com mandato especial para conduzir as eleições parlamentares (outubro);
2013 Eleições parlamentares (janeiro);
2013 Toma posse o segundo Gabinete de Nsour, o primeiro Governo após as eleições parlamentares.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1959	Estabelecidas relações diplomáticas; o Brasil instala legação em Amã;
1964	Legação brasileira em Amã é elevada ao “status” de Embaixada, cumulativa com Beirute;
1984	Instaladas Embaixada do Brasil em Amã e da Jordânia em Brasília.
1994	Chanceler Celso Amorim viaja à Jordânia, para assistir à assinatura do Acordo de Paz com Israel;
1997	Príncipe Ali Bin Al-Hussein visita o Brasil;
2003	Chanceler Celso Amorim participa, na Jordânia, de Reunião Extraordinária do Fórum Econômico Mundial;
2004	Chanceler Celso Amorim comparece novamente ao Fórum Econômico Mundial na Jordânia (Mar Morto);
2005	Chanceler Celso Amorim realiza visita de trabalho à Jordânia;
2005	Príncipe Ali, representante do Rei Abdullah II, seu irmão, participa da Cúpula ASPA, em Brasília;
2006	Ex-Presidente José Sarney participa, em Amã, do “Interaction Council”, fórum que reúne ex-Chefes de Estado e de Governo;
2008	Visita de trabalho do Chanceler Celso Amorim, mantendo encontros com as seguintes autoridades: Rei Abdullah II; Primeiro-Ministro Nader Al-Dahabi; e Chanceler Salaheddin Al-Bashir;
2008	Chanceler Salaheddin Al-Bashir visita Brasília e São Paulo, em preparação à visita oficial do Rei Abdullah II;
2008	Visita oficial do Rei Abdullah II, acompanhado da Rainha Rania, a Brasília e São Paulo;
2009	Chanceler Celso Amorim encontra-se com o Rei Abdullah II e o Ministro Salaheddin Al-Bashir em Amã;
2010	Presidente Lula viaja à Jordânia;
2010	MNE Nasser Judeh visita o Brasil, para o II encontro da Aliança das Civilizações;
2010	Ministros e Turismo e Antiguidades, Agricultura e Indústria e Comércio da Jordânia visitam o Brasil;
2012	Presidenta Dilma Rousseff reúne-se com Rei Abdullah II da Jordânia à margem da II Cúpula ASPA, em Lima;
2012	O então Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota visita a Jordânia (outubro)

ACORDOS BILATERAIS

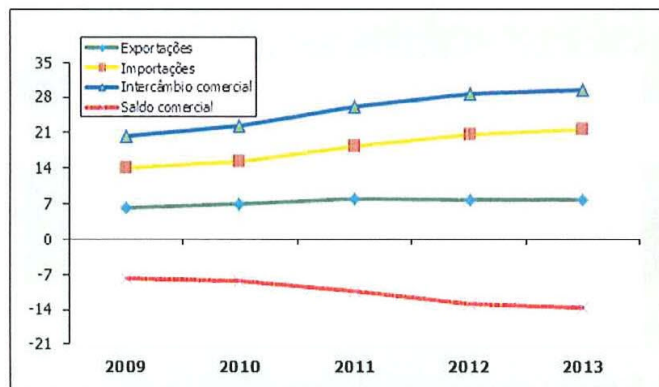
TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO NO D.O.U.
Acordo sobre Auxílio Mútuo em Matéria Penal	23/10/2008	Ainda não encaminhado ao Congresso Nacional; em tramitação no Poder Executivo	
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	23/10/2008	Aprovado pelo Congresso Nacional em 2010; aguarda promulgação	
Acordo de Cooperação Econômica e Comercial	23/10/2008	23/9/2010	6/2/2013
Acordo na Área da Educação	23/10/2008	11/4/2010	28/10/2010
Acordo de Cooperação Cultural	23/10/2008	11/4/2010	6/10/2010
Acordo Comercial	15/6/1989	11/7/1990	17/6/1991
Acordo sobre Transportes Aéreos	05/11/1975	05/11/1975	13/8/1976

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior US\$ bilhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2009	6,37	14,08	20,44	-7,71
2010	7,02	15,26	22,29	-8,24
2011	7,96	18,30	26,26	-10,34
2012	7,88	20,69	28,57	-12,81
2013	7,92	21,55	29,47	-13,63
Var. % 2009-2013	24,4%	53,1%	44,2%	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do LIA/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.
(n.c.) Dado não calculado.*



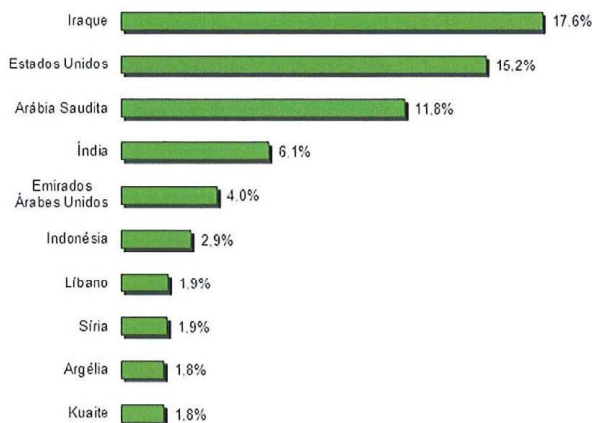
O comércio exterior da Jordânia apresentou, em 2013, crescimento de 44,2% em relação a 2009, de US\$ 20,44 bilhões para US\$ 29,47 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, a Jordânia figurou como o 89º mercado mundial, sendo o 110º exportador e o 84º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise, totalizando saldo negativo de US\$ 13,63 bilhões em 2013.

Direção das Exportações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Iraque	1.390	17,6%
Estados Unidos	1.206	15,2%
Arábia Saudita	936	11,8%
Índia	485	6,1%
Emirados Árabes Unidos	316	4,0%
Indonésia	229	2,9%
Líbano	154	1,9%
Síria	152	1,9%
Argélia	140	1,8%
Kuaite	139	1,8%
...		
Brasil	6	0,1%
Subtotal	5.153	65,1%
Outros países	2.767	34,9%
Total	7.920	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais destinos das exportações



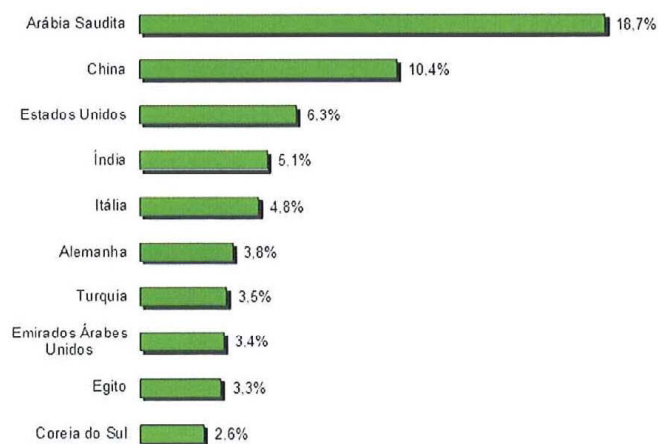
As vendas jordanianas foram direcionadas em grande parte aos países da Ásia, que absorveram 61% do total em 2013, dos quais 49% referem-se ao Oriente Médio. Posicionou-se em seguida o continente americano com 16%; a África com 7% e a Europa com 4%. Individualmente, o Iraque foi o principal destino das vendas da Jordânia com 17,6% do total, seguido dos Estados Unidos com 15,2%; da Arábia Saudita com 11,8%; e da Índia com 6,1%. Seguiram-se: Emirados Árabes Unidos (4,0%); Indonésia (2,9%); e Líbano (1,9%). O Brasil posicionou-se no 54º lugar entre os compradores da Jordânia, com 0,1% do total em 2013.

Origem das Importações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Arábia Saudita	4.019	18,7%
China	2.234	10,4%
Estados Unidos	1.361	6,3%
Índia	1.106	5,1%
Itália	1.035	4,8%
Alemanha	809	3,8%
Turquia	755	3,5%
Emirados Árabes Unidos	732	3,4%
Egito	704	3,3%
Coreia do Sul	553	2,6%
...		
Brasil	344	1,6%
Subtotal	13.652	63,4%
Outros países	7.897	36,6%
Total	21.549	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais origens das importações



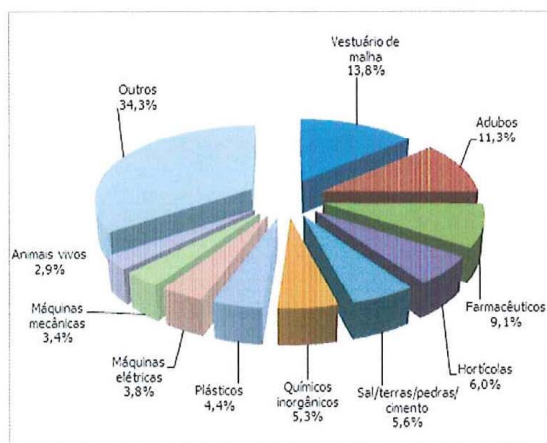
Os países asiáticos são também os principais abastecedores do mercado jordaniano. Em 2013 somaram 56% do total, seguidos da Europa com 27% e do continente americano com 10%. Individualmente, a Arábia Saudita foi o principal fornecedor de bens à Jordânia, com 18,7% do total. Seguiram-se: China (10,4%); Estados Unidos (6,3%); Índia (5,1%); Itália (4,8%); e Alemanha (3,8%). O Brasil posicionou-se no 16º lugar entre os fornecedores do mercado jordaniano, com 1,6% do total.

**Composição das exportações
US\$ milhões**

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Vestuário de malha	1.092	13,8%
Adubos	896	11,3%
Farmacêuticos	721	9,1%
Hortícolas	476	6,0%
Sal/terras/pedras/cimento	447	5,6%
Químicos inorgânicos	423	5,3%
Plásticos	347	4,4%
Máquinas elétricas	302	3,8%
Máquinas mecânicas	268	3,4%
Animais vivos	232	2,9%
Subtotal	5.204	65,7%
Outros	2.716	34,3%
Total	7.920	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais grupos de produtos exportados



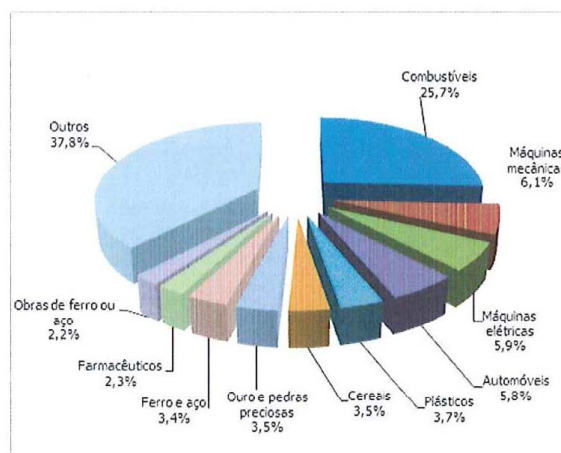
Vestuário de malha (camisetas e camisas de malha masculinas, suéteres e pulôveres) foi o principal grupo de produtos exportados pela Jordânia em 2013, representando 13,8% da pauta. Seguiram-se: adubos (potássicos, nitrogenados e fosfatados) com 11,3%; produtos farmacêuticos (medicamentos) com 9,1%; produtos hortícolas (tomates, hortaliças e pepinos) com 6,0%; sal/terras/pedras/cimento (fosfatos de cálcio, açúcar, cimentos hidráulicos) com 5,6%; químicos inorgânicos com 5,3%.

Composição das importações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3	Part.º% no total
Combustíveis	5.538	25,7%
Máquinas mecânicas	1.316	6,1%
Máquinas elétricas	1.270	5,9%
Automóveis	1.260	5,8%
Plásticos	807	3,7%
Cereais	761	3,5%
Ouro e pedras preciosas	747	3,5%
Ferro e aço	741	3,4%
Farmacêuticos	496	2,3%
Obras de ferro ou aço	476	2,2%
Subtotal	13.412	62,2%
Outros	8.137	37,8%
Total	21.549	100,0%

Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais grupos de produtos importados



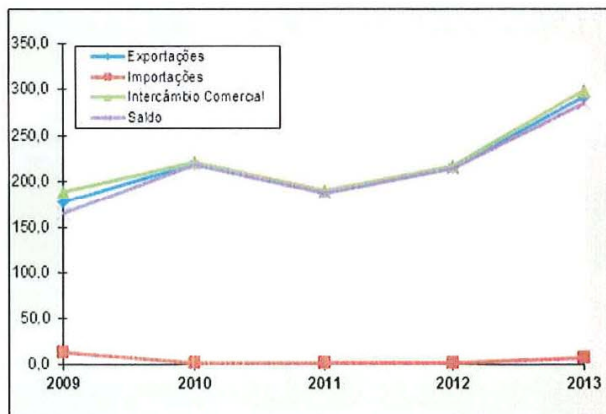
A pauta das importações da Jordânia apresentou-se concentrada em combustíveis e bens com alto valor agregado. Em 2013, os combustíveis (óleo bruto de petróleo, óleo refinado e gás de petróleo) foram o principal grupo de produtos da pauta e representaram 25,7% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (computadores, motores, refrigeradores e congeladores, bombas) com 6,1%; máquinas elétricas (aparelhos de telefonia, transformadores elétricos, aparelhos de TV, fios e cabos) com 5,9%; e automóveis (de passeio, partes e acessórios, de turismo) com 5,8%.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2009	177,3	-39,7%	12,2	-49,1%	189,6	-87,6%	165,1
2010	220,3	24,3%	1,5	-87,5%	221,9	17,0%	218,8
2011	189,4	-14,1%	1,7	9,7%	191,0	-13,9%	187,7
2012	215,6	13,9%	1,9	15,6%	217,6	13,9%	213,7
2013	291,8	35,3%	6,6	242,6%	298,4	37,1%	285,2
2013 (jan-abr)	79,2	33,8%	0,7	839,2%	79,9	34,9%	78,4
2014 (jan-abr)	96,2	21,5%	2,3	212,4%	98,5	23,3%	93,9
Var. % 2009-2013	64,6%		-45,9%		57,4%		n.c.

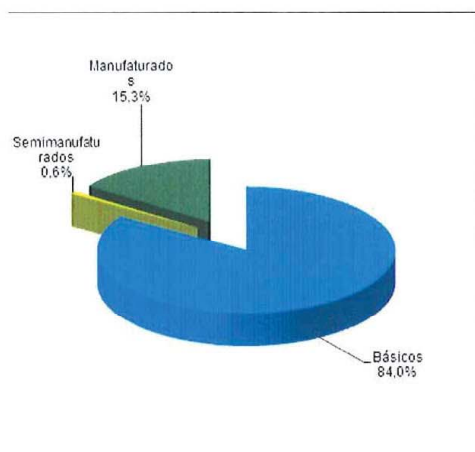
*Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb.
(n.c.) Dado não calculado.*

A Jordânia foi o 81º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,06% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 57,4%, de US\$ 189,6 milhões para US\$ 298,4 milhões. Nesse período, as exportações cresceram 64,6% e as importações reduziram-se em 45,9%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 285,2 milhões em 2013.



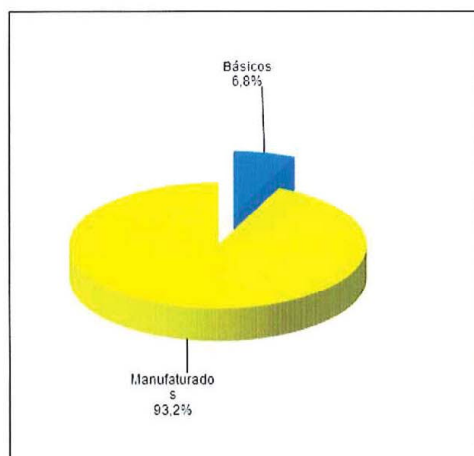
Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



As exportações brasileiras para a Jordânia são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 84,0% do total em 2013, com destaque para carnes, cereais e café. Os manufaturados posicionaram-se em seguida com 15,3% (preparações de carnes, armas e munições, máquinas mecânicas) e os semimanufaturados, com 0,6%.

Importações



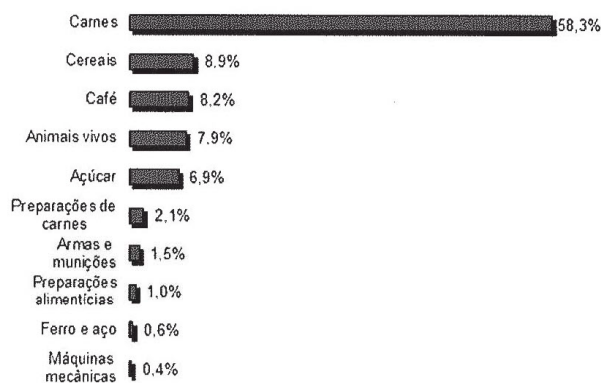
Os produtos manufaturados somaram a quase totalidade da pauta das importações brasileiras procedentes da Jordânia. Em 2013, os participaram com 93,2% no total, representados por adubos e máquinas. Os básicos posicionaram-se em seguida com 6,8% (alumínio).

Composição das exportações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2011	2012	2013	
			Valor	Part. % no total
Carnes	102	118	170	58,3%
Cereais	12	11	26	8,9%
Café	15	13	24	8,2%
Animais vivos	1	8	23	7,9%
Açúcar	14	19	20	6,9%
Preparações de carnes	10	13	6	2,1%
Armas e munições	1	1	4	1,5%
Preparações alimentícias	3	3	3	1,0%
Ferro e aço	0	0	2	0,6%
Máquinas mecânicas	1	1	1	0,4%
Subtotal	159	187	279	95,8%
Outros produtos	31	29	12	4,2%
Total	189	216	292	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AIceweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



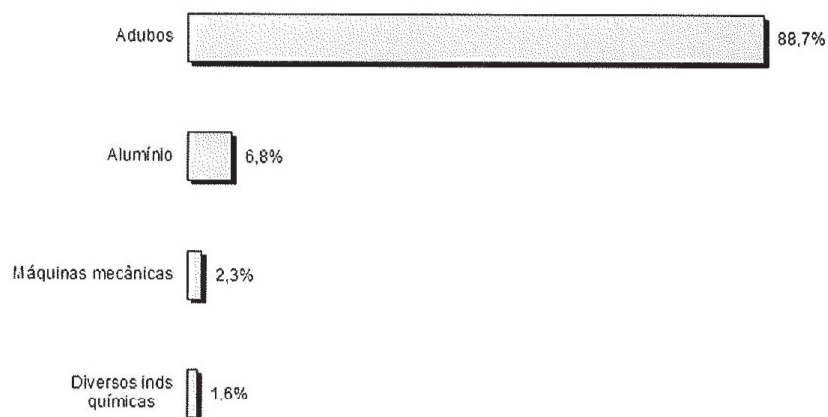
Carnes (de frango e bovina) são os principais itens brasileiros exportados para a Jordânia. Em 2013, somaram 58,3% da pauta, seguidos de cereais (milho e cevada) com 8,9%; café não torrado com 8,2%; animais vivos (bovinos) com 7,9% e açúcar refinado com 6,9%.

Composição das importações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Adbos	1,11	1,61	5,87	88,7%
Alumínio	0,14	0,14	0,45	6,8%
Máquinas mecânicas	0,00	0,00	0,15	2,3%
Diversos inds químicas	0,06	0,05	0,10	1,6%
Subtotal	1,31	1,81	6,58	99,3%
Outros produtos	0,37	0,12	0,05	0,7%
Total	1,67	1,93	6,62	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Akceweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil

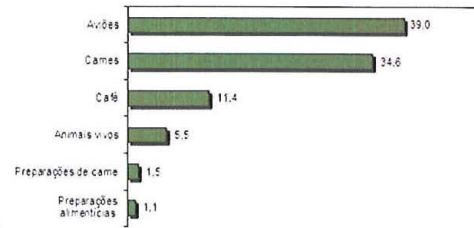


A pauta das importações brasileiras originárias da Jordânia são compostas em grande parte por adubos. Em 2013, adubos com nitrogênio e potássio representaram 88,7% da pauta, seguidos de alumínio (6,8%); máquinas mecânicas (2,3%); e produtos diversos das indústrias químicas (1,6%).

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

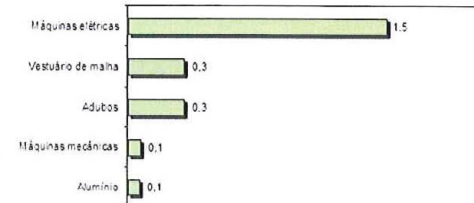
DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 4 (jan-abr)	Part. % no total
Exportações				
Aviões	0,0	0,0%	39,0	40,5%
Carnes	48,6	61,3%	34,6	36,0%
Café	7,2	9,1%	11,4	11,8%
Animais vivos	9,1	11,5%	5,5	5,7%
Preparações de carne	1,7	2,2%	1,5	1,6%
Preparações alimentícias	0,6	0,8%	1,1	1,2%
Subtotal	67,3	85,0%	93,1	96,8%
Outros produtos	11,9	15,0%	3,1	3,2%
Total	79,2	100,0%	96,2	100,0%

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



Importações				
Máquinas elétricas	0,0	0,0%	1,5	63,8%
Vestuário de malha	0,0	5,4%	0,3	13,8%
Adubos	0,2	29,9%	0,3	13,8%
Máquinas mecânicas	0,1	10,3%	0,1	3,2%
Alumínio	0,4	49,5%	0,1	3,1%
Subtotal	0,7	95,3%	2,2	97,7%
Outros produtos	0,0	4,7%	0,1	2,3%
Total	0,7	100,0%	2,3	100,0%

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



Elaborado pelo ARE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceveb.

Aviso nº 336 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2014.

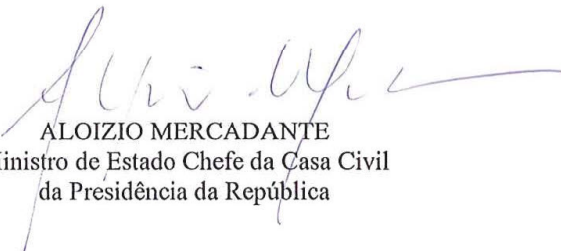
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.

Atenciosamente,



ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, de 3/9/2014

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 13753/2014

2



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 3, de 2015 (nº 48, de 5 de março de 2015, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.*

RELATOR: Senador **TASSO JEREISSATI**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América (EUA).

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

Em observância ao disposto na Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O indicado é filho de Renato Machado e Zilda Machado. Nasceu em 17 de julho de 1955 na cidade do Rio de Janeiro-RJ.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Em 1977, concluiu o curso de Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Já no Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1979); o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1986); e o Curso de Altos Estudos (2000), tendo defendido tese com o título de “A plataforma continental brasileira e o direito do mar: Considerações para uma ação política”.

O Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO tornou-se Terceiro-Secretário em 1980 e Segundo-Secretário em 1982. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1989; a Conselheiro em 1995; a Ministro de Segunda Classe em 2003; e a Ministro de Primeira Classe em 2009.

Em sua carreira desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos a de Primeiro-Secretário na Embaixada em Santiago (1989-1992); Chefe da Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço (1995-96); Conselheiro nas Embaixadas em Washington (1996-99) e em Ottawa (1999-2002); Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (2002-04); Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente junto à UNESCO, Paris (2004-05); Diretor do Departamento do Meio Ambiente e Temas Especiais (2005-11); Embaixador, representante permanente, da Missão do Brasil junto à ONU (2013); e Ministro de Estado das Relações Exteriores (2013-14).

Chefiou, ainda, inúmeras delegações brasileiras em foros multilaterais sobre os mais diversos temas. No Brasil, foi agraciado com a Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Oficial, em 1995; a Medalha Mérito Tamandaré, em 1995; a Ordem do Mérito Naval, no grau de Cavaleiro, em 1996; a Medalha do Pacificador, em 1998, e a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, em 2011.

Acompanha a mensagem presidencial, ainda em cumprimento à mencionada Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre os Estados Unidos da América, o qual informa sobre as relações bilaterais com o Brasil, com lista de tratados celebrados, dados básicos do país, sua política interna e externa, e economia.

Com população de 323 milhões de habitantes (2014), os EUA têm produto interno bruto (PIB) nominal de US\$17,4 trilhões (2014). Em 2014, o



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

déficit em transações correntes foi de US\$430,9 bilhões. Já o saldo da balança comercial de bens foi deficitário em US\$719 bilhões. Principal economia do mundo, os EUA foram em 2013 o 2º exportador e o 1º importador. Canadá, México, China e Japão representam hoje seus principais parceiros comerciais. Individualmente, a China é o mais importante fornecedor de bens (20,1%) e o Canadá o principal consumidor (19,3%)

No plano bilateral, as relações têm atrás de si longa história. Suficiente recordar que os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil e estabeleceram legação em nosso país no ano de 1825. Desde então, o relacionamento é sólido e cobre todos os campos temáticos. Nesse sentido, a existência de inúmeros mecanismos de consulta e cooperação, que promovem frequentes encontros entre autoridades de ambos os países. O relacionamento é, por igual, pautado pelos interesses tanto da sociedade civil e quanto do setor privado.

Nota destoante da qualidade dos vínculos bilaterais foi o cancelamento da visita que a Senhora Presidente da República faria aos EUA em outubro de 2013. Esse fato – provocado pelas denúncias públicas de espionagem de autoridades e empresas brasileiras por agentes da Agência Nacional de Segurança [*National Surveillance Agency* (NSA)] dos Estados Unidos – foi responsável pela diminuição do diálogo entre Brasil e Estados Unidos. Inobstante essa circunstância, encontros técnicos bilaterais seguiram seu curso e, em junho do ano passado, o Vice-Presidente, Joe Biden, encontrou-se com a Presidente Dilma Rousseff e com o Vice-Presidente Michel Temer. O período recente foi marcado, também, pelo desfecho da disputa na Organização Mundial do Comércio (OMC) do contencioso do algodão e pela celebração do Acordo de Previdência Social.

Para este ano, espera-se a retomada integral das relações entre os dois países. Essa expectativa é amparada por gestos de lado a lado, mas sobretudo por tratativas recentes objetivando o reinício das negociações relacionadas com a projetada visita da Presidente da República aos EUA ainda em 2015.

No tocante ao relacionamento consular, convêm recordar que o Brasil possui dez consulados-gerais nos EUA (Atlanta, Boston, Chicago, Hartford, Houston, Los Angeles, Miami, Nova York, São Francisco e



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Washington), bem assim 15 consulados honorários. Estima-se em um milhão de pessoas a comunidade de brasileiros residentes nos Estados Unidos. O número representa entre 35 a 40% da comunidade de brasileiros no exterior. O perfil desse emigrante é extremamente variado. Outro dado relevante é o número de turistas brasileiros que visitam os Estados Unidos (1,8 milhão de pessoas entre janeiro e outubro de 2014).

Na esfera comercial, o Brasil ocupou, em 2014, o 9º lugar da pauta de exportações dos EUA (2,6% do total) e a 17ª posição entre os fornecedores do mercado estadunidense (1,3% do total). No período de 2010 a 2014, verificou-se aumento de 33,8% no intercâmbio comercial entre os dois países. O Brasil, no entanto, segue com déficit [US\$ 7,97 bilhões (2014)]. Os Estados Unidos foram o 2º parceiro comercial brasileiro, com participação de 13,75% do total em 2014. Exportamos, de modo preponderante, produtos manufaturados e semimanufaturados (50,6% do total) e importamos sobretudo manufaturados (92,9% do total).

Em relação aos investimentos bilaterais, os Estados Unidos continuam a ser o país com maior estoque de investimentos no Brasil. No final de 2013, segundo dados do Banco Central, o valor era de aproximadamente US\$136,6 bilhões. Já os investimentos brasileiros em solo norte-americano representaram, no mesmo período, o valor de US\$21,1 bilhões.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 3, DE 2015
(Nº 48/2015, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Os méritos do Senhor Luiz Alberto Figueiredo Machado que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de março de 2015.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma caligrafia cursiva e fluida.

EM Nº 00021/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES


Brasília, 2 de fevereiro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



MAURO VIEIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

EM nº 00021/2015 MRE

Brasília, 30 de Janeiro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** para inclusão em Mensagem a scr apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO

CPF.: 599.872.197-72

ID.: 7754 MRE

1955 Filho de Renato Machado e Zilda Machado, nasce em 17 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1977 Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 1979 CPCD - IRBr
 1982 Direito do Mar e Direito Econômico Internacional, Academia de Direito Internacional da Haia
 1986 CAD - IRBr
 2000 CAE - IRBR, A Plataforma Continental Brasileira e o Direito do Mar: Considerações para uma Ação Política

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário
 1982 Segundo-Secretário
 1989 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1995 Conselheiro, por merecimento
 2003 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2009 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1980-81 Divisão das Nações Unidas, assistente
 1981-85 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
 1983 Instituto Rio Branco, Professor assistente de Direito Constitucional
 1985-86 Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, assistente
 1986-89 Missão junto à ONU, Nova York, Segundo-Secretário
 1989-92 Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro-Secretário
 1992-94 Departamento do Meio Ambiente, assessor
 1993 XIV Reunião do Comitê Científico da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, Hobart, Chefe de delegação
 1993 XIV Sessão da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, Hobart, Chefe de delegação
 1995-96 Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, Chefe
 1996-99 Embaixada em Washington, Conselheiro
 1999-2002 Embaixada em Ottawa, Conselheiro
 2001 29ª Sessão do Comitê de Rotulagem de Alimentos do Codex Alimentarius, Chefe de delegação
 2002-04 Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Chefe
 2004-05 Delegação Permanente junto à UNESCO, Paris, Ministro-Conselheiro
 2005 III Agenda Comum Brasil - Canadá sobre Meio Ambiente, Ottawa, Chefe de delegação
 2005-11 Departamento do Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor
 2005 IV Reunião sobre Ações Futuras na Área de Mudança do Clima, Co-Presidente e Chefe de delegação
 2005 6ª Conferência das Partes da UNFCCC e 1ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto, Montreal, Chefe da Delegação Negociadora
 2005 11ª Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoramento Técnico, Científico e Tecnológico da Convenção sobre Diversidade Biológica, Montreal, Chefe de delegação
 2005 VI Reunião da Junta Diretiva do Centro Regional para Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para América Latina e Caribe (CRECTEALC), Chefe de delegação
 2006 VI Sessão do Foro das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF-VI), Chefe de delegação
 2006 24ª Sessão dos Órgãos Subsidiários de Implementação (SBI 24) e de Assessoramento Científico e

	Tecnológico (SBSTA) da UNFCCC, Bonn, Chefe de delegação
2006	Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, Vice-Presidente da 14ª e 15ª Sessões (biênio)
2006	III Assembléia o GEF e Reunião Extraordinária do Conselho do GEF, Cidade do Cabo, Chefe de delegação
2006	I Reunião do Diálogo Brasil - União Européia sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima, Bruxelas, Chefe de delegação
2007	V Reunião sobre Ações Futuras na área de Mudança do Clima, Tóquio, Chefe de delegação
2007	II Reunião da Agenda Comum sobre Temas Ambientais, Tóquio, Chefe de delegação
2007	10ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior entre Brasil e Argentina, Buenos Aires, Chefe de delegação
2007	Diálogo de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável Brasil - Reino Unido, Londres, Chefe de delegação
2008	Presidente do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Ações Cooperativas de Longo Prazo no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)
2008	VIII Reunião do Conselho Diretor do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para América Latina e Caribe, Cidade do México, Chefe de delegação
2008	Reunião Brasil - Argentina sobre Usos Pacíficos do Espaço Exterior, Buenos Aires, Chefe de delegação
2008	VI Reunião sobre Ações Futuras na área de Mudança do Clima, Tóquio, Chefe de delegação
2008	1ª Sessão do AWG-LCA e 5ª Sessão do AWG-KP da UNFCCC, Bangkok, Chefe de delegação
2008	Coordenador do Grupo de Trabalho Brasil - França na área de Tecnologias Espaciais e suas Aplicações Industriais e Cooperação Científica no Setor Espacial
2008	2ª Sessão do AWG-LCA e Sessão do AWG-KP, Bonn, Chefe de delegação
2008	3ª Sessão do AWG-LCA e 6ª Sessão do AWG-KP, Acra, Chefe de delegação
2008	Diálogo Ministerial de El Calafate sobre Mudança do Clima, Chefe de delegação
2009	II Reunião do Diálogo Brasil - Comissão Européia sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima, Chefe de delegação
2009	Reunião de coordenação do BASIC, Chefe de delegação
2009	Reunião de coordenação do BASIC, Pequim, Chefe de delegação
2009	4ª Reunião do "Major Economies Forum on Energy and Climate", Washington, Chefe de delegação
2009	7ª Sessão do AWG-LCA e 9ª Sessão do AWG-KP, Bali, Chefe de delegação
2009	5ª Reunião do "Major Economies Forum on Energy and Climate", Londres, Chefe de delegação
2009	Conferência de Alto Nível sobre Mudança do Clima, Nova Déli, Chefe de delegação
2009	Conferência de Alto Nível sobre Mudança do Clima: Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia, Pequim, Chefe de delegação
2009	36ª Reunião do Conselho do Fundo para o Meio Ambiente Global - GEF, Washington, Chefe de delegação
2010	VIII Reunião sobre Ações Futuras na Área de Mudança do Clima, Tóquio, Chefe de delegação
2010	9ª Sessão do AWG-LCA e 11ª Sessão do AWG-KP da UNFCCC, Bonn, Chefe de delegação
2010	6ª Reunião do "Major Economies Forum on Energy and Climate", Washington, Chefe de delegação
2010	"Petersberg Climate Dialogue - building momentum for Mexico", Bonn, Chefe de delegação
2010	1a Reunião do Comitê Preparatório para a Rio+20, Nova York, Chefe de delegação
2010	10ª Sessão do AWG-LCA e 12ª Sessão do AWG-KP da UNFCCC, Bonn, Chefe de delegação
2010	7ª Reunião do "Major Economies Forum on Energy and Climate", Roma, Chefe de delegação
2010	11ª Sessão do AWG-LCA e 13ª Sessão do AWG-KP da UNFCCC, Bonn, Chefe de delegação
2010	III Reunião do Diálogo Brasil - União Européia sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima, Bruxelas, Chefe de Delegação
2010	12ª Sessão do AWG-LCA, 14ª Sessão do AWG-KP da UNFCCC, e V Reunião Ministerial de coordenação do BASIC, Tianjin, Chefe de delegação
2010	10ª Conferência das Partes sobre a Convenção de Diversidade Biológica, Nagóia, Chefe da Delegação Negociadora
2010	Consultas Ministeriais para a 16ª Conferência das Partes da UNFCCC e 6ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto, Cancun, Chefe de delegação
2011	Primeira Reunião Intersessional da Rio+20, Nova York, Chefe de delegação

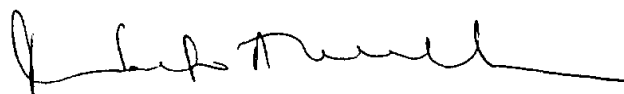
- 2011 IX Reunião sobre Ações Futuras contra Mudança do Clima, Tóquio, Chefe de delegação
- 2011 2ª Reunião do Comitê Preparatório das Nações Unidas para a Rio+20, Nova York, Chefe de delegação
- 2011 Reunião do Comitê Coordenador do Memorandum de Entendimento Brasil - EUA sobre Biocombustíveis, Washington, Chefe de delegação
- 2011-13 Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia
- 2011 Secretário-Executivo da Comissão Nacional da Rio+20
- 2011 11ª Reunião do "Major Economies Forum on Energy and Climate", Washington, Chefe de delegação
- 2013 Missão do Brasil junto à ONU, Embaixador, Representante Permanente
- 2013-14 Ministro de Estado das Relações Exteriores

Condecorações:

- 1995 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
- 1995 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
- 1996 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
- 1998 Medalha do Pacificador, Brasil
- 2011 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

Publicações:

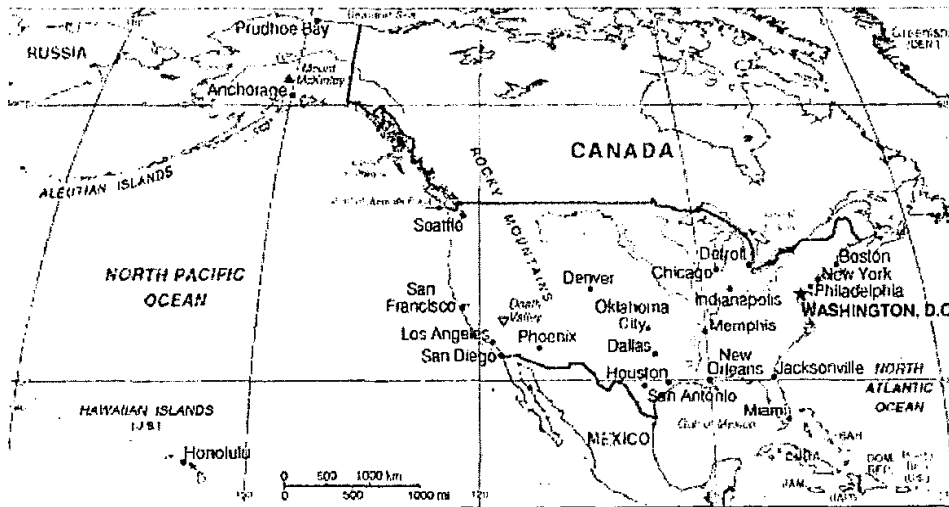
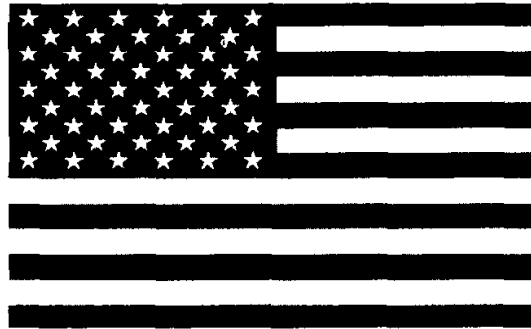
- 2000 Repairing the Regime: Preventing the Spread of Weapons of Mass Destruction, in Carnegie Endowment for International Peace, Washington



ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política I
Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos
Divisão dos Estados Unidos da América e Canadá

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Janeiro de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE OS EUA

NOME OFICIAL:	Estados Unidos da América
CAPITAL:	Washington, Distrito de Columbia
ÁREA:	9.631.418 km ²
POPULAÇÃO (US Census Bureau, 2015/jan.):	320.234.392
IDIOMA OFICIAL:	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestantes (52%), católicos (24%), mórmons (2%), judeus (2%), muçulmanos (1%), outras (19%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral. A Câmara de Representantes (<i>House of Representatives</i>) é composta por 435 membros, eleitos para mandatos de 2 anos, e o Senado (<i>Senate</i>), por 100 membros (2 por Estado) para mandatos de 6 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Barack Hussein Obama II (desde 20 de janeiro de 2009)
CHANCELER:	John Forbes Kerry (desde 1º de fevereiro de 2013)
PIB nominal (2014/out., FMI):	US\$ 17,41 trilhões
PIB PPP (2014/out., FMI):	US\$ 17,41 trilhões
PIB nominal PER CAPITA (2014/out.):	US\$ 54.678
PIB PPP PER CAPITA (2014/out.):	US\$ 54.678
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	2,15% (estimativa para 2014); 2,21% (2013); 2,32% (2012); 1,8% (2011)
IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2013):	0,914 (5ª posição entre 187 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	78,9 anos (PNUD, relatório de 2014)
ALFABETIZAÇÃO:	99 % (PNUD, relatório de 2014)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	7,36% (US Department of Labor)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar norte-americano (USD ou US\$)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Liliana Ayalde
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Cerca de 1.000.000 (um milhão) de pessoas, segundo dados do Relatório Consular de 2013 (RCN), das Repartições Consulares brasileiras nos EUA.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-EUA (em milhões de US\$; fonte: MDIC)										
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Brasil → EUA	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	35.206,2	39.182,2	43.788,3	53.051,0	35.633,7	46.351,6	59.774,5	59.063,5	60.671,9	62.026,90
Exportações	22.539,7	24.524,7	25.065,0	27.423,0	15.601,6	19.307,2	25.804,6	26.700,8	24.653,5	27.027,77
Importações	12.666,5	14.657,4	18.723,3	25.627,9	20.032,1	27.044,3	33.970,0	32.362,6	36.018,4	34.999,13
Saldo	9.873,2	9.867,2	6.341,8	1.795,0	-4.430,5	-7.737,0	-8.165,3	-5.661,8	-11.365,0	-7.971,35

PERFIS BIOGRÁFICOS**Barack Hussein Obama II**
Presidente dos Estados Unidos

Nasceu em 4 de agosto de 1961 em Honolulu (Havaí), filho de economista queniano e de antropóloga norte-americana. Viveu com a mãe e o padrasto na periferia de Jacarta, Indonésia, e, no Havaí, com os avós maternos. Casado com Michelle LaVaugh Robinson Obama, nascida em 1964, tem duas filhas, Malia Ann (1998) e Natasha (2001).

Graduou-se no "Occidental College", em Los Angeles. Em 1983, formou-se em Ciência Política pela Universidade Columbia, de Nova York. Em 1985, mudou-se para Chicago, onde trabalhou como ativista comunitário. Em 1988, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Harvard e chegou ao cargo de editor da prestigiosa "Harvard Law Review", sendo o primeiro afrodescendente a ocupá-lo. Formou-se em 1991.

Em 1992, lecionou Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de Chicago. Ingressou no Partido Democrata, elegendo-se Senador Estadual em 1996. Em 2004, elegeu-se Senador por Illinois e tornou-se célebre com discurso na Convenção Democrata que escolheu John Kerry como candidato a Presidente.

Em 2007, lançou-se à Presidência, venceu Hillary Clinton nas primárias e o adversário republicano John McCain nas presidenciais de 2008, tomando posse em 20 de janeiro de 2009. No mesmo ano, recebeu o Prêmio Nobel da Paz, "por suas ações por um mundo sem armas nucleares", segundo o comitê do Prêmio.

Em 2012, foi reeleito Presidente contra o candidato republicano Mitt Romney.

John Kerry
Secretário de Estado



John Forbes Kerry é o Secretário de Estado dos Estados Unidos desde 1º de fevereiro de 2013, tornando-se o primeiro presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores do Senado a assumir o cargo. Veterano da Guerra do Vietnã, John Kerry participou de protestos contra aquele conflito no início da década de 1970. Foi o candidato do Partido Democrata na eleição presidencial de 2004, na qual foi eleito George W. Bush.

A atuação política de John Kerry sempre privilegiou a área internacional, com destaque para a defesa do multilateralismo e da cooperação internacional. No Senado, Kerry foi importante articulador da política externa do Presidente Obama. Atuou ativamente em temas das relações bilaterais dos EUA com o Afeganistão e o Paquistão, teve importante participação na ratificação do novo acordo START pelo Congresso e foi coautor de proposta legislativa sobre mudança climática.

Seu pai, Richard Kerry, foi diplomata de carreira e funcionário da ONU. John Kerry é graduado em Ciência Política pela Universidade de Yale e em Direito pelo Boston College.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos são densas e variadas, enriquecidas pelo funcionamento de mais de trinta mecanismos de consulta e cooperação, cobrindo praticamente todos os itens das agendas bilateral, regional e internacional. Temas como educação, ciência, tecnologia e inovação, investimento, infraestrutura, direitos humanos – prioritários na agenda interna dos dois países – ocupam espaço importante na cooperação bilateral.

A relação bilateral é, em grande parte, estimulada por interesses da sociedade civil e do setor privado. Ao longo de 2013, foram realizadas reuniões de diferentes mecanismos de diálogo periódico, tais como a X Reunião do Diálogo Comercial; a VIII Reunião do Fórum de Altos Executivos; a II Reunião do Diálogo Estratégico em Energia; a X Reunião do Diálogo Político-Militar; a VI Reunião do Grupo Diretor do Plano de Ação Conjunta para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e a Promoção da Igualdade; a II Reunião da Comissão de Relações Econômicas e Comerciais; a III Conferência Brasil-EUA de Inovação; a VI Reunião do Comitê Consultivo Agrícola; e a Reunião do Diálogo Econômico-Financeiro.

O Vice-Presidente norte-americano, Joe Biden, visitou o Brasil em maio de 2013 e o Secretário de Estado, John Kerry, em agosto do mesmo ano.

A Visita de Estado da Senhora Presidenta da República aos EUA, inicialmente prevista para outubro de 2013, foi adiada, de comum acordo, em decorrência do mal-estar provocado pelas denúncias públicas de que autoridades e empresas brasileiras haviam sido objeto de interceptações de comunicações por parte da Agência de Segurança Nacional (NSA, na sigla em inglês) dos EUA.

Em que pesem o irritante provocado pelo episódio de espionagem e a consequente redução do ritmo do diálogo entre os dois países, foram realizados, em 2014, os seguintes encontros bilaterais: Reunião Brasil-EUA sobre a aplicação da Convenção de Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Menores; a XI Reunião do Diálogo Comercial entre o MDIC e o Departamento de Comércio dos EUA; a II Reunião do Comitê Diretivo da Plataforma de Inovação Brasil-EUA; a Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil-EUA; a Reunião dos Chefes de Estado Maiores Brasil-EUA; a III Reunião do Diálogo sobre Desarmamento e Não-Proliferação; a III Reunião do Comitê Coordenador da Parceria em Aviação; e a XV Reunião do Diálogo Consular Brasil-Estados Unidos.

O Vice-Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, veio ao Brasil por ocasião da Copa do Mundo para assistir, em Natal (RN), em 16 de junho, a jogo da seleção norte-americana, e encontrar-se, em Brasília, em 17 de junho, com a Presidenta Dilma Rousseff e com o Vice-Presidente Michel Temer. Na ocasião, o Vice-Presidente Biden entregou pessoalmente à Presidenta Dilma Rousseff

documentos sobre o período do regime militar no Brasil, os quais haviam sido solicitados, em fins de 2012, pela Comissão Nacional da Verdade.

Em 1º de outubro de 2014, Brasil e Estados Unidos assinaram o Memorando de Entendimento Relativo ao Contencioso de Algodão, encerrando uma disputa na Organização Mundial de Comércio que já durava mais de uma década.

Em 10 de novembro do mesmo ano, o Brasil e os Estados Unidos finalizaram o texto do Acordo de Previdência Social. Antiga reivindicação do Fórum de Altos Executivos Brasil-EUA (CEO Forum), o instrumento é de grande interesse de empresários e da comunidade brasileira residente nos EUA.

O Vice-Presidente Joe Biden retornou ao Brasil, em 1º de janeiro de 2015, para a cerimônia de posse da Senhora Presidenta da República. Na ocasião, também manteve reunião com a Presidenta Dilma Rousseff para tratar de temas da agenda bilateral, regional e global.

Há a expectativa de que, neste ano, ocorra a retomada plena das relações bilaterais, amparada pelos sinais externados por ambos os lados, em distintas ocasiões, como o telefonema de cumprimento do Presidente Obama e do Vice-Presidente Biden à Senhora Presidenta da República, em distintas ocasiões, em razão de sua reeleição. Vale mencionar, ainda, convite feito pelo Secretário Kerry ao Ministro das Relações Exteriores para que o visite em Washington, com vistas a iniciar tratativas da projetada visita da PR Dilma Rousseff aos EUA, neste ano.

Nesse novo contexto, está prevista missão do Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro Neto, a Washington, no período de 11 a 13 de fevereiro de 2015, para encontros com a Secretária de Comércio, Penny Pritzker, com o Representante de Comércio dos EUA (*US Trade Representative* - USTR), Michael Froman, e para reuniões com membros da Câmara de Comércio dos EUA.

Assuntos Consulares

A rede consular brasileira conta com dez Consulados-Gerais nos Estados Unidos: Atlanta; Boston; Chicago; Hartford; Houston; Los Angeles; Miami; Nova York; São Francisco; Washington. Conta também com Consulados Honorários em quinze cidades estadunidenses (Cincinnati, Norfolk, Birmingham, Charleston Memphis, Jackson, Nova Orleans, Phoenix, Honolulu, Salt Lake City, San Diego, Las Vegas, Filadélfia, Hamilton, Seattle).

A comunidade brasileira residente nos Estados Unidos é estimada, segundo dados do Relatório Consular de 2013 (RCN 2013) das Repartições Consulares brasileiras naquele país, em cerca de 1.000.000 (um milhão) de pessoas. Entre 35 e 40% dos brasileiros que residem no exterior estão nos Estados Unidos. Acredita-se

que esse número esteja subestimado, em razão da extensão do país, da circularidade migratória e do espraiamento dos brasileiros pelo território norte-americano.

Segundo o RCN 2013, havia 465 brasileiros presos nos EUA, cumprindo pena ou aguardando julgamento, número que pode ter variado durante o ano de 2014.

O perfil da comunidade é o mais diverso possível e inclui desde brasileiros indocumentados que exercem empregos menos qualificados até brasileiros documentados, estudantes, trabalhadores no setor de serviços, profissionais liberais, cientistas e pesquisadores de renome, bem como investidores internacionais, inclusive de vulto. Parte dos emigrantes brasileiros já está estabelecida há algumas décadas, mas, continuamente, há circulação de novos emigrantes.

Segundo o "Office of Travel & Tourism Industries", em torno de 1,8 milhão de turistas brasileiros visitaram os Estados Unidos de janeiro a outubro de 2014, um aumento de 10% quando comparado com o mesmo período de 2013. De acordo com estudo publicado por aquela agência, intitulado "Perfil do Mercado Brasileiro - 2013", Nova York, Miami e Orlando são os principais destinos dos visitantes brasileiros.

No caso de Nova York, a agência "NYC & Co" estima que o turista brasileiro gaste, em média, US\$ 2,6 mil *per capita*, o maior valor entre turistas internacionais que visitam a cidade. O gasto total dos brasileiros em Nova York, que chegou a US\$ 2,3 bilhões em 2013, representa 12% do total do dispêndio de todos os visitantes estrangeiros. Ainda de acordo com a "NYC & Co", o turista brasileiro é em geral jovem (18 a 34 anos), permanece em média oito noites na cidade e tem como principais interesses compras (93%) e atrações turísticas (81%).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessão de crédito oficial do Brasil aos Estados Unidos, como tomadores soberanos.

POLÍTICA INTERNA

O sistema parlamentar norte-americano é bicameral, composto pela Câmara dos Representantes, com 435 membros, eleitos para mandatos de dois anos, e pelo Senado, com 100 integrantes (dois por Estado), cujos mandatos são de seis anos.

Desde a reeleição do Presidente Obama, a forte polarização partidária no Congresso já vinha dificultando a aprovação dos projetos de lei do Executivo. O Partido Republicano detinha a maioria na Câmara de Representantes enquanto os Democratas dominavam o Senado.

Em novembro de 2014, as eleições de metade de mandato ("midterm elections") – assim designadas por ocorrerem na metade dos mandatos presidenciais – reduziram, ainda mais, a base de sustentação parlamentar do governo Obama. O Partido Republicano conquistou maioria no Senado (54 republicanos contra 46 democratas), posição que não ocupava desde 2007; ampliou seu domínio na Câmara de Representantes (247 republicanos contra 188 democratas); e angariou maior número de governadores estaduais em 100 anos (24 republicanos contra 10 democratas). O resultado fará com que, nos dois últimos anos de seu mandato, o Presidente Obama enfrente dificuldades ainda maiores em sua relação com o Congresso.

O domínio republicano na legislatura que se iniciou em 6 de janeiro de 2015 (114º Congresso) deverá influenciar, em grande parte, a pauta do Congresso. Temas como o combate ao ebola e ao Estado Islâmico deverão ganhar especial atenção parlamentar. Não se descartam tentativas republicanas de tentar reformar o sistema de saúde ("Obamacare"). Por outro lado, tradicionalmente favorável à agenda de livre comércio, o Partido Republicano deverá facilitar a aprovação da autorização de negociação comercial para o Executivo (*Trade Promotion Authority* – TPA-, antigo "fast track") e impulsionará agendas comerciais como a "Parceria Transpacífica" (TPP) e a "Parceria Transatlântica de Comércio e Investimentos" (TTIP) com a União Europeia.

Contrariando as expectativas, o Presidente Barack Obama não se recolheu a uma atitude defensiva após a perda da maioria no Congresso, mas passou a adotar postura mais vocal em temas que não costumam contar com o apoio majoritário do Partido Republicano. Segundo analistas, a intenção do presidente norte-americano seria a de deixar um legado ao final de seus dois mandatos e, ao mesmo tempo, transferir para os republicanos o ônus de contrariar iniciativas populares.

Esse teria sido o espírito que motivou o discurso sobre o "Estado da União", de Barack Obama, em 20 de janeiro de 2015. Em tom de confiança, Obama valorizou a recuperação econômica dos EUA, a redução das taxas de desemprego e o aumento do poder de compra dos salários. Acentuou as decisões de política externa, tais como a reaproximação com Cuba, a retirada de tropas do Afeganistão, o combate

aos grupos fundamentalistas islâmicos no Iraque e na Síria, o aprofundamento de sanções contra a Rússia e as negociações com o Irã sobre o dossiê nuclear. Defendeu as negociações com a China em mudanças climáticas e o combate à epidemia de ebola. No plano interno, apresentou uma agenda progressista, sintetizada no conceito de "economia da classe média", em que destacou a reforma da saúde e a reforma migratória. Propôs o aumento de impostos sobre os mais ricos, o aumento do salário mínimo, a licença-maternidade remunerada, a aprovação de projeto lei que garantirá a equivalência de salário entre homens e mulheres e a gratuidade do ensino universitário.

Quanto às eleições presidenciais de 2016, existe significativa movimentação no campo democrata em torno da candidatura da ex-Secretária de Estado Hillary Clinton, mas o Vice-Presidente Joe Biden e o Secretário de Estado John Kerry também são vistos como alternativas. No campo republicano, despontam o Governador de Nova Jersey, Chris Christie, os senadores Ted Cruz (Texas), Rand Paul (Kentucky) e Marco Rubio (Flórida), a ex-Secretária de Estado Condoleezza Rice e o ex-Governador da Flórida Jeb Bush.

POLÍTICA EXTERNA

No início de seu segundo mandato, o Governo Obama havia anunciado a região da Ásia-Pacífico como nova prioridade de sua política externa. Tratar-se-ia de um "reequilíbrio" em direção à região para contrabalançar o crescente poder da China. A estratégia do "pivô" para a Ásia-Pacífico deveria amparar-se em aumento da influência econômica norte-americana na região, por meio da negociação da Parceria Transpacífica, que inclui (além de Chile, Peru, México e Canadá) países asiáticos como Japão, Malásia e Vietnã.

A chamada "Doutrina Obama", que pauta as diretrizes da política externa do segundo mandato, tem sido muito criticada por seus opositores. A reticência do Governo Obama a um maior envolvimento militar dos EUA em questões internacionais, aspecto relevante dessa doutrina, é particularmente desaprovada pelos republicanos. A proposta de "reequilíbrio" em direção à Ásia Pacífico é vista com ceticismo por aqueles que apontam o Oriente Médio como área que continuará a exigir expressivos esforços diplomáticos norte-americanos nos próximos anos. A prioridade concedida à Ásia-Pacífico vê-se confrontada pela realidade dos fatos em que a China emerge como grande potência mundial. Os críticos à Doutrina Obama indicam, ademais, que a crise ucraniana e a necessidade de contenção da Rússia mostrariam os limites da proposta de redirecionar o eixo da diplomacia norte-americana para a Ásia Pacífico, em detrimento dos tradicionais aliados transatlânticos.

Em paralelo ao "reequilíbrio" para a Ásia-Pacífico, os Estados Unidos vinham anunciando um "retraimento estratégico" no Oriente Médio. Contribuiu para essa nova postura a crescente produção de gás de xisto (*shale gas*) e de petróleo compactado (*tight oil*) no próprio território norte-americano, possibilitada pelas novas tecnologias de fraturamento hidráulico. Essa "revolução tecnológica" aponta para a perspectiva de autossuficiência energética dos EUA, nos próximos anos, e, conseqüentemente, redução da importância comercial do Oriente Médio para a economia norte-americana.

Apesar das intenções, o Oriente Médio continuou a ocupar boa parte da agenda política externa norte-americana, com foco especial na questão israelo-palestina, na questão nuclear iraniana e no conflito sírio e seus desdobramentos diretos, como o avanço de movimentos fundamentalistas no Iraque, na Síria e na Líbia, que resultou no envolvimento direto dos EUA no combate ao Estado Islâmico. Essa dinâmica vem contribuindo para o progressivo abandono da estratégia de "pivô", à luz do questionamento de suas premissas centrais.

Passados mais de cinco anos de lançamento da mencionada estratégia, os EUA confirmaram seus receios com a ascensão da China, observando com preocupação o adensamento de sua interação econômico-comercial com os países da

região, o aumento e a maior sofisticação de seus gastos militares, assim como um comportamento "mais assertivo" em disputas de soberania marítima. Por outro lado, a premissa de que os EUA estariam em condições de reduzir seu envolvimento na Europa e no Oriente Médio e "priorizar" a Ásia-Pacífico revelou-se, no mínimo, precipitada. A Europa permaneceu um foco do interesse norte-americano, com a negociação em curso da "Parceria Transatlântica em Comércio e Investimento", e um novo tema passou a ter especial atenção do Departamento de Estado dos EUA: a crise ucraniana. Como represália à atuação russa nos movimentos separatistas, os EUA e seus aliados têm aprofundado as sanções aplicadas contra o Kremlin.

No que tange à Índia, os EUA continuam vendo o país como um parceiro estratégico na Ásia, a ponto de apoiar o pleito indiano a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Retribuindo visita aos EUA do Primeiro Ministro Narendra Modi, de 26 a 30 de setembro de 2014, Barack Obama realizou visita a Nova Délhi, nos dias 26 e 27 de janeiro de 2015. Na ocasião, os dois mandatários reafirmaram o compromisso assumido no âmbito do Diálogo Estratégico e Comercial Índia-EUA de fortalecer o comércio e facilitar os investimentos bilaterais. Enfatizando o caráter de "parceria global" da relação entre EUA e Índia, Obama e Modi traçaram metas em mudanças do clima e estimularam o desenvolvimento de cooperação em energia limpa.

No plano das Américas, cabe ressaltar que, em 17 de dezembro de 2014, os Governos dos EUA e de Cuba anunciaram acordo histórico para a normalização das relações bilaterais, depois de meio século de estremecimento. O anúncio foi feito logo após a revelação da libertação do cidadão norte-americano acusado de espionagem, Alan Gross, preso em Cuba desde 2009, e a repatriação de três agentes cubanos presos nos EUA desde 2001. Obama afirmou que os EUA pretendem substituir uma política de sanções e embargo ("que fracassou") por uma política de engajamento, e que começariam prontamente a promover a normalização das relações bilaterais. Como gesto adicional do lado cubano, outros 53 presos políticos detidos na ilha também foram libertados, a pedido dos EUA.

Três medidas concretas deverão efetivar a normalização das relações bilaterais, como o lançamento imediato de negociações para restabelecer relações diplomáticas, inclusive mediante a instalação de embaixada em Havana; a revisão da presença de Cuba na lista de Estados patrocinadores do terrorismo; e a possível emissão de Ordens Executivas para incrementar o fluxo de viajantes, recursos e mercadorias, relaxando o embargo, dentro dos limites impostos pela lei. A revogação do embargo propriamente dito depende de decisão do Congresso norte-americano.

Em 16 de janeiro de 2015, o governo norte-americano anunciou uma série de medidas para minimizar o embargo econômico, financeiro e comercial contra Cuba ("Regulatory Amendments to the Cuba Sanctions"). As medidas flexibilizam as condições para as viagens de cidadãos norte-americanos a Cuba; facilitam as transações financeiras (uso de cartões de crédito e débito, abertura de contas

correntes, aumento do limite de remessas financeiras); e admitem exceções para o embargo comercial na rubrica "Support for the Cuban People".

No período de 21 a 24 de janeiro, a Secretária de Estado Assistente para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Roberta Jacobson, chefiou missão a Havana para a primeira rodada de negociações com vistas à normalização das relações diplomáticas entre EUA e Cuba. Apesar de ainda persistirem pontos de divergência, as partes lograram identificar áreas de cooperação bilateral, tais como meio ambiente e combate ao narcotráfico e ao ebola.

No que diz respeito à América do Sul, o Congresso norte-americano aprovou, em 8 de dezembro de 2014, em caráter conclusivo, projeto de lei ("Venezuela Defense of Human Rights and Civil Society Act of 2014") para a aplicação de sanções contra autoridades venezuelanas por desrespeito aos direitos humanos, na esteira das manifestações populares ocorridas naquele país, em fevereiro de 2014.

O Presidente Obama, à luz do que vê como o agravamento da situação no país, sancionou, no dia 18 de dezembro passado, o referido projeto, suspendendo vistos e congelando ativos, nos EUA, até dezembro de 2016, de funcionários do Governo venezuelano que tenham ordenado, perpetrado ou facilitado atos de violência, abusos e perseguições contra manifestantes. A decisão de Obama provocou reações duras por parte do governo venezuelano. Desse modo, enquanto Cuba e os EUA dão demonstrações de que tencionam iniciar uma nova era nas relações bilaterais, o relacionamento entre Caracas e Washington permanece tenso, com uma elevação de tom de críticas mútuas, após a aprovação e sanção do referido projeto.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

I – Economia

Os indicadores de 2014 confirmam a tendência de recuperação econômica. O desemprego atingiu 5,8% em novembro de 2014 e a inflação alcançou 2,36%, o que indica que a taxa de juros deverá ficar no "patamar mínimo" (entre 0 e 0,25%) até meados de 2015.

O PIB dos EUA no terceiro trimestre de 2014 manteve a trajetória de crescimento moderado observada nos últimos anos: expansão de 3,9% em termos anualizados. Esse resultado mantém o curso de recuperação da atividade econômica, após a queda de 2,1% no primeiro trimestre de 2014, seguida de expansão de 4,6% no 2º trimestre. O desempenho da economia no 4º trimestre ainda não foi apurado, mas a estimativa é de crescimento em torno de 2,5%, o que levaria o PIB consolidado em 2014 a uma taxa de expansão estimada de 2,15% (em comparação a 1,8% em 2011; 2,3% em 2012; e 2,2% em 2013).

A evolução satisfatória dos indicadores econômicos levou o *Federal Reserve* a anunciar o desmonte completo (*tapering*) do afrouxamento monetário (o montante inicial do programa, concebido para combater a crise econômica de 2008, havia sido de US\$ 85 bilhões). A revolução energética, por sua vez, trazida pelo desenvolvimento da exploração em nível comercial do gás de xisto (*shale gas*) e do petróleo compactado (*tight oil*), permitiu a diminuição geral dos custos dos insumos, aumentando o poder de compra da população e contribuindo para certo reaquecimento da economia como um todo.

II – Comércio exterior bilateral

De 2010 a 2014, o intercâmbio comercial entre Brasil e EUA registrou crescimento de 33,8%, com manutenção da tendência de déficit para o Brasil. Entre 2012 e 2013, o déficit brasileiro aumentou 100,6%, passando de US\$ 5,66 bilhões para US\$ 11,37 bilhões. Segundo dados atualizados do MDIC, em 2014, o déficit brasileiro fechou no patamar dos US\$ 7,97 bilhões.

Embora os EUA tenham sido superados pela China como o maior importador de produtos brasileiros, ao contrário do que ocorre com o parceiro asiático, o perfil das exportações do Brasil para os EUA é majoritariamente composto por produtos manufaturados e semimanufaturados, o que indica alto perfil de valor agregado. De acordo com o MDIC, em 2014, a pauta de exportações brasileiras para os EUA teve a participação de ferro e aço (14,2%), máquinas mecânicas (13,3%), combustíveis (13,3%), aviões (8,3%), café (4,9%), pastas de madeira (3,6%), obras

de pedra/gesso/cimento (3,2%), produtos químicos orgânicos (3,2%), madeira (3,0%) e máquinas elétricas (2,9%).

III – Investimentos bilaterais

De acordo com o Banco Central (BACEN), os EUA continuam a ser o país com maior estoque de investimentos no Brasil, no valor de aproximadamente US\$ 136,6 bilhões, no final de 2013. O estoque de investimentos brasileiros nos EUA, em 2013, manteve tendência de crescimento, alcançando valor de US\$ 21,1 bilhões (em 2012, era de 18,4 bilhões). Com relação ao fluxo de investimentos, ingressaram US\$ 9 bilhões no Brasil, originários dos EUA, em 2013, enquanto empresas brasileiras investiram US\$ 2,7 bilhões na economia norte-americana no mesmo ano.

A participação dos investimentos norte-americanos diretos no total de investimentos recebidos pelo Brasil, segundo dados do BACEN, foi de 11,8%, em 2010; 12,8 %, em 2011; 20,3%, em 2012; e 18,3%, em 2013. Entre janeiro e agosto de 2014, segundo as estatísticas do BACEN, o Brasil recebeu aproximadamente US\$ 4,9 bilhões dos EUA e, por sua vez, investiu US\$ 1,93 bilhão naquele país - o que indica uma razão de investimento de US\$ 2,5 investidos pelos EUA no Brasil por cada US\$ 1 investido pelo Brasil nos EUA.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1776	Declaração de Independência.
1787	Assinatura da Constituição, na Filadélfia.
1846	Guerra Mexicano-Americana (1846-1848).
1861	Guerra Civil norte-americana (1861-1865).
1863	Abolição da escravatura, pelo Ato de Emancipação assinado pelo Presidente Abraham Lincoln.
1898	Guerra Hispano-Americana (aquisição de Porto Rico, Cuba e Filipinas).
1917	Entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial.
1929	Quebra da Bolsa de Nova York; Grande Depressão; "New Deal" de Roosevelt, em 1932.
1941	Ataque japonês a Pearl Harbour; entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial; bombas atômicas sobre o Japão em 1945.
1944	Conferência de Bretton Woods cria FMI e Banco Mundial; o dólar passa a ser reserva internacional.
1945	Ata de San Francisco; criação da Organização das Nações Unidas.
1947	Assinatura do GATT, Acordo Geral de Tarifas e Comércio (futura OMC).
1947	Plano Marshall apoia a reconstrução europeia.
1949	Criação da OTAN; início da Guerra Fria com a URSS.
1950	Envolvimento norte-americano na Guerra da Coreia (até 1953).
1954	Início do movimento de direitos civis.
1961	Corte das relações diplomáticas com Cuba; tentativa de invasão da Baía dos Porcos.
1963	Assassinato do Presidente John Kennedy, em Dallas.
1964	Envolvimento militar no Vietnã após ataque a navio norte-americano no Golfo de Tonkin.
1968	Martin Luther King Jr. e Robert F. Kennedy são assassinados; Partido Democrata racha em Convenção em Chicago e Richard Nixon é eleito Presidente.
1971	EUA suspendem convertibilidade do dólar em ouro; crise monetária mundial.
1972	Presidente Nixon visita a China; EUA e URSS assinam acordo para limitação de armas.
1973	Embargo da OPEP causa choque do petróleo e crise na economia norte-americana.
1974	Presidente Nixon renuncia após escândalo Watergate.

1975	EUA se retiram do Vietnã após intensa campanha de mobilização social.
1978	Carter promove Acordo de Camp David (Sadat e Begin); fim do conflito Egito-Israel.
1979	Estabelecimento de relações diplomáticas com a China continental.
1981	Governos Reagan. Invasão de Granada (1983) e escândalo “Irã-Contras” (1986).
1987	Gorbachev e Reagan assinam tratado de redução de arsenal nuclear.
1990	George H. W. Bush (George Bush pai) lidera Guerra do Golfo após invasão do Kuwait pelo Iraque.
1992	Presidentes Bush e Gorbachev se encontram em Camp David; fim da Guerra Fria.
1993	Assinatura do NAFTA (acordo de livre comércio e regras com México e Canadá).
2001	Ataques ao World Trade Center e ao Pentágono deixam quase 3000 mortos.
2002	George W. Bush inicia guerras contra o Iraque e o Afeganistão.
2008	Barack Obama é o primeiro afro-americano a eleger-se Presidente da República.
2011	Osama Bin Laden é morto por um grupo de agentes especiais da marinha americana (Seals), no Paquistão.
2012	Reeleição do Presidente Barack Obama, contra o candidato republicano Mitt Romney.
2014	Em novembro, os Republicanos vencem, nas <i>midterm elections</i> , a maioria da Câmara e do Senado.
2014	O Presidente Barack Obama realiza anúncio histórico de normalização das relações entre EUA e Cuba, após cinco décadas de hostilidades.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Histórica

1824	Os EUA reconhecem a Independência do Brasil (primeira nação a fazê-lo). Estabelecimento das relações diplomáticas. Abertura da Legação do Brasil em Washington.
1825	Abertura da Legação dos EUA no Brasil.
1905	Elevação do <i>status</i> de ambas as Legações a Embaixadas. Joaquim Nabuco é o primeiro embaixador do Brasil em Washington.

Recente

2007 (março)	Visita do Presidente George W. Bush a São Paulo. Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis.
2007 (março)	Visita do Presidente Lula a Camp David.
2007 (setembro)	Resolução da Câmara dos Representantes reconhece a “calorosa amizade” e a crescente “relação estratégica” entre os Estados Unidos e o Brasil.
2008 (março)	Visita da Secretária de Estado Condoleezza Rice a Brasília e Salvador. Assinatura do Plano de Ação para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica.
2008 (março)	Visita do Ministro da Defesa Nelson Jobim a Washington. Proposta brasileira de criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa e promoção da reaproximação entre os dois países na área militar.
2008 (abril)	Visita da então Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, a Washington.
2008 (setembro)	Primeira reunião do novo “Brazil Caucus”, agrupamento informal que reúne cerca de 30 parlamentares com interesse pelo Brasil e pelas relações bilaterais.
2009 (junho)	Visita do então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, a Washington.
2010 (março)	Visita da Secretária de Estado Hillary Clinton ao Brasil. Lançamento do Diálogo de Parceria Global.
2011 (fevereiro)	Visita do Secretário do Tesouro, Timothy Geithner, ao Brasil. Diálogo sobre a situação econômica internacional.
2011 (fevereiro)	Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, a Washington. Diálogo sobre temas da agenda bilateral e global.
2011 (março)	Visita do Presidente Barack Obama ao Brasil. Assinatura de 10 acordos bilaterais.
2011 (junho)	Realização da II Reunião do Diálogo de Parceria Global, em Washington. Lançamento do Plano de Ação em Educação, que precedeu a implementação do Programa Ciência sem Fronteiras junto aos Estados Unidos.
2012 (9-10 de abril)	Visita oficial da Presidenta da República aos Estados Unidos. Oficialização dos Estados Unidos como o principal destino de bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras, financiado pelo Governo brasileiro, e lançamento da Parceria em Aviação.
2012 (16 de abril)	Realização da III Reunião do Diálogo de Parceria Global, em Brasília, que teve por objetivo o estabelecimento de "próximos passos" para a relação bilateral, à luz dos resultados da visita da

	Presidenta Dilma Rousseff aos EUA ocorrida no mesmo mês de abril.
2012 (julho)	Visita da Secretária de Segurança Interna dos Estados Unidos, Janet Napolitano, ao Brasil. Encontros com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e com o Ministro Antonio Patriota, com agenda que aprofundou o diálogo bilateral sobre vistos e migração.
2012 (outubro)	Realização da IV reunião do Diálogo de Parceria Global, a última sob coordenação, pelo lado norte-americano, da Secretária de Estado Hillary Clinton. Repassaram-se temas da agenda bilateral, regional, multilateral e global, e anunciou-se a conclusão do Plano de Ação da Parceria em Aviação. Na mesma viagem, o Chanceler Antonio Patriota encontrou-se, em reunião à parte, com a Secretária de Segurança Interna dos EUA, Janet Napolitano, em retribuição à visita realizada em julho.
2013 (20 de maio)	Visita do Ministro Antonio Patriota a Washington, que realizou encontros de trabalho com o Secretário de Estado John Kerry, com o Conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca, Thomas Donilon, e com o Vice-Conselheiro de Segurança Nacional para Assuntos Econômicos Internacionais, Michael Froman. A agenda abordou os principais temas da agenda bilateral, com ênfase na execução dos compromissos acordados pelos Presidentes dos dois países em suas duas últimas visitas.
2013 (31 de maio)	Visita do Vice-Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ao Brasil. Encontros com o Vice-Presidente da República, Michel Temer, e com a Presidenta da República, Dilma Rousseff, com agenda que teve foco em assuntos econômicos e de energia.
2013 (julho)	Revelação de práticas de espionagem realizadas pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA), que monitorou comunicações eletrônicas e telefônicas de membros do Governo brasileiro, incluindo a própria Presidenta da República, prejudica o clima de confiança e de aproximação crescente entre o Brasil e os Estados Unidos
2013 (agosto)	Visita do Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Kerry, ao Brasil.
2013 (setembro)	Cancelamento de Visita de Estado da Senhora Presidenta da República aos Estados Unidos, programada para outubro, em decorrência das revelações de práticas de espionagem realizadas pela Agência de Segurança Nacional norte-americana (NSA), que monitorou comunicações eletrônicas e telefônicas de membros do Governo brasileiro, incluindo a própria Presidenta Dilma Rousseff.
2014 (julho)	Visita do Vice-Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ao Brasil por ocasião da Copa do Mundo, para assistir, em Natal, a jogo da

	seleção norte-americana, e encontrar-se, em Brasília, em 17 de junho, com a Presidenta Dilma Rousseff e com o Vice-Presidente Michel Temer.
2015 (janeiro)	Visita do Vice-Presidente Joe Biden ao Brasil, por ocasião da cerimônia de posse da Presidenta Dilma Rousseff.

ATOS BILATERAIS

Atos em vigor a partir de 1990

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U)
Acordo de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate a Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes	12/04/1995	28/04/1997	03/06/1997
Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	01/03/1996	09/07/1997	26/08/1997
Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal	14/10/1997	21/02/2001	03/05/2001
Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear.	14/10/1997	15/09/1999	14/10/1999
Acordo para a Promoção da Segurança da Aviação	22/03/2004	27/02/2006	05/04/2006
Acordo para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos	20/03/2007	19/03/2013	16/05/2013
Acordo sobre Propriedades de Imóveis Diplomáticos e Consulares	01/06/2007	18/01/2008	18/01/2008
Acordo para Programas Educacionais e de Intercâmbio Cultural	27/05/2008	17/11/2009	13/05/2010
Acordo, por troca de Notas, sobre a alteração do prazo de validade dos vistos e os emolumentos consulares	14/11/2008	28/05/2010	02/06/2010

incidentes sobre os mesmos vistos			
Acordo de Comércio e Cooperação Econômica	19/03/2011	19/03/2011	26/09/2011

Atos em tramitação

Título	Data de celebração	Publicação (D.O.U)
Acordo sobre Transporte Marítimo	30/09/2005	Em tramitação no MRE
Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa	12/04/2010	Em tramitação na Casa Civil
Acordo sobre Transportes Aéreos	19/03/2011	Em tramitação na Casa Civil
Acordo Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	19/03/2011	Em tramitação no MRE
Acordo para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA	23/09/2014	Em tramitação na Casa Civil

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais indicadores econômicos - 2 0 1 4 (estimativa)

PIB

Crescimento real	2,15%
PIB nominal	US\$ 17,42 trilhões
PIB nominal "per capita"	US\$ 54.678
PIB PPP	US\$ 17,42 trilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 54.678

Origem do PIB (2013)

Agricultura	1,1%
Indústria	19,5%
Serviços	79,4%

Balanco de pagamentos

Saldo em transações correntes	US\$ - 430,9 bilhões
Saldo da balança comercial de bens (janeiro-novembro)	US\$ - 719 bilhões
Reservas internacionais (2013)	US\$ 145,0 bilhões

Outros indicadores

Inflação (fim do período)	2,36%
---------------------------	-------

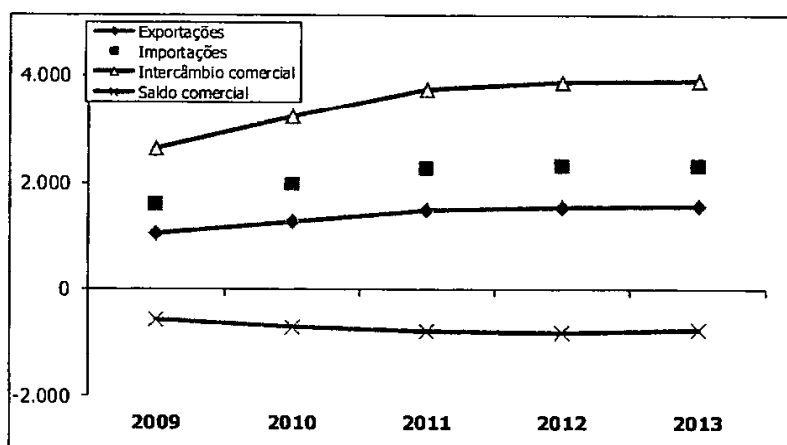
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report December 2014; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014; (3) UN/UNCTAD/ITC/TradeMap January 2015.

Com PIB nominal de US\$ 17,42 trilhões e crescimento de 2,15% em 2014, os Estados Unidos destacaram-se como a principal economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 79,4% do PIB, seguido do industrial com 19,5% e do agrícola com 1,1%. Os Estados Unidos apresentaram, em 2014, déficit em transações correntes de US\$ 430,9 bilhões. O saldo da balança comercial de bens foi deficitário em US\$ 719 bilhões entre janeiro e novembro de 2014.

Evolução do comércio exterior
US\$ bilhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2009	1.057	1.602	2.659	-545
2010	1.277	1.966	3.244	-689
2011	1.480	2.262	3.742	-783
2012	1.546	2.334	3.879	-788
2013	1.578	2.328	3.906	-750
2013(jan-nov)	1.448	2.143	3.591	-695
2014(jan-nov)	1.490	2.208	3.698	-719
Var. % 2009-2013	49,3%	45,3%	46,9%	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, January 2015.
(n.c.) Dado não calculado.*



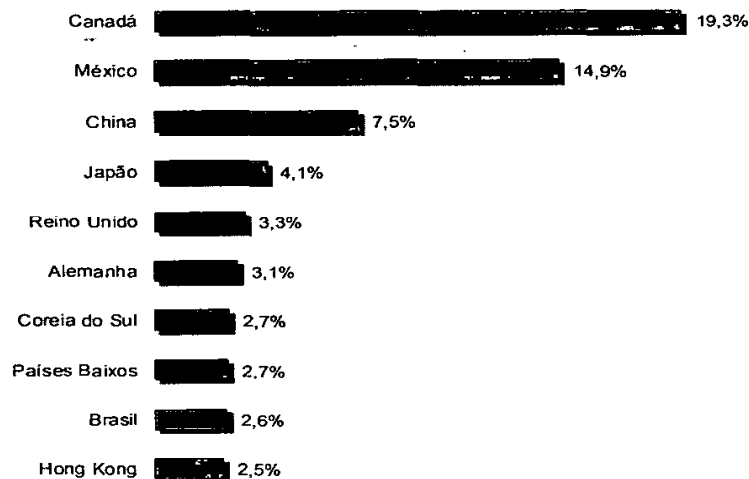
O comércio exterior dos Estados Unidos apresentou, em 2013, crescimento de 46,9% em relação a 2009, de US\$ 2,66 trilhões para US\$ 3,91 trilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2013, os Estados Unidos figuraram como o 2º principal mercado mundial, sendo o 2º exportador e o 1º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise, totalizando em 2013 saldo negativo de US\$ 750 bilhões. Entre janeiro e novembro de 2014, as trocas comerciais do país aumentaram 2,96% em relação ao mesmo intervalo de 2013, refletindo crescimento de 2,87% nas exportações e de 3,03% nas importações.

Direção das Exportações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4 jan-nov	Part.% no total
Canadá	288	19,3%
México	221	14,9%
China	112	7,5%
Japão	61	4,1%
Reino Unido	49	3,3%
Alemanha	46	3,1%
Coreia do Sul	41	2,7%
Países Baixos	40	2,7%
Brasil	39,3	2,6%
Hong Kong	38	2,5%
Subtotal	935	62,7%
Outros países	555	37,3%
Total	1.490	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, January 2015.

10 principais destinos das exportações



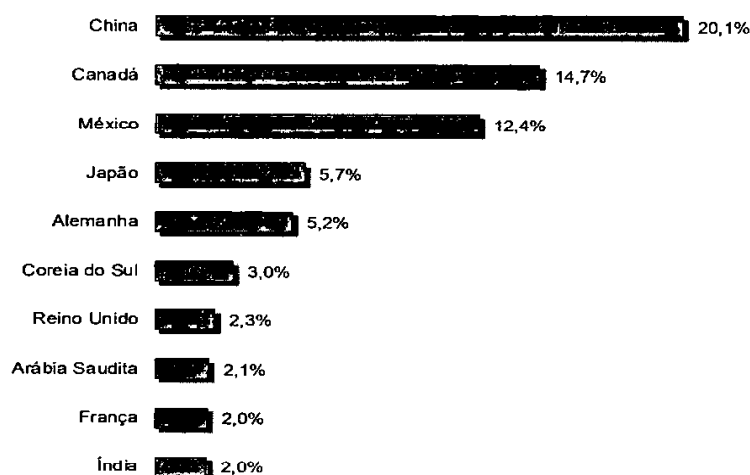
As vendas dos Estados Unidos são direcionadas em grande parte aos vizinhos do continente americano, que absorveram 45,5% do total; seguidos da Ásia com 30,3% e da Europa com 19,8%. Individualmente, o Canadá foi o principal destino das vendas norte-americanas com 19,3% do total entre janeiro e novembro de 2014. Seguiram-se: México (14,9%); China (7,5%); Japão (4,1%); Reino Unido (3,3%); Alemanha (3,1%); Coreia do Sul (2,7%); Países Baixos (2,7%) e o Brasil, em 9º lugar, participando com 2,6% no total.

Origem das Importações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4 jan-nov	Part.% no total
China	444	20,1%
Canadá	324	14,7%
México	273	12,4%
Japão	126	5,7%
Alemanha	115	5,2%
Coreia do Sul	66	3,0%
Reino Unido	50	2,3%
Arábia Saudita	45	2,1%
França	44	2,0%
Índia	43	2,0%
...		
Brasil	28,5	1,3%
Subtotal	1.558	70,6%
Outros países	650	29,4%
Total	2.208	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, January 2015.

10 principais origens das importações



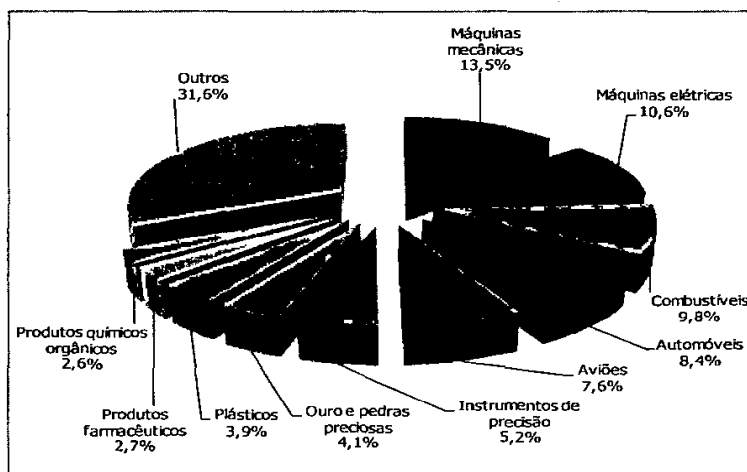
Os países da Ásia são os principais abastecedores do mercado norte-americano. Entre janeiro e novembro de 2014, somaram 44% do total, seguidos dos países do continente americano com 33,5% e da Europa com 20,4%. Individualmente, a China foi o principal fornecedor de bens aos Estados Unidos com 20,1% do total. Seguiram-se: Canadá (14,7%); México (12,4%); Japão (5,7%); Alemanha (5,2%); e Coreia do Sul (3,0%). O Brasil posicionou-se no 17º lugar entre os fornecedores do mercado norte-americano com 1,3% do total, no período indicado.

**Composição das exportações
US\$ bilhões**

Descrição	2 0 1 4 jan-nov	Part.% no total
Máquinas mecânicas	201	13,5%
Máquinas elétricas	157	10,6%
Combustíveis	145	9,8%
Automóveis	125	8,4%
Aviões	113	7,6%
Instrumentos de precisão	78	5,2%
Ouro e pedras preciosas	61	4,1%
Plásticos	58	3,9%
Produtos farmacêuticos	41	2,7%
Produtos químicos orgânicos	39	2,6%
Subtotal	1.018	68,4%
Outros	471	31,6%
Total	1.490	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, January 2015.

10 principais grupos de produtos exportados



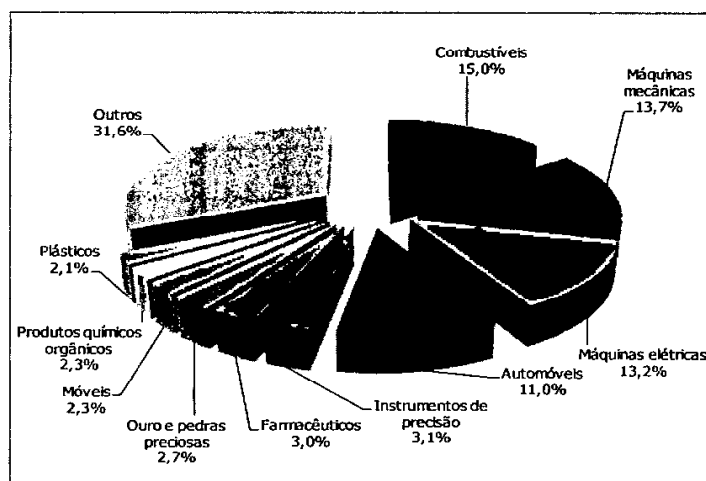
Máquinas mecânicas (computadores, partes de computadores e partes de maquinário, válvulas e torneiras) são os principais itens da pauta de exportações dos Estados Unidos. Entre janeiro e novembro de 2014, representaram 13,5% do total, seguidos de máquinas elétricas (circuitos eletrônicos integrados, aparelhos telefônicos, fios e cabos, transistores) com 10,6%; combustíveis (óleo de petróleo refinado, óleo de petróleo em bruto, gases de petróleo e carvão) com 9,8%; e automóveis (carros, partes de automóveis, caminhões para transporte de carga e tratores) com 8,4%. Seguiram-se: aviões (partes de aviões, helicópteros) com 7,6%; instrumentos de precisão (5,2%); ouro e pedras preciosas (4,1%); e plásticos (3,9%).

**Composição das importações
US\$ bilhões**

Descrição	2 0 1 4 jan-nov	Part.% no total
Combustíveis	330	15,0%
Máquinas mecânicas	302	13,7%
Máquinas elétricas	291	13,2%
Automóveis	242	11,0%
Instrumentos de precisão	70	3,1%
Farmacêuticos	66	3,0%
Ouro e pedras preciosas	60	2,7%
Móveis	51	2,3%
Produtos químicos orgânicos	51	2,3%
Plásticos	46	2,1%
Subtotal	1.510	68,4%
Outros	699	31,6%
Total	2.208	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, January 2015.

10 principais grupos de produtos importados



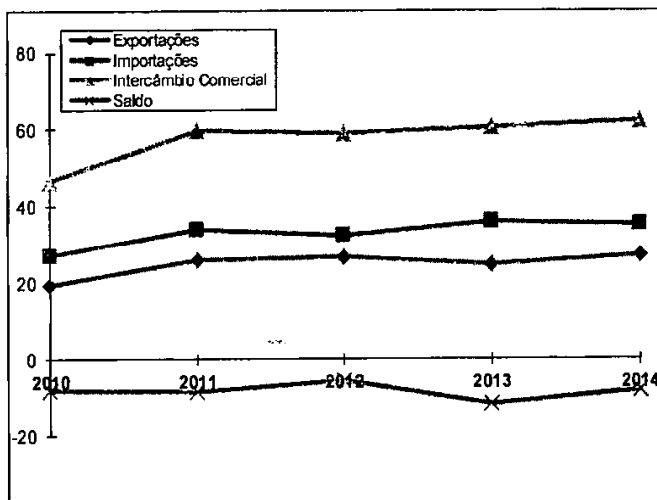
A pauta de importações dos Estados Unidos apresentou-se concentrada em bens industrializados. Entre janeiro e novembro de 2014, combustíveis (óleo de petróleo em bruto, óleo de petróleo refinado e gases de petróleo) foram os principais itens da pauta e representaram 15% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (computadores, turborreatores, turbopropulsores, partes de computadores, impressoras e válvulas e torneiras) com 13,7%; máquinas elétricas (aparelhos telefônicos, circuitos eletrônicos integrados, receptores de TV, fios e cabos) com 13,2%; e automóveis (carros, partes de automóveis, caminhões para transporte de carga e tratores) com 11%.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ bilhões, fob

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	
2010	19,31	23,8%	27,04	35,0%	46,35	30,1%	-7,74
2011	25,80	33,7%	33,97	25,6%	59,77	29,0%	-8,17
2012	26,70	3,5%	32,36	-4,7%	59,06	-1,2%	-5,66
2013	24,65	-7,7%	36,02	11,3%	60,67	2,7%	-11,37
2014	27,03	9,6%	35,00	-2,8%	62,03	2,2%	-7,97
Var. % 2010-2014		40,0%		29,4%		33,8%	n.c.

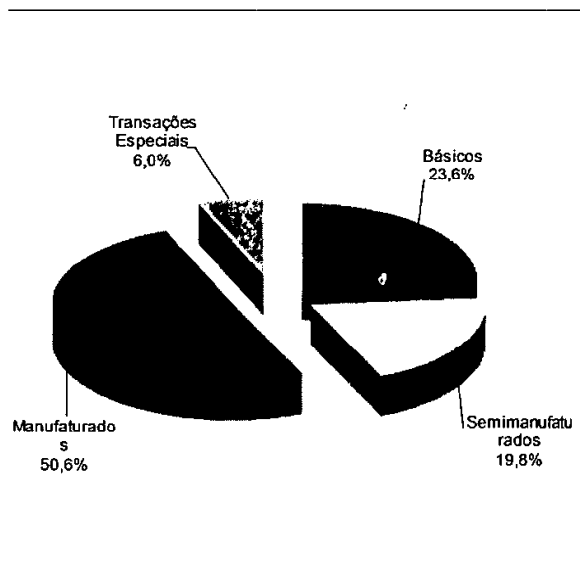
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
(n.c.) Dado não calculado.*

Os Estados Unidos foram o 2º principal parceiro comercial brasileiro, com participação de 13,7% no total em 2014. Entre 2010 e 2014, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 33,8%, de US\$ 46,35 bilhões para US\$ 62,03 bilhões. Nesse período, as exportações cresceram 40% e as importações, 29,4%. O saldo da balança comercial, favorável aos Estados Unidos em todo o período, registrou déficit brasileiro de US\$ 7,97 bilhões em 2014.



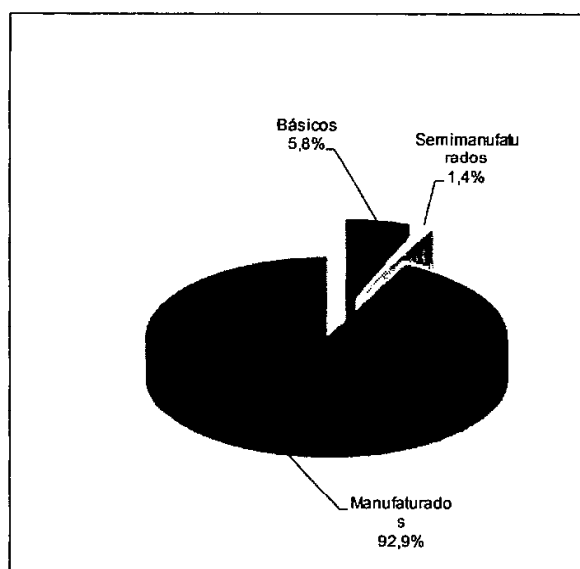
Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2014

Exportações



As exportações brasileiras para os Estados Unidos são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 50,6% do total em 2014, com destaque para a venda de máquinas mecânicas, aviões e combustíveis. Os básicos posicionaram-se em seguida com 23,6% (petróleo em bruto e café) e os semimanufaturados (ferro e aço e pastas de madeira) com 19,8%.

Importações



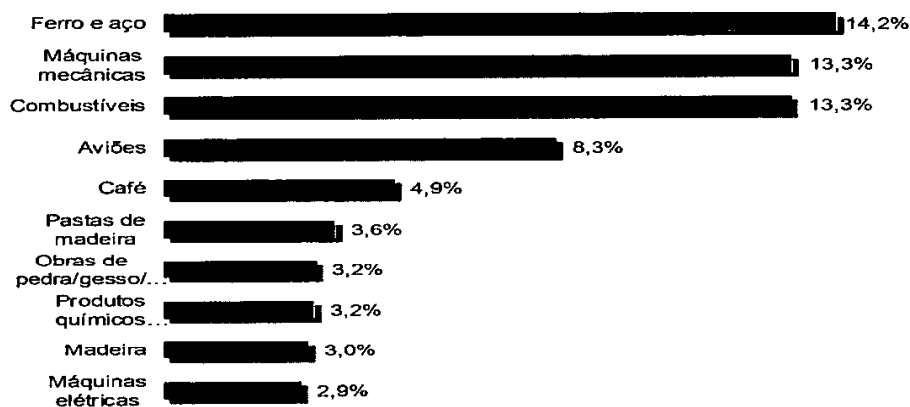
Os produtos manufaturados somaram 92,9% da pauta de importações em 2014, representados pela compra de máquinas mecânicas e elétricas, óleo diesel, produtos químicos orgânicos e plásticos. Os básicos posicionaram-se em seguida com 5,8%, com destaque para básicos (hulha betuminosa) e os semimanufaturados com 1,4%.

**Composição das exportações brasileiras
US\$ milhões, fob**

Descrição	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 4	
			Valor	Part. % no total
Ferro e aço	3.532	3.129	3.844	14,2%
Máquinas mecânicas	2.500	2.882	3.591	13,3%
Combustíveis	5.723	3.622	3.588	13,3%
Aviões	1.145	1.381	2.243	8,3%
Café	1.137	982	1.317	4,9%
Pastas de madeira	907	1.028	974	3,6%
Obras de pedra/gesso/cimento	648	842	864	3,2%
Produtos químicos orgânicos	940	936	853	3,2%
Madeira	605	724	819	3,0%
Máquinas elétricas	1.111	796	777	2,9%
Subtotal	18.249	16.322	18.870	69,8%
Outros produtos	8.452	8.331	8.158	30,2%
Total	26.701	24.653	27.028	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alcweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



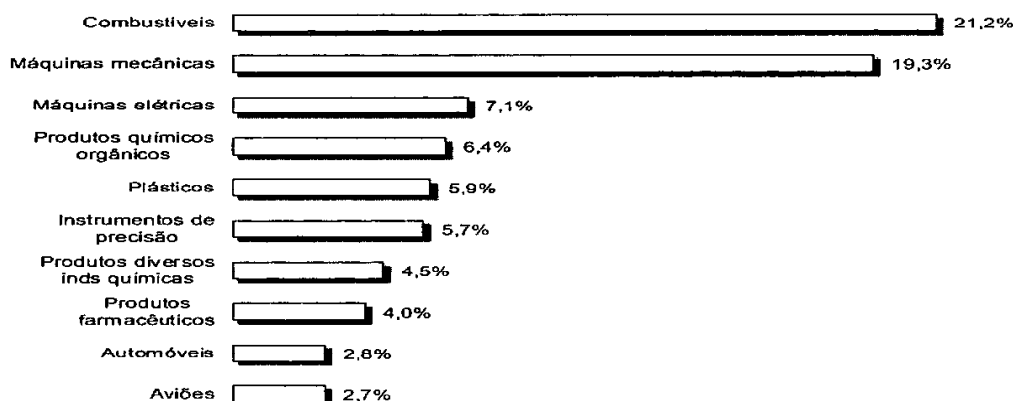
Ferro e aço (produtos semimanufaturados de ferro e aço e de outras ligas de aços, ferro bruto não ligado, ferronióbio) foi o principal grupo de produtos brasileiros exportado para os Estados Unidos. Em 2014 representou 14,2% do total da pauta, seguido de máquinas mecânicas (partes de turborreatores ou de turbopropulsores, outros niveladores, elevadores de carga) com 13,3%; combustíveis (óleo de petróleo em bruto, outras gasolinas, exceto para aviação, "fuel oil" e coque de petróleo calcinado) com 13,3%; aviões (outros aviões/veículos aéreos, peso >15000kg, vazios, partes para aviões ou helicópteros, aviões a turbojatos, vazios) com 8,3%; café (4,9%).

**Composição das importações brasileiras
US\$ milhões, fob**

Descrição	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 4	
			Valor	Part. % no total
Combustíveis	6.337	6.772	7.429	21,2%
Máquinas mecânicas	6.949	7.040	6.768	19,3%
Máquinas elétricas	2.278	2.855	2.475	7,1%
Produtos químicos orgânicos	1.967	2.296	2.240	6,4%
Plásticos	1.932	2.206	2.080	5,9%
Instrumentos de precisão	1.912	2.103	2.008	5,7%
Produtos diversos inds químicas	1.193	1.610	1.583	4,5%
Produtos farmacêuticos	1.193	1.320	1.388	4,0%
Automóveis	965	1.040	967	2,8%
Aviões	1.109	1.039	962	2,7%
Subtotal	25.835	28.283	27.900	79,7%
Outros produtos	6.527	7.736	7.099	20,3%
Total	32.363	36.019	34.999	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil

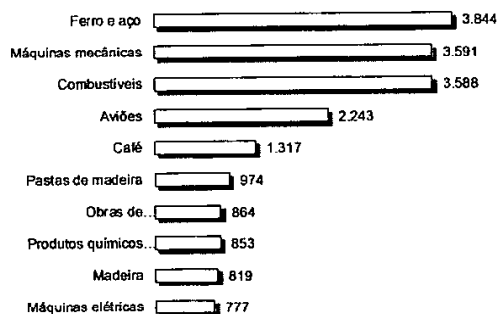


Combustíveis (óleo diesel, propanos liquefeitos, hulha betuminosa, naftas para petroquímica) foram os principais produtos importados dos Estados Unidos. Em 2014 representaram 21,2% do total das compras, seguidos de máquinas mecânicas (partes de turborreatores e turbopropulsores, turborreatores de empuxo, partes de máquinas de terraplanagem, árvores de transmissão, veículos autopropulsores para movimentar carga) com 19,3%; máquinas elétricas (grupos eletrogeradores de energia eólica, circuitos integrados monolíticos, microprocessadores) com 7,1%; produtos químicos orgânicos com 6,4%; plásticos (5,9%); instrumentos e aparelhos médicos e de precisão (5,7%); e produtos diversos das indústrias químicas (4,5%).

**Composição do intercâmbio comercial
US\$ milhões, fob**

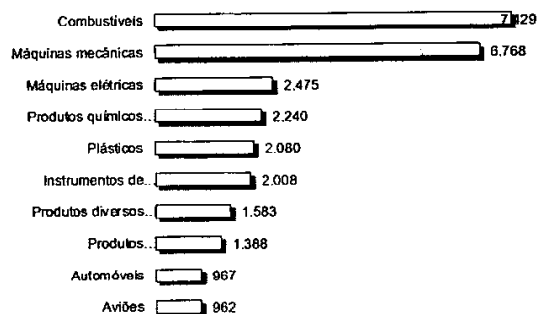
Descrição	2013	Part. % no total	2 0 1 4	Part. % no total
Exportações				
Ferro e aço	3.129	12,7%	3.844	14,2%
Máquinas mecânicas	2.882	11,7%	3.591	13,3%
Combustíveis	3.622	14,7%	3.588	13,3%
Aviões	1.381	5,6%	2.243	8,3%
Café	982	4,0%	1.317	4,9%
Pastas de madeira	1.028	4,2%	974	3,6%
Obras de pedra/gesso/cimen	842	3,4%	864	3,2%
Produtos químicos orgânicos	936	3,8%	853	3,2%
Madeira	724	2,9%	819	3,0%
Máquinas elétricas	796	3,2%	777	2,9%
Subtotal	16.322	66,2%	18.870	69,8%
Outros produtos	8.331	33,8%	8.158	30,2%
Total	24.653	100,0%	27.028	100,0%

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



Descrição	2013	Part. % no total	2 0 1 4	Part. % no total
Importações				
Combustíveis	6.772	18,8%	7.429	21,2%
Máquinas mecânicas	7.040	19,5%	6.768	19,3%
Máquinas elétricas	2.855	7,9%	2.475	7,1%
Produtos químicos orgânicos	2.296	6,4%	2.240	6,4%
Plásticos	2.206	6,1%	2.080	5,9%
Instrumentos de precisão	2.103	5,8%	2.008	5,7%
Produtos diversos inds quími	1.610	4,5%	1.583	4,5%
Produtos farmacêuticos	1.320	3,7%	1.388	4,0%
Automóveis	1.040	2,9%	967	2,8%
Aviões	1.039	2,9%	962	2,7%
Subtotal	28.283	78,5%	27.900	79,7%
Outros produtos	7.736	21,5%	7.099	20,3%
Total	36.019	100,0%	34.999	100,0%

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aicweb.

Aviso nº 84 - C. Civil.

Em 5 de março de 2015.


A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Atenciosamente,


ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 11/3/2015

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 10592/2015

3

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 64, de 2014 (nº 240, de 15 de agosto de 2014, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática da Guiné Equatorial.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

Em observância ao disposto na Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata.

O Senhor Evaldo Freire, filho de Francisco Antônio Freire e Teresinha de Jesus Matta Freire, nasceu em 19 de agosto de 1954, na cidade de Teresina, Piauí.

Em 1976, concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ. É mestre em Política

Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica (1995). No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1985) e o Curso de Altos Estudos (2011), tendo defendido a tese com o seguinte título: “O Secom de São Francisco e a Economia Verde do Vale do Silício: Perspectivas de uma Nova Promoção Comercial do Brasil”.

O indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1986 e Segundo-Secretário em 1992. Chegou a Primeiro-Secretário em 2002; a Conselheiro em 2007; e a Ministro de Segunda Classe em 2011.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Cônsul-Adjunto nos Consulados-Gerais em Nova York (2004-07) e São Francisco (2007-11); Diretor do Comitê Nacional da Rio+20 (2011/13); missão transitória na Embaixada em Bissau (2013/14).

Acompanha a mensagem presidencial, também em atendimento à mencionada resolução do Senado, sumário executivo elaborado pelo MRE sobre a Guiné Equatorial. Esse documento dá notícias das relações bilaterais, apresenta lista de tratados celebrados, indica dados básicos do país, sua política interna e externa, bem como sua economia.

As relações diplomáticas bilaterais foram estabelecidas em 1974. Elas, no entanto, só adquiriram impulso com a abertura das respectivas embaixadas residentes no romper dos anos 2000. Desde então, várias visitas oficiais a nível presidencial foram realizadas. A derradeira foi da Presidente Dilma Rousseff em fevereiro de 2013 para participar da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo América do Sul-África (ASA).

A comunidade de brasileiros na Guiné Equatorial é estimada em 400 pessoas, que são atendidas pelo Setor Consular da Embaixada em Malabo.

O comércio bilateral tornou-se bastante expressivo nos últimos anos. Em 2013, o intercâmbio foi de aproximadamente US\$ 1,037 bilhão. Nas trocas comerciais, o Brasil acumula seguidos déficits. Essa circunstância está associada ao fato de que importamos petróleo e exportamos produtos com pouco valor agregado (pedaços e miudezas de galinha, carnes e miudezas de peru). Verifica-se, entretanto, forte presença de empresas brasileiras atuando em obras

de infraestrutura no país. Há, ainda, negociações para eventual compra de aeronaves da empresa EMBRAER, bem como de uma corveta da classe “Barroso”.

A Guiné Equatorial tem, desde 1995, o petróleo como carro-chefe de sua economia. Nesse sentido, 98% das suas exportações são constituídas de petróleo cru e gás liquefeito. Os dinheiros obtidos com a comercialização proporcionou ao país a renda *per capita* mais alta do continente africano: US\$ 23 mil.

Digno de registro é o fato de que a Guiné Equatorial, ex-colônia espanhola, almeja sua inclusão como membro pleno da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de que já é observador. Para tanto, o governo guinéu-equatoriano adotou o Português como terceira língua oficial em 2011. Informa-se, por fim, que o país não possui dívidas em atraso com o Brasil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 64, DE 2014

(nº 240/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

Os méritos do Senhor Evaldo Freire que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2014.

Assinatura manuscrita em tinta preta, que parece ser a do Presidente do Senado Federal, Joaquim Pinheiro.

EM nº 00236/2014 MRE

Brasília, 15 de Maio de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **IVALDO FREIRE**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **IVALDO FREIRE** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

EM Nº 00236 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

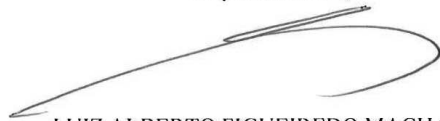
Brasília, 45 de maio de 2014.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **IVALDO FREIRE**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **IVALDO FREIRE** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE EVALDO FREIRE

CPF.: 362.977.987-53

ID.: 9062 MRE

1954 Filho de Francisco Antônio Freire e Teresinha de Jesus Matta Freire, nasce em 19 de agosto, em Teresina/PI

Dados Acadêmicos:

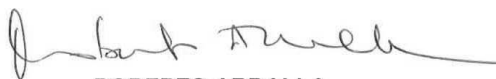
1976 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 1978 Especialização em Direito Marítimo, Fundação de Estudos do Mar, Rio de Janeiro, RJ
 1979 Especialização em Transporte Marítimo, Fundação de Estudos do Mar, Rio de Janeiro, RJ
 1980 Pós-Graduação em Matemática Financeira Aplicada, Fundação Getúlio Vargas, RJ
 1981 Pós-Graduação em Economia Brasileira Contemporânea, Associação Brasileira de Imprensa, RJ
 1985 CPCD - IRBr
 1994 CAD - IRBr
 1995 Mestrado em Política Internacional, Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica
 2011 CAE: O Secom de São Francisco e a Economia Verde do Vale do Silício: Perspectivas de uma Nova Promoção Comercial do Brasil

Cargos:

1986 Terceiro-Secretário
 1992 Segundo-Secretário
 2002 Primeiro-Secretário
 2007 Conselheiro
 2011 Ministro de Segunda Classe

Funções:

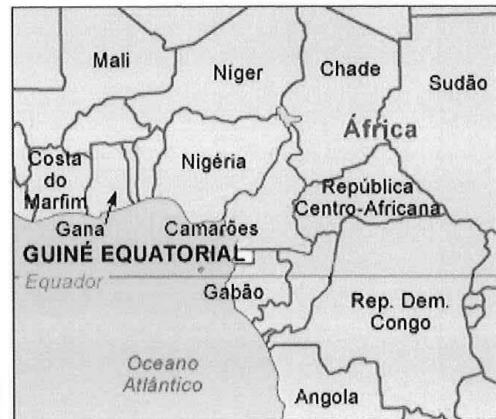
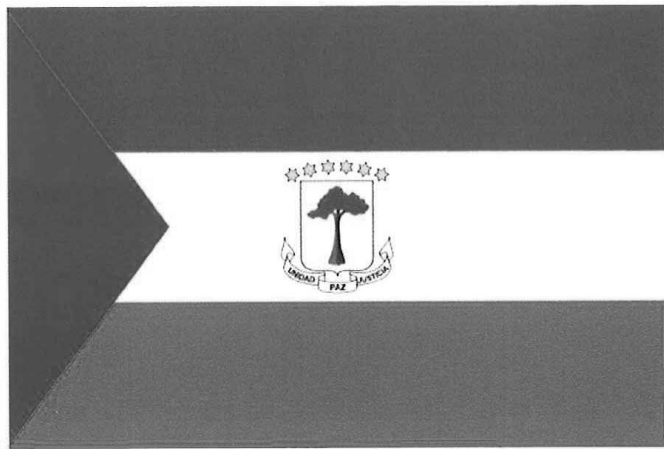
1986-89 Divisão de Informação Comercial, assessor
 1989-90 Secretaria Especial de Imprensa, assessor
 1990-91 Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, assessor do Secretário Nacional de Economia
 1991-92 Divisão de Política Financeira, assessor
 1992-95 Missão junto à CEE, Bruxelas, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1995-99 Embaixada em Tóquio, Segundo-Secretário
 1999-2001 Divisão de Informação Comercial, assessor
 2001-04 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assessor
 2002-03 Embaixada em Abu Dhabi em missão transitória
 2004-07 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Adjunto
 2007-11 Consulado-Geral em São Francisco, Cônsul-Adjunto
 2011-13 Comitê Nacional da Rio+20, Diretor
 2013-14 Embaixada em Bissau em missão transitória
 2014- Departamento do Serviço Exterior



ROBERTO ABDALLA
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GUINÉ EQUATORIAL



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Março de 2014

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República da Guiné Equatorial
Gentílico:	Guinéu-equatoriano
Capital:	Malabo
Área:	28.051 km ² (pouco maior que a de AL)
População (ONU, 2012):	740 mil (pouco maior que a de Aracaju)
Idiomas oficiais:	Espanhol, francês e português
Principais religiões:	Cristianismo (90%); religiões tradicionais africanas (10%)
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Bicameral: Senado (câmara alta); Câmara de Representantes do Povo (câmara baixa)
Chefe de Estado:	Presidente Teodoro Obiang Nguema M'basogo (desde agosto de 1979)
Chefe de Governo:	Vicent Ehate Tomi (maio/2012)
Chanceler:	Agapito Mba Mokuy (maio/2012)
PIB (FMI, est. 2013)	US\$ 17,1 bilhões (prox. ao da PB)
PIB PPP (FMI, est. 2013)	US\$ 19,7 bilhões
PIB per capita (FMI, est. 2013)	US\$ 22,3 mil (pouco maior que o de SP)
PIB PPP per capita (FMI, est. 2013)	US\$ 25,7 mil
IDH (ONU, 2013):	0,554 (136º no ranking mundial)
Expectativa de vida (ONU, 2013):	50,5 anos
Índice de alfabetização (ONU, 2013):	93,9%
Índice de desemprego (2009):	22,3%
Unidade monetária:	Franco CFA da África Central (XAF)
Embaixador em Brasília:	Benigno Pedro Matute Tang
Embaixador em Malabo:	Eliana da Costa e Silva Puglia
Comunidade brasileira estimada:	400

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – G. Equatorial	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Intercâmbio	297.538	103.408	243.954	411.225	302.842	557.422	655.326	279.414	1.037.267
Exportações	6.860	10.568	34.499	41.830	45.434	47.422	67.184	90.540	62.744
Importações	290.678	92.840	209.455	369.395	257.408	510.000	588.142	188.873	974.523
Saldo	-283.818	-82.272	-174.956	-327.565	-211.974	-462.527	-520.957	-98.333	-911.779

PERFIS BIOGRÁFICOS**Teodoro Obiang Nguema M'basogo
Presidente**

Teodoro Obiang Nguema M'basogo nasceu em junho de 1942. Em 1963, foi aceito como cadete na Guarda Territorial e, em seguida, iniciou treinamento na Academia Militar General Francisco Franco, na Espanha. Continuou a carreira nas Forças Armadas até 1975, quando assumiu a patente de tenente-coronel e foi elevado a Comandante das Forças Armadas.

Em julho de 1979, apoiado pela Espanha e pelo Marrocos, organizou o golpe de Estado que depôs o então Presidente Francisco Macías Nguema, seu tio. Em 1982, foi eleito Presidente. Anos mais tarde, fundou o Partido Democrático da Guiné Equatorial (PDGE), que ascendeu ao poder em 1989.

Foi reeleito em 1996, 2002 e 2009, para sucessivos mandatos de sete anos.

Obiang visitou o Brasil oficialmente em três ocasiões. A primeira visita ocorreu em julho de 2006, no contexto da II Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora, em Salvador (BA). A segunda aconteceu em fevereiro de 2008, quando se encontrou com o Presidente Lula em Brasília. Em 2012, chefiou a delegação de seu país à Conferência Rio+20. Além disso, fez três visitas privadas ao Brasil. Em 2010, visitou a EMBRAER, em São José dos Campos. Em 2011, foi ao Rio de Janeiro para o Carnaval. Em 2014, visitou São Paulo, onde participou de encontros empresariais.



Vicent Ehate Tomi
Primeiro-Ministro

Nascido em Malabo, em 1986, Vicent Tomi tornou-se Primeiro-Ministro em maio de 2012, no contexto da ampla reforma institucional por que passava a Guiné-Equatorial. Na ocasião, foram criadas novas instituições, como o Senado e o Tribunal de Contas, e cargos, como o de Vice-Presidente. O país também deixou de ser parlamentarista para tornar-se semipresidencialista.

Antes da nomeação, Vicent Tomi era Secretário Geral da Presidência encarregado da Coordenação Administrativa do Governo, função semelhante a que passou a desempenhar. Anteriormente, ocupara a chefia do importante Ministério dos Transportes, Tecnologias, Correios e Telecomunicações. Substituiu Ignacio Milán Tang, que se tornou Vice-Presidente.



Agapito Mba Mokuy
Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação

Nascido em 1965, Agapito Mba Mokuy graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado de Louisiana, nos Estados Unidos (1991). Obteve o título de mestre em gestão pela Universidade de Bangkok, com dissertação sobre estratégias para melhorar a produção de cacau na Guiné Equatorial (2004).

No âmbito profissional, trabalhou na UNESCO, em diferentes funções, por quase duas décadas. Tornou-se, em 2010, Conselheiro da Presidência da República para Organismos Internacionais. Ocupando esse cargo, destacou-se como um dos principais defensores na UNESCO da instituição do "Prêmio Guiné Equatorial para as Ciências da Vida". Em maio de 2012, foi indicado Ministro de Assuntos Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

Histórico

As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1974. No entanto, o relacionamento só ganhou impulso com a abertura das respectivas Embaixadas residentes e com a assinatura de diversos acordos bilaterais, na década de 2000. Visitas de alto nível também contribuíram para o fortalecimento das relações.

Ademais de visitas a turismo, o Presidente Obiang visitou oficialmente o Brasil em três ocasiões: em 2006, 2008 e 2012. O então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, visitou a Guiné Equatorial em julho de 2010. Representando a Presidenta Dilma Rousseff, Lula voltou à Guiné Equatorial, em junho de 2011, para participar da Cúpula da União Africana e, em março de 2013, quando participou de conferência sobre desenvolvimento econômico e inclusão social e se reuniu com empresários e autoridades locais. A Presidenta Dilma Rousseff esteve em Malabo, em fevereiro, para participar da Cúpula América do Sul-África (ASA).

Contexto atual do relacionamento bilateral

O relacionamento bilateral com a Guiné Equatorial integra o contexto amplo das parcerias que o Brasil procura fortalecer com os países do Sul (em desenvolvimento), em geral, e com os africanos, em particular. O significativo comércio bilateral, decorrente das importações brasileiras de petróleo guinéu-equatoriano, tem sido acompanhado de iniciativas de cooperação técnica.

À Guiné Equatorial, por sua vez, estabelecer laços mais sólidos com o Brasil é considerado um caminho para o país diversificar suas parcerias internacionais e escapar à grande influência exercida por parceiros mais tradicionais, como a Espanha e a França.

Cooperação técnica

O *Acordo Básico de Cooperação*, assinado em 2005, foi ratificado pelas partes em 2009. Um ano antes, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) enviara à Guiné Equatorial missão técnica para trabalhar na elaboração de projetos. Foram elaboradas propostas de projeto nas áreas de agricultura familiar e futebol, que ainda estão sendo negociadas entre as partes.

Em 2013, no entanto, não houve execução financeira na cooperação com a Guiné Equatorial, segundo dados da ABC.

Cooperação cultural e educacional

O Brasil e Guiné Equatorial celebraram Acordo de Cooperação Educacional em 23 de outubro de 2009, por ocasião da visita do então Chanceler Celso Amorim ao país africano. O Congresso Nacional aprovou-o em 2011. O Brasil notificou o Governo da Guiné Equatorial em janeiro de 2012 e, desde então, aguarda a confirmação da parte guinéu-equatoriana para a posterior promulgação pelo Brasil.

A parceria na área de formação de professores e gestores para o ensino técnico fez parte do discurso da Presidenta Dilma Rousseff na abertura da III Cúpula ASA, em fevereiro de 2013, e provocou uma série de solicitações de autoridades locais. A primeira área a ser atendida é a do ensino do português, uma vez que o país necessita apoio para cumprir as metas para a plena adesão na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A Guiné Equatorial necessita professores formadores de professores de português. O tema foi discutido com o então Ministro de Educação Aloisio Mercadante, que participou da comitiva presidencial à ASA, e que apoiou o pleito guinéu-equatoriano. Mercadante sugeriu a utilização da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e de vídeo conferências para tal objetivo. Propôs, ainda, fosse a Ministra de Educação da Guiné Equatorial convidada a visitar o Brasil para conhecer as possibilidades e eventualmente assinar memorando de cooperação nessa área.

Além disso, três diplomatas guinéu-equatorianos beneficiaram-se do intercâmbio com o Instituto Rio Branco entre 2010 e 2012.

Energia

As extensas reservas de petróleo e de gás natural atraíram investimentos brasileiros para a Guiné Equatorial. Em 2013, a empresa brasileira ARG obteve o direito de explorar o bloco offshore de petróleo e gás EG-1. Estima-se que o bloco tenha boas perspectivas exploratórias, uma vez que se localiza ao lado do campo OKUME, operado pela norte-americana HESS, com produção de 59 mil barris por dia. A empresa terá como parceira a estatal GEPetrol.

A centralidade dos hidrocarbonetos na economia guinéu-equatoriana repercute na relativa falta de interesse do Governo do país africano em desenvolver iniciativas na área de energias renováveis.

Candidaturas

Embora a Guiné Equatorial não seja membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), as autoridades do país expressaram apoio à candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo à Direção Geral daquela Organização, no âmbito do Comitê de Candidaturas da União Africana (UA), em 2013.

Comércio e investimentos

Comércio

O intercâmbio bilateral tem crescido substancialmente desde 2002. Nesse ano, o intercâmbio alcançou o patamar de US\$ 7,7 milhões. Em 2011, as trocas somaram o valor recorde de US\$ 655 milhões. Em 2012, verificou-se recuo: US\$ 279 milhões. Os fortes números de 2013 (US\$ 1,037 bilhão), no entanto, sugerem que esse recuo esteja relacionado ao registro tardio de importações de petróleo realizadas pelo Brasil em 2012 (e computadas em 2013). O Brasil acumula persistentes déficits na balança comercial com a Guiné Equatorial. As exportações brasileiras estão concentradas em produtos com pouco valor agregado, tais como pedaços e miudezas de galinha carnes e miudezas de peru.

Construção civil

As construtoras brasileiras ARG e Andrade Gutierrez têm contratos na Guiné Equatorial, em obras de infraestrutura na parte continental do país. A OAS e a Queiroz Galvão também possuem empreendimentos: a primeira em rodovia na ilha de Bioko; a segunda na construção da cidade administrativa de Oyala, na parte continental. Com elas, os interesses brasileiros na Guiné Equatorial são estimados em US\$ 5 bilhões. A ODEBRECHT aguarda autorização do Presidente Obiang para iniciar a construção do terminal do aeroporto de Mongomeyen.

Indústria aeroespacial

Em fevereiro de 2014, o Presidente Obiang encontrou-se com executivos da Embraer, em São Paulo, para estudar a aquisição de aeronaves da empresa brasileira – estimam-se 190 unidades – para compor a frota da companhia aérea guinéu-equatoriana CEIBA.

Defesa

A EMGEPRON (Empresa Gerencial de Projetos Navais, pública), após manifestação de interesse do Presidente Obiang em adquirir uma corveta classe "Barroso" para a Marinha da Guiné Equatorial, abriu negociações para a venda de embarcação de grande porte. Caso finalizado, será o maior negócio da Marinha brasileira no exterior, na ordem de US\$ 450 milhões. Nesse sentido, cabe ressaltar que, em 2010, Brasil e Guiné Equatorial assinaram acordo de cooperação em matéria de defesa.

Assuntos consulares

Há cerca de 400 brasileiros vivendo na Guiné Equatorial. A comunidade brasileira é atendida pelo Setor Consular da Embaixada em Malabo. Não há consulados honorários.

Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica entre Brasil e Guiné Equatorial. As cartas rogatórias e os pedidos de cooperação jurídica, em geral, tramitam com base em compromisso de reciprocidade.

Empréstimos e financiamentos oficiais

A Guiné Equatorial não possui dívidas em atraso com o Brasil em renegociação pelo Comitê de Recuperação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

Histórico

Antiga colônia espanhola, a Guiné Equatorial tornou-se independente em 1968. O primeiro Presidente, Francisco Macías Nguema, estabeleceu um regime de partido único em 1970. Seu governo caracterizou-se pelo fortalecimento do Executivo. Em 1979, Teodoro Obiang Nguema M'basogo – sobrinho de Francisco Macías – liderou golpe de Estado e tornou-se o novo Presidente do país, cargo que mantém até hoje.

Em 1987, Obiang fundou o Partido Democrático da Guiné Equatorial (PDGE). Em 1992, foi instituído o multipartidarismo. Existem vários partidos políticos, mas apenas a Convergência para a Democracia Social (CPDS) é efetivamente opositora. O CPDS dispõe de apenas um assento no Parlamento Nacional.

Instituições

A Guiné Equatorial adota a República e o semipresidencialismo como forma de Governo e sistema de Governo, respectivamente. Apesar de haver o cargo de Primeiro-Ministro, o Poder Executivo concentra-se nas mãos do Presidente. O país adota o unitarismo como forma de Estado. O país é um estado secular, isto é, caracterizado pela separação entre religião e política.

O Parlamento Nacional guinéu-equatoriano é bicameral. O Senado, introduzido por emenda constitucional aprovada por referendo popular em novembro de 2011, tem 70 membros – dos quais 55 são eleitos e 15 são nomeados pelo Presidente da República –, com mandato de cinco anos. A Câmara de Representantes do Povo, que é a câmara baixa, possui 100 membros, eleitos pelo sistema de representação proporcional, para um período de cinco anos.

Apesar de a separação dos poderes e a independência do Judiciário serem garantidas constitucionalmente, o poder político está concentrado no Presidente – da etnia Fang – e no seu clã político. O relatório mais recente do "Ibrahim Index of African Governance" (2013) classificou a Guiné Equatorial na 45ª posição entre 52 países.

A sociedade civil ainda tem baixa capacidade de mobilização, ao passo que a oposição é desarticulada: críticas mais contundentes são feitas, em sua maioria, por exilados guinéu-equatorianos residentes em países europeus, principalmente na Espanha.

Dados apontam que a situação dos direitos humanos tem apresentado avanços, com nenhum preso político no país. Quanto à liberdade de imprensa, vale destacar que, embora todos os órgãos da imprensa pertençam ao governo ou a familiares próximos do Presidente Obiang, a internet é livre, e as rádios internacionais, como France Press e BBC, são ouvidas normalmente.

Indicadores sociais e demográficos

A Guiné Equatorial é um país com indicadores econômicos e sociais bastante favoráveis no contexto da África Central e Ocidental, o que se explica pelas vultosas receitas petrolíferas, embora a distribuição dessa renda esteja longe de ser equitativa entre o conjunto da população. A ONU (2013) classificou o país na 136ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano, que avalia indicadores como saúde, educação e renda per capita. No continente africano, a Guiné Equatorial ostenta o 13º maior IDH.

Do ponto de vista demográfico, embora a Guiné Equatorial, à semelhança do que ocorre em grande parte da África, seja caracterizada pela heterogeneidade étnica, percebe-se o predomínio da etnia Fang, que congrega 85% dos mais de 700 mil guinéu-equatorianos, enquanto 6,5% são da etnia Bubi e 3,6%, da etnia Ndowe. A Guiné Equatorial tem atraído considerável contingente de imigrantes – oriundos, sobretudo, do Cameroun, do Gabão e da Nigéria – para trabalhar nos projetos de infraestrutura.

As reformas de 2011 e 2012

Em novembro de 2011, referendo popular aprovou proposta de alteração da Constituição que estabeleceu a criação de diversos órgãos (entre eles o Senado e o Tribunal de Contas). A nova Constituição foi promulgada em abril de 2012.

Eleições locais e legislativas foram realizadas em maio de 2013, nas quais o PDGE manteve sua supremacia.

Apesar das mudanças, o governo mantém firme controle sobre a sociedade. Prevê-se que o presidente Teodoro Obiang indique seu filho Teodorín, que atualmente exerce o cargo de Segundo Vice-Presidente, como seu sucessor.

POLÍTICA EXTERNA

Relações com os Estados Unidos

Grande exportadora de petróleo, a Guiné Equatorial busca manter relações cordiais com os grandes importadores de óleo. Os laços com os Estados Unidos, por exemplo, são estreitos – diversas empresas norte-americanas, como a Exxon Mobil, atuam no setor petrolífero guinéu-equatoriano.

Relações com países ocidentais

O relacionamento com a França tem-se deteriorado, em decorrência de processos movidos na Justiça francesa contra o filho primogênito e provável sucessor de Obiang, Teodorín, no caso conhecido como "bens mal adquiridos". Trata-se de acusação de que Teodorín teria usado recursos do orçamento do Estado guinéu-equatoriano para a aquisição de bens particulares na França.

Com a ex-metrópole, a Espanha, as relações tiveram avanços e recuos. Estes se devem, em particular, à presença, no país europeu, de grande número de exilados políticos guinéu-equatorianos, que organizaram partidos e manifestações constantes de crítica aos regimes Macías e Obiang. Fator de aproximação entre Malabo e Madri é a cooperação bilateral.

Relações com a África

No continente africano, a Guiné Equatorial integra a União Africana (UA) e dois grupos regionais de integração, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central (CEMAC).

O país tem ampliado sua visibilidade no cenário continental e global: em 2011, Obiang foi Presidente de turno da UA. Além disso, tem se destacado por sediar diversas Cúpulas. Em dezembro de 2012, sediou a VII Cúpula de Chefes de Estado do Grupo de Estados da África, do Caribe e do Pacífico (ACP, na sigla em inglês) e, em fevereiro de 2013, sediou a III Cúpula ASA.

Relações com os países vizinhos

Com os vizinhos Cameroun e Gabão, as relações são marcadas por desconfianças mútuas, em virtude da periódica expulsão de imigrantes camerouneses da Guiné Equatorial e da disputa territorial com Libreville pela soberania sobre as ilhas Mbanié, Cocotiers e Eloby, supostamente ricas em petróleo.

No entanto, há também importantes pontos de aproximação. O país sediou, conjuntamente com o Gabão, em janeiro de 2012, a Copa Africana das Nações de Futebol. Já com o Cameroun, foi assinado, em 2007, acordo de exportação de gás natural camerounês para a Guiné Equatorial, pelo qual este último país procederá à liquefação do gás e venda para outros mercados.

As crises na África

No que tange à crise na República Centro-Africana (RCA)¹, a Guiné Equatorial tem demonstrado inquietação com o caráter crescentemente interconfessional do conflito, com a escala das tensões e com o potencial efeito de propagação da instabilidade da RCA para seus vizinhos. O país confirmou a intenção de contribuir com tropas para a Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana sob Liderança Africana (Misca).

Em reunião com o corpo diplomático em Malabo, em março de 2014, o Chanceler Agapito Mokuy reiterou que não se deve centrar a resolução da crise centro-africana na dimensão militar, uma vez que a causa subjacente do conflito é a pobreza. De acordo com Agapito, a comunidade internacional deve envidar esforços para fornecer ao Governo de Bangui todos os meios para garantir a governabilidade do país.

De uma forma geral, a preocupação crescente da Guiné Equatorial com as crises africanas e as potenciais fontes de instabilidade – o conflito na RCA, os movimentos migratórios ao país, a expansão da atuação do grupo terrorista Boko Haram e a pirataria no Golfo da Guiné – motivaram o país a não aderir à área de livre circulação de pessoas na CEMAC e a aumentar o controle fronteiriço nos últimos meses.

Adesão à CPLP

A Guiné Equatorial busca integrar-se à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organismo do qual já é observador. O Governo adotou o Português como terceira língua oficial em 2011 e divulga o Anobonense, dialeto da Ilha de Ano Bom falado por cerca de duas mil pessoas e baseado na língua portuguesa. O Brasil apoia o pleito do país, que já é membro, desde a década de 1980, da zona do franco da África Ocidental e da Organização Internacional da Francofonia.

¹ A República Centro-Africana passou a ser afetada por grave crise securitária em dezembro de 2012, quando uma coalizão de grupos armados denominada Séléka iniciou ofensiva militar contra o Governo. Em março de 2013, o grupo derrubou o Presidente François Bozizé. Michel Djotodia, líder de uma das principais facções da coalizão golpista, autoproclamou-se Chefe de Estado. A presença de tropas internacionais e a eleição de Catherine Samba-Panza como Presidente de transição, em substituição a Djotodia, contribuíram para a estabilização da capital, Bangui, embora as tensões entre cristãos e muçulmanos permaneçam significativas no interior do país.

A adoção da moratória da pena de morte por Malabo, em fevereiro de 2014, com efeitos imediatos, foi fundamental para reverter a resistência portuguesa à adesão guinéu-equatoriana e para aproximar o país do núcleo de princípios fundamentais em que a Comunidade está assentada. A XII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da CPLP, realizada em Maputo, em fevereiro de 2014, decidiu recomendar à Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a ser realizada em Díli, a adesão da Guiné Equatorial como membro de pleno direito da Comunidade.

Relações com a China

A China tem atuado em diversas áreas (agricultura, saúde, telecomunicações, infraestruturas e treinamento militar) e recentemente concedeu linha de crédito para aquisição de bens e serviços chineses no valor de US\$ 2 bilhões.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Introdução

Até a década de 1990, a economia da Guiné Equatorial era caracterizada pelo predomínio de atividades primárias. A extração de madeira, a produção de cacau e a pesca eram as principais atividades. A descoberta de petróleo, em meados dos anos 1990, desencadeou uma transformação estrutural da economia do país.

À parte a extração de hidrocarbonetos, a produção industrial e mineral na Guiné Equatorial está limitada à produção artesanal de ouro e a materiais para construção, mas estima-se que o país tenha grandes reservas de diversos minérios. A Guiné Equatorial possui grandes recursos pesqueiros. Os restantes 2% das exportações são integrados por produtos primários, como madeiras tropicais e cacau.

Energia

A partir de 1995, o petróleo tornou-se o motor da economia guinéu-equatoriana. O produto permitiu ao país obter aumentos consideráveis na renda per capita – que atualmente é da ordem de US\$ 23 mil, a mais alta do continente – e inseriu a Guiné Equatorial no círculo dos "players" globais dessa commodity.

Das exportações da Guiné Equatorial, 98% são constituídas de petróleo cru e gás liquefeito. Os produtos são comercializados nos mercados europeu e americano, diretamente pelas empresas multinacionais que operam no país (Exxon Mobil, Marathon Oil e Amerada Hess, principalmente). Em maio de 2010, a Guiné Equatorial anunciou que suas reservas de gás natural tinham aumentado para 4,5 trilhões de pés cúbicos. A maior parte dessas reservas está localizada próximo à Ilha de Bioko, onde está a capital Malabo.

Política fiscal e monetária

A política fiscal da Guiné Equatorial apresenta a peculiaridade de não depender das receitas tributárias (estimadas em 1,5% do PIB em 2012), devido às vultosas receitas petrolíferas. O Governo tem se esforçado em implementar uma política fiscal contracionista, com a redução dos gastos públicos na compra de bens e serviços. Como consequência, o superávit orçamentário aumentou de 0,9% do PIB, em 2011, para 6% em 2012.

Devido aos compromissos assumidos no âmbito da CEMAC, a política monetária da Guiné Equatorial segue as diretrizes definidas e aplicadas pelo Banco dos Estados da África Central (BEAC). Os principais critérios de convergência monetária estabelecidos pelo BEAC são: taxa de inflação abaixo de 3%, superávit ou equilíbrio nominal no orçamento, dívida interna e externa abaixo de 70% do PIB.

Nos últimos anos, houve avanços na estabilização monetária – a inflação foi reduzida de 4,8%, em 2011, para 4,5%, em 2012. Segundo projeções do *African Economic Outlook*, a pressão para a redução da inflação deve continuar nos próximos anos, devido a fatores como a estabilidade dos preços ao consumidor e o aumento da produção agrícola.

Comércio internacional

País de economia pouco diversificada, a Guiné Equatorial é muito dependente de importações, cuja pauta cobre quase tudo, desde sofisticados equipamentos da indústria petrolífera até os mais básicos bens de consumo, tais como alimentos *in natura*, provenientes de países vizinhos (principalmente Cameroun), ou enlatados e bebidas provenientes da Europa. A Guiné Equatorial adquire produtos principalmente da China, dos Estados Unidos e da Espanha.

Comércio bilateral

O comércio bilateral tem crescido substancialmente desde 2002. Nesse ano, o intercâmbio alcançou o patamar de US\$ 7,7 milhões. Em 2013, as trocas superaram a marca de US\$ 1 bilhão, decorrência do aumento das importações brasileiras de petróleo guinéu-equatoriano. A Guiné Equatorial acumula vultosos superávits na balança comercial com o Brasil.

O Brasil responde por 2,5% das importações da Guiné Equatorial, ocupando a décima posição na lista de vendedores ao país africano. As vendas brasileiras estão concentradas em produtos com pouco valor agregado, tais como pedaços e miudezas de galinha carnes e miudezas de peru. Cumpre ressaltar que os produtos brasileiros muitas vezes são importados via terceiros países, como os Países Baixos.

Desafios ao desenvolvimento

Os maiores desafios ao desenvolvimento da Guiné Equatorial são a dependência em relação ao petróleo e a conseqüente pouca diversificação da economia. Esse cenário tem contribuído para aumentar a vulnerabilidade do país em relação às flutuações do preço internacional do petróleo e para reduzir o dinamismo dos setores não petrolíferos, como a extração de madeira, a pesca e a produção cacaueteira.

A deficiente distribuição de renda é outro desafio. Embora o país apresente indicadores socioeconômicos globais favoráveis, como um altíssimo PIB per capita para os padrões africanos, a maioria dos cidadãos guinéu-equatorianos vive na miséria, com precário acesso a serviços de saúde. Prova disso é a baixa expectativa de vida, que é de 50,5 anos, segundo dados da ONU.

Por fim, a carência de mão de obra qualificada tende a impactar o desenvolvimento do país. Mesmo as profissões menos especializadas são ocupadas, em geral, por estrangeiros, a maior parte dos quais em situação irregular no país.

Perspectivas

Com o objetivo de responder aos desafios ao desenvolvimento e de atingir as Metas do Milênio, o Governo guinéu-equatoriano lançou o *Programa Horizonte 2020*, que pretende diversificar e fortalecer a economia do país. O Programa prevê grandes obras de infraestrutura e o desenvolvimento dos setores agrícola, industrial, pesqueiro, turístico e energético do país.

Na agricultura, o Governo busca reativar as plantações de cacau e incentivar a produção sucroalcooleira, para o que já haveria recursos disponíveis para aquisição de maquinário – a partir de 2007, empresas brasileiras passaram a fornecer maquinário agrícola ao país africano.

No que respeita à industrialização, o país pretende preparar zonas industriais no continente, em Bata e Oyala, não só para abastecer o país, mas também seus vizinhos do Golfo da Guiné. Nesse sentido, os grandes projetos de infraestrutura previstos no Programa visam a facilitar o escoamento de bens. Três portos com capacidade de operar grandes cargueiros estão em construção: Malabo e Luba, na ilha de Bioko, e Bata, na zona continental. Para Luba, também está projetada a construção de uma zona de armazenamento de produtos, na expectativa de transformar a ilha num "hub" de distribuição de produtos para a África Central. Por fim, na parte continental do país deverá ser instalada, em futuro próximo, refinaria de petróleo para processar o produto bruto extraído no país.

ANEXOS

Cronologia Histórica

1968	Vitória de Francisco Macias Nguema nas eleições presidenciais.
1968	Proclamação da independência em relação à Espanha.
1972	Francisco Macias Nguema se autoproclama presidente vitalício.
1973	Adoção de uma nova Constituição, instaurando um Estado unitário.
1973	Política de africanização dos topônimos: a capital, Santa Isabel, é rebatizada como Malabo.
1979	Golpe de Estado, comandado pelo tenente-coronel, Teodoro Obiang Nguema, depõe o presidente Francisco Macias Nguema.
1982	Visita do Papa João Paulo II.
1982	O Supremo Conselho Militar nomeia Teodoro Obiang Nguema como Presidente da República para um período de sete anos.
1984	Adesão à Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e adoção do franco CFA como moeda nacional.
1987	Criação do Partido Democrático da Guiné Equatorial (PDGE).
1989	Reeleição de Teodoro Obiang Nguema.
1991	Adoção, por referendo, de uma nova Constituição.
1992	Instauração do multipartidarismo.
1996	Reeleição de Teodoro Obiang Nguema para o 3º mandato presidencial.
1996	Início da exploração petrolífera no país.
2002	Reeleição de Teodoro Obiang Nguema para o 4º mandato presidencial.
2003	Formação, em Madri, de um governo da Guiné Equatorial no exílio, liderado pelo dissidente Severo Moto
2006	Cúpula, em Genebra, entre a Guiné Equatorial e o Gabão, referente à disputa fronteiriça em torno da ilha de Mbanié.
2009	Reeleição de Teodoro Obiang Nguema para o 5º mandato presidencial.
2011	Adoção, por referendo, de uma reforma constitucional limitando a dois o número de mandatos presidenciais.
2012	Mandado de prisão internacional por lavagem de dinheiro contra Teodorin Obiang, filho do presidente, entregue pela França, no caso dos "biens mal acquis".
2012	Teodorin Obiang Nguema Mangué é nomeado vice-presidente da República.
2012	A Guiné Equatorial aciona a Corte Internacional de Justiça (CIJ), a fim de anular o processo judicial aberto pela França no caso dos "biens mal acquis".

Cronologia das Relações Bilaterais

1975	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2005	Assinatura do Acordo Básico de Cooperação.
2006	Visita do Presidente Teodoro Obiang ao Brasil.
2008	Missão técnica da ABC à Guiné Equatorial.
2008	Visita do Presidente Teodoro Obiang ao Brasil.
2009	Visita do Chanceler Celso Amorim à Guiné Equatorial.
2009	Assinatura do Acordo de Cooperação Educacional.
2010	Visita do Presidente Lula à Guiné Equatorial.
2010	Assinatura do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa.
2012	Visita do Presidente Teodoro Obiang ao Brasil.
2013	Visita da Presidenta Dilma Rousseff à Guiné Equatorial, por ocasião da Cúpula ASA.

Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo Básico de Cooperação Técnica	24/08/2005	04/12/2009	11/02/2010
Acordo para Cooperação Educacional	23/10/2009	Aguarda internalização pela Guiné Equatorial	
Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa	05/07/2010	Em tramitação na Casa Civil	
Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	05/07/2010	Aguarda internalização pela Guiné Equatorial	
Acordo relativo à Criação da Comissão Mista de Cooperação	05/07/2010	05/07/2010	19/08/2011
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Perante Organizações Internacionais	05/07/2010	Em tramitação na Câmara dos Deputados	

Dados econômico-comerciais

Principais Indicadores Econômicos - 2 0 1 3

PIB

Crescimento real	-1,45%
PIB nominal	US\$ 17,08 bilhões
PIB nominal "per capita"	US\$ 22.344
PIB PPP	US\$ 19,68 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 25.746

Origem do PIB

Agricultura	4,6%
Indústria	87,3%
Serviços	8,1%

Balanco de pagamentos

Saldo em transações correntes	US\$ -2,58 bilhões
Saldo da balança comercial de bens (2012)	US\$ 13,4 bilhões
Reservas internacionais	US\$ 3,67 bilhões

Outros indicadores

Inflação (fim do período)	5,2%
Dívida externa	US\$ 2,21 bilhões
Câmbio (Ps / US\$)	489,52

Elaborado pela MRE/ICP/PR/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2014; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2013; (3) World Investment Report 2013; (4) UNILINCTAL/INTC/Trademap March 2014.

Com PIB nominal de US\$ 17,08 bilhões em 2013, o país posicionou-se como a 111ª economia do mundo. O setor industrial é o principal ramo de atividade e respondeu por 87,3% do PIB, seguido de serviços com 8,1%, e do agrícola com 4,6%. O país apresentou, em 2013, déficit em transações correntes de US\$ 2,58 bilhões. O saldo da balança comercial de bens foi superavitário em US\$ 14,3 bilhões.

Evolução do comércio exterior⁽¹⁾
US\$ bilhões

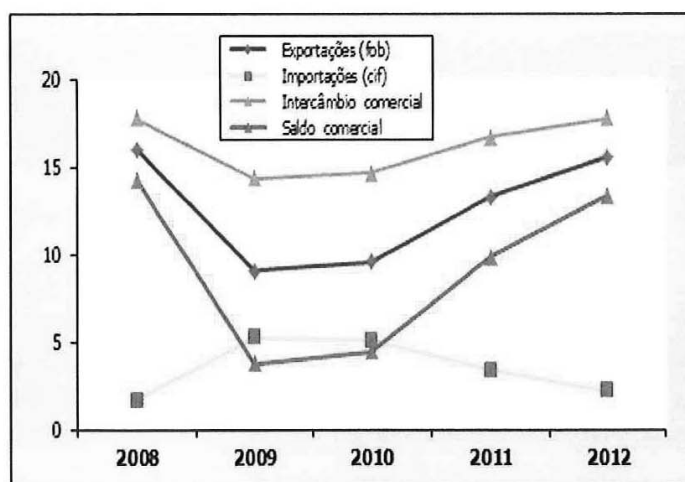
Discriminação	2008	2009	2010	2011	2012 ⁽²⁾	Var.% 2008-2012
Exportações (fob)	16,05	9,10	9,58	13,31	15,59	-2,9%
Importações (cif)	1,72	5,30	5,12	3,43	2,19	27,2%
Intercâmbio comercial	17,77	14,40	14,70	16,74	17,77	0,0%
Saldo comercial	14,34	3,80	4,47	9,88	13,40	n.c.

Elaborado pelo NPE/IDPPADIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2014.

(n.c.) Dado não calculado.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/02/2014.



O comércio exterior da Guiné Equatorial apresentou os mesmos valores em 2008 e 2012, de US\$ 17,77 bilhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 100º mercado mundial, sendo o 77º exportador e o 158º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se superavitário em todo o período sob análise, totalizando saldo positivo de US\$ 13,4 bilhões em 2012.

Direção das Exportações
US\$ milhões

Descrição	2012 ⁽¹⁾	Part.% no total	10 principais destinos das exportações
Japão	2.901	18,6%	Japão 18,6%
França	2.500	16,0%	França 16,0%
China	1.823	11,7%	China 11,7%
Estados Unidos	1.747	11,2%	Estados Unidos 11,2%
Espanha	1.115	7,2%	Espanha 7,2%
Países Baixos	1.008	6,5%	Países Baixos 6,5%
Itália	798	5,1%	Itália 5,1%
Portugal	614	3,9%	Portugal 3,9%
Reino Unido	496	3,2%	Reino Unido 3,2%
Taiwan	459	2,9%	Taiwan 2,9%
...			
Brasil	189	1,2%	
Subtotal	13.650	87,6%	
Outros países	1.936	12,4%	
Total	15.586	100,0%	

Elaborado pelo MFE/CEPR/IC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

As vendas do país são direcionadas em grande parte à União Europeia que absorveu 43,1% do total em 2012; seguida da Ásia com 38,6% e do continente americano com 15,3%. Individualmente, o Japão foi o principal destino das vendas da Guiné Equatorial com 18,3% do total, seguido da França (16,0%); China (11,7%); Estados Unidos (11,2%); Espanha (7,2%); e Países Baixos (6,5%). O Brasil posicionou-se no 15º lugar entre os compradores da Guiné Equatorial, com 1,2% do total.

Origem das Importações
US\$ milhões

Descrição	2012 ⁽¹⁾	Part. % no total	10 principais origens das importações
Espanha	382	17,5%	Espanha 17,5%
China	361	16,5%	China 16,5%
Estados Unidos	230	10,5%	Estados Unidos 10,5%
França	167	7,6%	França 7,6%
Itália	124	5,7%	Itália 5,7%
Camarões	99	4,5%	Camarões 4,5%
Reino Unido	94	4,3%	Reino Unido 4,3%
Brasil	91	4,2%	Brasil 4,2%
Turquia	76	3,5%	Turquia 3,5%
Portugal	54	2,5%	Portugal 2,5%
Subtotal	1.678	76,8%	
Outros países	507	23,2%	
Total	2.185	100,0%	

Elaborado pelo INPIE/DPFR/IC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Março 2014.

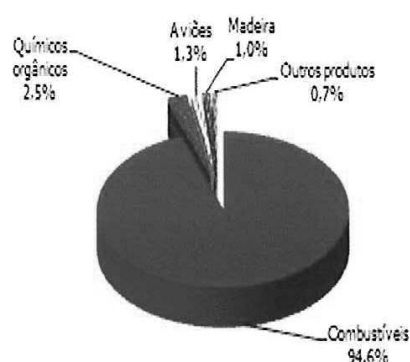
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Os países do continente americano são os principais abastecedores do mercado da Guiné Equatorial. Em 2012, somaram 51,1% do total, seguidos da Ásia com 28,8% e da União Europeia com 18,6%. Individualmente, a Espanha foi o principal fornecedor de bens à Guiné Equatorial, com 17,5% do total. Seguiram-se: China (16,5%); Estados Unidos (10,5%); França (7,6%); Itália (5,7%); e Camarões (4,5%). O Brasil posicionou-se no 8º lugar entre os fornecedores do mercado da Guiné Equatorial com 4,2% do total.

Composição das Exportações
US\$ milhões

Descrição	2012 ⁽¹⁾	Part. % no total
Combustíveis	14.746	94,6%
Químicos orgânicos	391	2,5%
Aviões	195	1,3%
Madeira	151	1,0%
Subtotal	15.483	99,3%
Outros produtos	103	0,7%
Total	15.586	100,0%

Principais grupos de produtos exportados



Elaborado pelo MRE/DPRADIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Fevereiro 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Combustíveis (óleo bruto e gás de petróleo) foram o principal grupo de produtos da pauta de exportações da Guiné Equatorial. Em 2012 representaram 94,6% do total, seguido de produtos químicos orgânicos (2,5%); aviões (1,3%); e madeira (1,0%).

**Composição das importações
US\$ bilhões**

Descrição	2012 ⁽¹⁾	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados
Máquinas mecânicas	445	20,4%	
Obras de ferro/aço	214	9,8%	
Máquinas elétricas	207	9,5%	
Automóveis	146	6,7%	
Combustíveis	121	5,5%	
Bebidas	101	4,6%	
Ferro e aço	81	3,7%	
Carnes	70	3,2%	
Móveis	70	3,2%	
Embarcações flutuantes	55	2,5%	
Subtotal	1.510	69,1%	
Outros produtos	675	30,9%	
Total	2.185	100,0%	

Elaborado pelo NRE/EXPR/INC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, Fevereiro 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

A pauta de importações da Guiné Equatorial apresentou-se, em 2012, concentrada em bens industrializados. Máquinas mecânicas (máquinas com função própria, turborreatores e turbopropulsores, bombas) foram o principal grupo de produtos da pauta e representaram 20,4% do total. Seguiram-se: obras de ferro ou aço (9,8%); máquinas elétricas (9,5%); automóveis (6,7%); combustíveis (5,5%); e bebidas (4,6%).

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ mil, fob

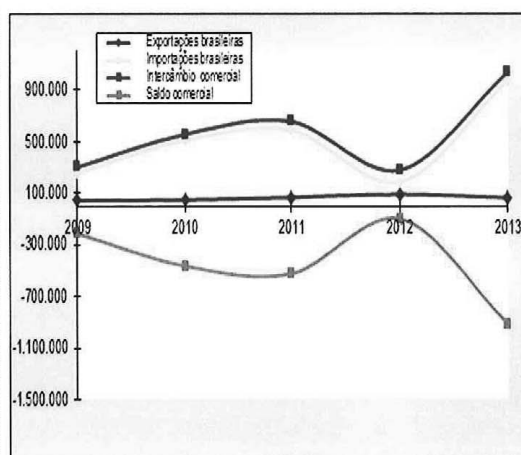
Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2013 (jan)	2014 (jan)	VAR. % 2009-2013
Exportações brasileiras	45.434	47.422	67.184	90.540	62.744	8.646	9.610	38,1%
Varição em relação ao ano anterior	-27,6%	4,4%	41,7%	34,8%	-30,7%	322,9%	11,2%	
Importações brasileiras	257.543	509.999	588.142	188.874	974.523	0	0	278,4%
Varição em relação ao ano anterior	-30,3%	98,0%	15,3%	-67,9%	416,0%	n.a.	n.a.	
Intercâmbio comercial	302.977	557.422	655.326	279.414	1.037.267	8.646	9.610	242,4%
Varição em relação ao ano anterior	-26,3%	84,0%	17,6%	-57,4%	271,2%	318,3%	11,2%	
Saldo comercial	-212.108	-462.577	-520.958	-98.333	-911.779	8.646	9.610	n.c.

Elaborado pelo INPEC/PPADIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/ALC/e-Net

(n.a.) Dado não aplicável

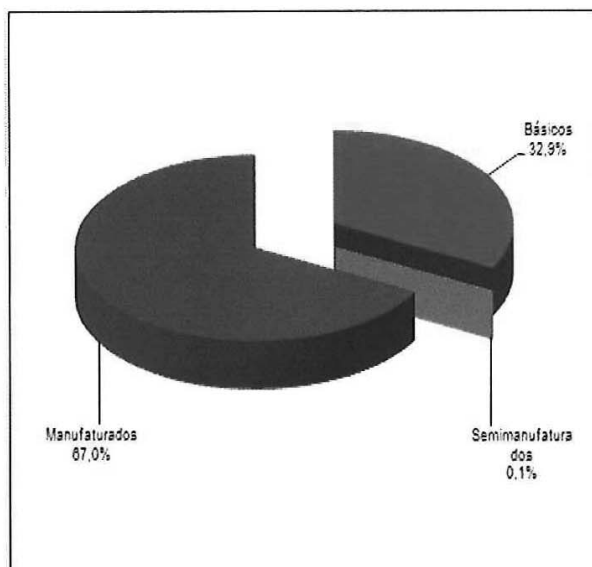
(n.c.) Dado não calculado

A Guiné Equatorial foi o 59º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,2% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 242,4%, de US\$ 302,97 milhões para US\$ 1,04 bilhão. Nesse período, as exportações cresceram 38,1% e as importações, 278,4%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o período, registrou déficit de US\$ 912 milhões em 2013.



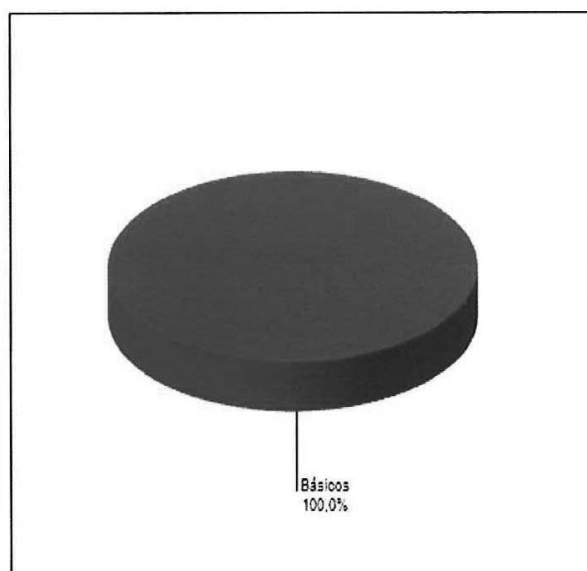
Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



As exportações brasileiras para a Guiné Equatorial são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 67,0% do total em 2013, com destaque para máquinas e automóveis. Os básicos posicionaram-se em seguida com 32,9% (carnes) e os semimanufaturados, com 0,1%.

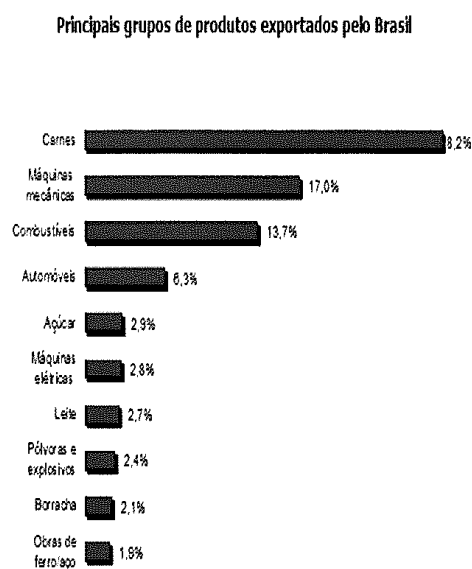
Importações



Os produtos básicos somaram a totalidade da pauta das importações brasileiras originárias da Guiné Equatorial em 2013, representados por óleo de petróleo em bruto e propanos liquefeitos.

Composição das exportações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2011	2012	2013	
			Valor	Part. % no total
Carnes	20.700	19.558	17.676	28,2%
Máquinas mecânicas	7.522	13.044	10.648	17,0%
Combustíveis	2.020	5.477	8.586	13,7%
Automóveis	7.385	19.949	3.952	6,3%
Açúcar	3.451	2.046	1.843	2,9%
Máquinas elétricas	1.531	3.791	1.783	2,8%
Leite	4.139	2.649	1.670	2,7%
Pólvoras e explosivos	1.044	2.364	1.484	2,4%
Borracha	3.948	3.393	1.317	2,1%
Obras de ferro/aço	1.196	2.472	1.214	1,9%
Subtotal	52.936	74.743	50.172	80,0%
Outros produtos	14.248	15.797	12.572	20,0%
Total	67.184	90.540	62.744	100,0%



Elaborado pelo PFEUFRD/C - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MERCOSUL/Alceved.

Carnes (frango, peru e bovina) foram o principal grupo de produtos brasileiro exportado para a Guiné Equatorial, representando quase 1/3 das vendas brasileiras. Em 2013, carnes somaram 28,2% do total, seguidas de máquinas mecânicas (elevadores de carga, partes de aparelhos de terraplanagem, compactadores e rolos compressos) com 17,0; combustíveis (betume de petróleo) com 13,7% e automóveis (6,3%).

Composição das importações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2011	2012	2013		Principais grupos de produtos importados pelo Brasil
			Valor	Part. % no total	
Combustíveis	588.142	188.874	974.523	100,0%	<p>Combustíveis 100,0%</p>
Subtotal	588.142	188.874	974.523	100,0%	
Outros produtos	0	0	0	0,0%	
Total	588.142	188.874	974.523	100,0%	

Elaborado pelo NRE/DPP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

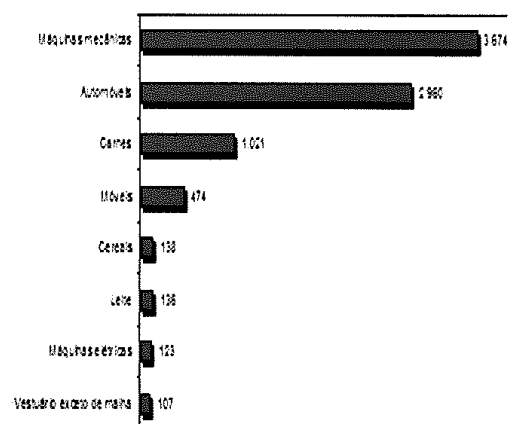
Combustíveis (óleo bruto de petróleo e propanos liquefeitos) representaram a totalidade da pauta de importações brasileiras em 2013.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (jan)	Part. % no total	2 0 1 4 (jan)	Part. % no total
Exportações				
Máquinas mecânicas	2.385	27,6%	3.674	38,2%
Automóveis	235	2,7%	2.960	30,8%
Carnes	1.774	20,5%	1.021	10,6%
Móveis	51	0,6%	474	4,9%
Cereais	105	1,2%	138	1,4%
Leite	96	1,1%	136	1,4%
Máquinas elétricas	161	1,9%	123	1,3%
Vestuário exceto de malha	9	0,1%	107	1,1%
Subtotal	4.815	55,7%	8.633	89,8%
Outros produtos	3.831	44,3%	977	10,2%
Total	8.646	100,0%	9.610	100,0%

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



Elaborado pelo INCEX/PRORIO - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MERCOSUL/SITIS/cebrac.

Aviso nº 329 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2014,

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

Atenciosamente,



ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Publicado no DSF, de 3/9/2014

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 13746/2014

4



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 6, de 2015 (nº 51, de 5 de março de 2015, na origem), da Senhora Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.*

RELATORA: Senadora ANA AMÉLIA

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), após análise do currículo encaminhado à Casa, por força regimental, e sabatina por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O diplomata indicado nasceu em 18 de outubro de 1956, no Rio de Janeiro/RJ, filho de João Quintaes e Lúcia Neves Dourado Quintaes.

Graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1983 e no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1985. Concluiu, ainda, o Curso de Altos Estudos no ano de 2012, quando defendeu a tese intitulada “Corredores Bioceânicos: Desafios e Perspectivas na Integração Viária Acre-Pacífico”.



SF/15851.16785-40

Página: 1/3 24/03/2015 11:29:51

3db2eb9300494af48dedee45dda982a63eee8d9





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

Na carreira diplomática, foi nomeado Terceiro-Secretário em 1986 e promovido a Segundo-Secretário em 1993. Tornou-se Primeiro-Secretário em 2003, Conselheiro em 2008 e Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2014.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Encarregado de Negócios em Belgrado, no período em que ali serviu entre 1990 e 1993; Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Los Angeles, de 1993 a 1997; Chefe, substituto, da Divisão da Europa II, entre 1999 e 2002; Cônsul-Adjunto novamente em Los Angeles, de 2003 a 2006; Conselheiro e Encarregado de Negócios em Lima, no período de 2006 a 2008; Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios em Bissau, de 2008 a 2010; Conselheiro na Missão do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, entre 2010 e 2014; e Encarregado de Negócios em missão transitória em Bamako, justamente a capital da República do Mali, de 2014 até o presente.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República do Mali, cumprindo, inclusive, o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a *relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado*. Ademais, o documento apresentado dá notícia sobre dados básicos sobre o país, suas políticas interna e externa, sua economia e relações bilaterais com o Brasil.

O Mali é uma república semi-presidencialista. Possui 15,3 milhões de habitantes, dos quais 90% são muçulmanos, e seu idioma oficial é o francês. Sua área territorial é de 1.240.192 km². Segundo dados do Fundo Monetário Internacional para 2013, seu Produto Interno Bruto (PIB) em valores equivalentes ao poder de compra (PPP) foi de US\$ 18,9 bilhões, o que lhe proporciona produto interno bruto (PIB) per capita em valores PPP de US\$ 1.121. O dado social que mostra a gravidade da situação daquele país é seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2013, que é de 0,407, deixando-o na 176ª posição entre 187 países.

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Mali foram estabelecidas em 1962. No primeiro meio século de relacionamento bilateral, merece destaque visita que o Presidente Moussa Traoré fez ao Brasil em 1981, ocasião em que foram assinados o Acordo de Criação de uma Comissão Mista e o Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, os quais ainda estão em vigor. As relações bilaterais ganharam impulso na última meia década



SF/15851.16785-40

Página: 2/3 24/03/2015 11:29:51

3cb2eb9300494af48dedeee45dda982a63eee8d9





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

sobretudo desde a abertura da Embaixada do Brasil em Bamako, em 2007. A Embaixada malinesa em Brasília, por sua vez, foi aberta em 2011.

O golpe de Estado contra o presidente Amadou Toumani Touré, em março de 2012, e o início da crise político-institucional no Mali dificultaram a continuidade e o processo de aproximação, ainda que a Embaixada em Bamako não tenha sido fechada. Com o retorno do Mali à normalidade institucional (foram realizadas eleições presidenciais e legislativas em 2013), novas perspectivas se abriram para as relações entre os dois países, embora a situação de segurança interna permaneça preocupante.

Autoridades malinesas já sinalizaram interesse em se beneficiar da experiência brasileira no campo das energias renováveis e na aquisição de produtos de defesa, tais como os aviões Super Tucano.

Na área agrícola, o Mali é um dos quatro países africanos beneficiários do projeto “Cotton-4”, que tem como meta estimular o desenvolvimento do setor de produção de algodão em Benin, Burkina Faso, Chade e Mali – iniciativa desenvolvida pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores, em parceria com a Embrapa.

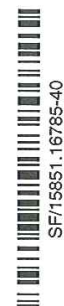
O comércio bilateral é ainda incipiente. Em 2013, o intercâmbio somou apenas US\$ 5 milhões, composto basicamente por exportações brasileiras. Em 2014, verificou-se nova dinâmica comercial, pois o Brasil adquiriu em quantidades significativas algodão malinês. Com isso, as trocas aumentaram (chegaram a US\$ 11 milhões) e o saldo comercial brasileiro reduziu-se bastante (foi de apenas US\$ 26 mil).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/15851.16785-40

Página: 3/3 24/03/2015 11:29:51

3db2eb9300494af48dedee45dda982a63eee6d9





SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 6, DE 2015

(Nº 51/2015, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

Os méritos do Senhor João Alberto Dourado Quintaes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de março de 2015.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande letra inicial 'D' e uma assinatura fluida que termina em um traço longo e descendente.

EM Nº 00054/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 10 de fevereiro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



MAURO VIEIRA

Ministro de Estado das Relações Exteriores

EM nº 00054/2015 MRE

Brasília, 10 de Fevereiro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES

CPF.: 708.447.397-15

ID.: 9052 MRE

1956 Filho de João Quintaes e Lúcia Neves Dourado Quintaes, nasce em 18 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1983 Direito pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
 1985 CPCD - IRBr
 1997 CAD - IRBr
 2012 LVII CAE - "Corredores Bioceânicos Amazônicos: Desafios e Perspectivas da Integração Viária Acre-Pacífico"

Cargos:

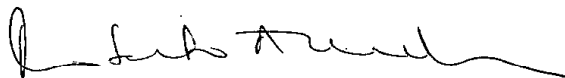
1986 Terceiro-Secretário
 1993 Segundo-Secretário
 2003 Primeiro-Secretário
 2008 Conselheiro, por merecimento
 2014 Conselheiro do Quadro Especial
 2014 Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial

Funções:

1986-88 Divisão de Privilégios e Imunidades, assistente
 1988-90 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
 1990-93 Embaixada em Belgrado, Terceiro-Secretário, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios
 1993-97 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Adjunto
 1997-99 Divisão de Feiras e Turismo, Chefe, substituto
 1999-2002 Divisão da Europa II, Chefe, substituto
 2002 Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro, Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde, Chefe
 2003-06 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Adjunto
 2006-08 Embaixada em Lima, Primeiro-Secretário, Conselheiro, comissionado, e Encarregado de Negócios
 2008-10 Embaixada em Bissau, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado, e Encarregado de Negócios
 2010-14 Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York, Conselheiro
 2014- Embaixada em La Paz, Conselheiro, Chefe do Setor Consular
 2014 Embaixada em Bamako, Encarregado de Negócios em missão transitória

Condecorações:

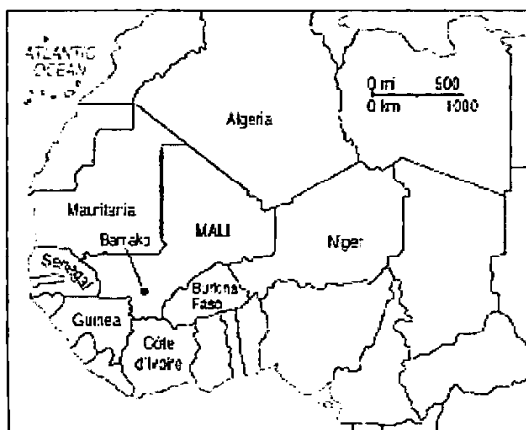
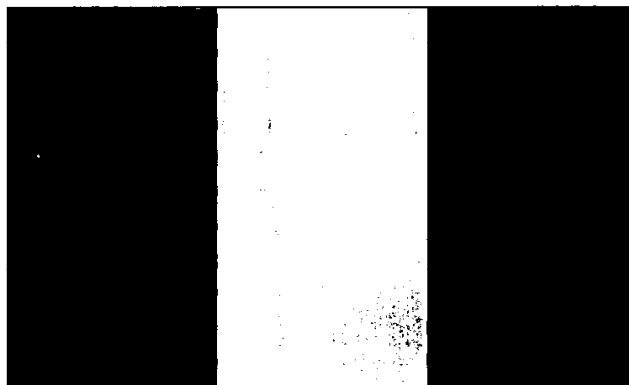
2012 Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro



ROBERTO ABDALLA
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
Divisão da África I

MALI



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Janeiro de 2015

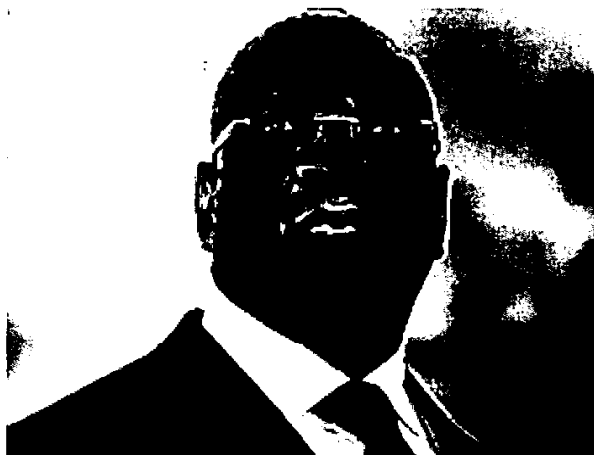
DADOS BÁSICOS SOBRE O MALI	
NOME OFICIAL:	República do Mali
CAPITAL:	Bamako
ÁREA:	1.240.192 km ²
POPULAÇÃO (ONU, 2013):	15,3 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (90%), crenças tradicionais (9%), cristianismo (1%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral, formado por 147 membros, eleitos para mandato de cinco anos
CHEFE DE ESTADO:	Ibrahim Boubakar Keita (desde set/2013)
CHEFE DE GOVERNO:	Modibo Keita (desde jan/2015)
CHANCELER:	Abdoulaye Diop (desde abril/2014)
PIB NOMINAL:	US\$ 11,3 bilhões (FMI, 2013)
PIB PPP:	US\$ 18,9 bilhões (FMI, 2013)
PIB NOMINAL PER CAPITA:	US\$ 674 (FMI, 2013)
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 1.121 (FMI, 2013)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	7,3% (est. 2014); 4,8% (2013); -1,1% (2012); 2,7% (2011); 5,8% (2010)
IDH (2013):	0,407 (176º entre 187 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	55 anos (ONU, 2013)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO:	33% (ONU, 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	7,3% (ONU, 2013)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA da África Ocidental
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Cheickna Keita
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	30 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Mali	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	17.255	22.814	5.655	9.602	6.016	10.883	2.380	5.484	11.564
Exportações	12.736	11.529	5.607	9.602	6.013	10.820	2.068	4.827	5.795
Importações	4.519	11.285	48	0,4	3	63	312	656	5.769
Saldo	8.216	244	5.559	9.602	6.010	10.756	1.756	4.171	26

PERFIS BIOGRÁFICOS

Ibrahim Boubacar Keïta
Presidente



Nasceu no dia 25 de janeiro de 1945. Graduou-se em Letras, pela Universidade de Dacar, e em Política e Relações Internacionais, pela Universidade de Paris I. Em 1992, foi Conselheiro diplomático e porta-voz da Presidência. No mesmo ano, foi nomeado Embaixador para a Côte d'Ivoire (Costa do Marfim), Gabão, Burkina Faso e Níger. Em 1993, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Entre 1994 e 2000, exerceu o cargo de Primeiro-Ministro. Candidato a Presidente nas eleições de 2002, ficou em terceiro lugar. Foi, ainda, Deputado na Assembleia Nacional malinesa (2002-2007). Candidatou-se a Presidente novamente em 2007 e, mais uma vez, foi o terceiro colocado. Em agosto de 2013, foi eleito Presidente do Mali, em pleito que restabeleceu a normalidade institucional no país, a qual havia sido rompida com o Golpe de Estado de março de 2012.

Modibo Keita
Primeiro-Ministro



Nasceu em 1942, em Koulikoro, região de Bamako. Entre 1986 e 1989, exerceu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Na década de 1980, também foi Ministro do Trabalho e da Função Pública, bem como ocupou o cargo de Embaixador em países como Alemanha Ocidental, Suíça e Suécia. Em 2002, exerceu, entre março e junho, o cargo de Primeiro-Ministro. Vinha desempenhando o papel de Alto Representante da Presidência nas atuais negociações entre o Governo malinês e os grupos rebeldes nortistas quando, em janeiro de 2015, o atual Presidente Ibrahim Boubacar Keita convidou-o para ocupar o cargo de Primeiro-Ministro.

Abdoulaye Diop
Ministro dos Negócios Estrangeiros
e da Cooperação Internacional



Nasceu em 17 de setembro de 1965, na cidade de Brazzaville, República do Congo. Possui Graduação e Mestrado em Relações Internacionais e Administração de Organizações Internacionais pela Universidade de Paris-Sud XI. É Doutor em Administração Pública pela Universidade de Pittsburgh. Diop é diplomata de carreira e serviu como conselheiro para o Presidente do Mali desde 2000. Antes de ser nomeado Ministro, em abril de 2014, foi Embaixador nos Estados Unidos e representante do Mali no comitê diretor do NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África). No âmbito do sistema ONU, Diop supervisionou a participação do Mali no Conselho de Segurança.

RELAÇÕES BILATERAIS

Histórico

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Mali foram estabelecidas em 1962.

No primeiro meio século de relacionamento bilateral, merece destaque visita que o Presidente Moussa Traoré fez ao Brasil em 1981, ocasião em que foram assinados o Acordo de Criação de uma Comissão Mista e o Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, os quais ainda estão em vigor.

As relações bilaterais ganharam impulso na última meia década, sobretudo desde a abertura da Embaixada do Brasil em Bamako, em 2007.

A Embaixada malinesa em Brasília, por sua vez, foi aberta em 2011. O Mali é representado junto ao Governo brasileiro pelo Embaixador Cheickna Keita, que chegou a Brasília no dia 14 de fevereiro daquele ano.

Em 2009, o Chanceler malinês, Moctar Ouane, visitou o Brasil. Em outubro do mesmo ano, o então Chanceler Celso Amorim foi ao Mali.

Em 2010, o Presidente malinês, Amadou Toumani Touré, veio ao Brasil.

As relações bilaterais no quadro da atual instabilidade do Mali

O golpe de Estado contra o Presidente Amadou Toumani Touré, em março de 2012, e o início da crise político-institucional no Mali dificultaram a continuidade do processo de aproximação, ainda que a Embaixada em Bamako não tenha sido fechada.

Com o retorno do Mali à normalidade institucional (foram realizadas com êxito, em 2013, eleições presidenciais e legislativas), novas perspectivas se abriram para as relações entre os dois países, embora a situação securitária interna permaneça preocupante. Autoridades malinesas, por exemplo, já sinalizaram ter interesse em se beneficiar da experiência brasileira no campo das energias renováveis. Também há interesse em se adquirir do Brasil produtos de defesa, tais como os aviões Super Tucano.

Na área agrícola, o Mali é um dos quatro países africanos beneficiários do projeto "Cotton-4", que tem como meta estimular o desenvolvimento do setor de produção de algodão em Benin, Burkina Faso, Chade e Mali – iniciativa desenvolvida pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores, em parceria com a Embrapa.

Comércio e investimentos

O comércio bilateral é ainda incipiente. Em 2013, o intercâmbio somou apenas US\$ 5 milhões, composto basicamente por exportações brasileiras. Em 2014, verificou-se nova dinâmica comercial, pois o Brasil adquiriu em quantidades significativas algodão malinês. Com isso, as trocas aumentaram (US\$ 11 milhões), e o saldo comercial brasileiro reduziu-se bastante (apenas US\$ 26 mil).

O Governo malinês já demonstrou interesse em adquirir aviões Super Tucano e demais produtos na área de defesa. Eventuais negócios nesse setor ampliariam sobremaneira o fluxo total da pauta de comércio bilateral.

Investimentos

As perspectivas de investimentos no Mali foram prejudicadas pela crise institucional e securitária que tem afetado o país desde o Golpe de março de 2012. A construção de trecho de rodovia que liga Bamako a Timbuctu – a cargo da Andrade Gutierrez (Zagope), única empresa brasileira com projeto no Mali –, por exemplo, foi suspensa.

As oportunidades de investimentos em infraestrutura no Mali, no entanto, são numerosas, pois as carências do país se estendem a todos os setores. A obtenção de financiamento para as obras, porém, é obstáculo a ser superado. Os principais concorrentes das empresas brasileiras são companhias europeias e chinesas, que, em geral, contam com financiamentos em condições mais vantajosas do que aquelas oferecidas pelo Governo brasileiro.

Também há possibilidades de investimentos na exploração mineral - especialmente mineração e processamento de ouro –, no desenvolvimento de recursos hídricos, no processamento de bebidas e alimentos, no setor de maquinaria e no de energia (térmica e solar). O setor agrícola apresenta, igualmente, grande potencial para a atração de investimentos no Mali.

Energia

A área energética também interessa ao Mali. Autoridades malinesas já sinalizaram ter interesse em se beneficiar da experiência brasileira no campo das energias renováveis. Atualmente, o Mali é um grande comprador de combustíveis fósseis, mas almeja modificar sua matriz em direção à energia limpa e renovável. O Governo do país africano demonstrou interesse na produção e importação de biocombustíveis, em especial do etanol brasileiro.

Como membro da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), o Mali poderá beneficiar-se do "Estudo de Viabilidade de Produção de Biocombustíveis na UEMOA", realizado no âmbito do Memorando de Entendimento na área de biocombustíveis assinado entre o Brasil e aquele bloco regional em 2007. O referido estudo, que foi financiado com recursos do BNDES, visa a promover o setor agroenergético dos países do bloco, mitigando a forte dependência energética de combustíveis fósseis importados. Seus resultados deverão ser encaminhados às autoridades dos países da UEMOA no primeiro semestre de 2015.

Cooperação técnica

O Acordo de Cooperação Técnica com o Mali foi assinado em 1981. No entanto, não há projetos bilaterais de cooperação em andamento. No âmbito multilateral, destaca-se o Projeto "Cotton-4". De natureza estruturante e de âmbito regional (contempla ainda Benin, Burkina Faso e Chade), o Projeto tem como meta fortalecer a produção algodoeira nos países envolvidos por intermédio de investimentos em sementes e em capacitação profissional, bem como pela adaptação das variedades de algodão desenvolvidas pela Embrapa às condições de solo e clima africanos.

As origens do projeto remontam a 2003, quando a Iniciativa do Algodão foi instituída junto à Organização Mundial do Comércio. Desde então, a cooperação com o Brasil foi um dos temas de discussão. As tratativas foram evoluindo ao longo dos anos, até que, em março de 2006, a primeira missão técnica foi enviada aos respectivos países. Assim, o projeto "Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do C-4" foi assinado em fevereiro de 2009 em Bamako, capital da República do Mali. Suas atividades começaram no mesmo ano, com os preparativos para o plantio da primeira safra. Para tanto, a Estação Experimental de Sotuba, localizada nos arredores de Bamako, designada pelo Governo malinês, foi revitalizada e equipada com laboratórios, maquinário e materiais necessários para os cursos de capacitação, os quais são ministrados por membros da Embrapa.

Após quatro anos de execução, realizou-se, como parte da conclusão do projeto, em novembro de 2013, reunião de alto nível em Bamako, seguida da inauguração das estruturas revitalizadas da estação do projeto em Sotuba. Uma segunda fase do projeto, com a participação do Togo, financiada com recursos decorrentes do contencioso entre Brasil e EUA na OMC, foi assinada em dezembro de 2014, por um período de implementação de quatro anos. Há um componente novo que contempla a

questão da segurança alimentar, uma vez que a grande maioria dos produtores africanos são núcleos familiares. Dessa forma, essa segunda fase almeja, não só ao aumento da qualidade e da quantidade do algodão, mas também da produção de alimentos, por meio da rotação de culturas.

Candidaturas

Em maio de 2015, haverá eleições para a Presidência do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). O Mali solicitou apoio do Brasil à candidatura do Vice-Presidente de Operações do Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), Birama Boubacar Sidibé, àquele cargo. Outros países do continente, como Cabo Verde, Chade, Nigéria e Senegal, também lançaram candidaturas e realizaram gestões semelhantes junto ao Brasil – que é, desde 1982, um dos membros não regionais do BAD. A decisão acerca do voto brasileiro caberá ao Ministério do Planejamento, cujo titular ocupa um assento no Conselho de Governadores da instituição.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira residente constitui-se de 16 pessoas, todas residentes na capital e em liberdade. Nenhuma representa empresas ou instituições brasileiras, sendo, em sua quase totalidade, consortes de cidadãos ou cidadãs do Mali.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais entre o Brasil e o Mali.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

Antiga colônia francesa, o Mali tornou-se independente em 1960. O primeiro Presidente, Modibo Keita, inspirou-se no modelo de "socialismo africano" e alinhou o país ao bloco socialista no contexto da Guerra Fria. Em 1968, o Tenente Moussa Traoré liderou golpe de Estado e estabeleceu regime de partido único, o qual duraria até 1991. Nesse ano, o Presidente Traoré foi derrubado, e teve início processo de abertura política. A partir de então, o Mali conheceria trajetória democrática até 2012, quando o Presidente Amadou Toumani Touré – eleito em 2002 e reeleito em 2007 – foi destituído do poder.

Instituições políticas

O Mali é uma república semipresidencialista, na qual a Chefia de Governo é exercida por um Primeiro-Ministro, indicado pelo Presidente, que concentra grande parte do Poder Executivo. O Legislativo (Assembleia Nacional) é unicameral, formado por 147 membros, eleitos por voto direto para mandato de cinco anos. A instância máxima do Judiciário é a Corte Suprema. O Estado é unitário e dividido em oito regiões.

O Golpe de março de 2012

Em março de 2012, o Presidente Amadou Toumani Touré foi destituído do poder por militares descontentes com a incapacidade do governo de conter as ofensivas de movimentos rebeldes no norte do país (o poder político concentrou-se, desde a independência, nas mãos das elites negras do sul; nesse quadro, outros grupos étnicos, como os tuaregues do norte, têm buscado historicamente mais autonomia ou mesmo a independência).

O golpe, porém, ampliou a capacidade de atuação dos rebeldes nortistas, tanto aqueles ligados ao movimento tuaregue como aqueles ligados a grupos islâmicos radicais.

Nesse contexto, diversas cidades no norte do Mali foram tomadas pelo Movimento Nacional pela Libertação do Azawad (MNLA), grupo de caráter secular que tem como objetivo prioritário conseguir mais autonomia (ou mesmo a independência) para o "Azawad" – nome dado à região norte do país.

Em momento posterior, grupos islâmicos radicais que vêm ganhando espaço na África Ocidental e no Mali nos últimos anos – Ansar Dinne, Movimento pela Unidade da Jihad na África Ocidental (MUJAO) e a "Al-Qaida no Magrebe Islâmico" – ampliaram sua presença na região e mesmo chegaram a suplantar o MNLA em diversas cidades. Diferentemente do MNLA, secular, esses objetivo desses grupos é estabelecer a lei islâmica em todo o território do Mali.

Em janeiro de 2013, a França – a pedido do próprio Governo malinês – deu início a operações militares (Operação Serval) no Mali, com o intuito de derrotar os grupos insurgentes.

No mesmo ano, foram formadas duas missões de paz com forças internacionais: a Missão Internacional de Apoio ao Mali sob Liderança Africana (AFISMA) e a Missão de Estabilização Integral e Multidimensional das Nações Unidas no Mali (MINUSMA).

A partir da intervenção francesa, o Governo começou a retomar o controle sobre o território do país. Em eleições realizadas em julho/agosto de 2013, Ibrahim Boubacar Keïta foi eleito Presidente. Em comunicado publicado no dia 13 de agosto, a União Africana (UA) reconheceu "a exitosa realização do segundo turno", acrescentando que o pleito "permitiu completar o processo de restauração da ordem constitucional" no Mali. A Organização das Nações Unidas, em Declaração à Imprensa, também elogiou as eleições.

Em novembro e dezembro de 2013, foram realizadas eleições legislativas, as quais transcorreram em clima de tranquilidade.

O retorno à ordem constitucional, porém, não teve como resultado o fim da instabilidade. O país continuou a enfrentar uma série de problemas, entre eles, capacidade reduzida de controle do Estado sobre a integridade territorial, risco de atentados terroristas, conflitos étnicos e existência de milhares de deslocados internos e refugiados. Pode-se acrescentar, ainda, que as forças africanas que compõem a MINUSMA têm uma série de fragilidades logísticas e operacionais.

O relacionamento do Governo malinês com a França também é caracterizado por certo grau de divergência: enquanto, para Paris, a principal ameaça a ser combatida no Mali (e na região como um todo) é formada por grupos radicais islâmicos, para o Governo malinês, o principal inimigo é constituído pelos grupos árabes e tuaregues que reivindicam autonomia para o norte do país. De todo modo, a França continua sendo o parceiro principal do Mali. Em julho de 2014, os dois países assinaram novo acordo de defesa que amplia o escopo daquele que vigia até então, assinado na década de 1980.

Desdobramentos recentes

Em maio de 2014, o Exército malinês sofreu grave revés no norte do país. A partir de então, a capacidade das autoridades de Bamako de atuarem nessa região passou a ser bastante limitada (em maio de 2014, por ocasião da visita do então Primeiro-Ministro Moussa Mara ao norte, o Exército malinês foi derrotado por grupos rebeldes na cidade de Kidal, o que afetou ainda mais a capacidade de o Governo controlar a parte setentrional do país).

Jihadistas e narcotraficantes têm retornado ao país, o que tem elevado o nível de insegurança. Especula-se, ainda, que integrantes do Boko Haram – grupo extremista nigeriano – estariam prestando apoio ao MUJAO. Nesse quadro, ataques a soldados da MINUSMA e das Forças Armadas malinesas têm sido frequentes.

Novo desafio ao quadro securitário interno emergiu em julho de 2014, quando a França anunciou o fim da "Operação Serval" no Mali e o lançamento da "Operação Barkhane", pilar da nova estratégia antiterrorista francesa para a África (a Barkhane visa a combater o terrorismo em toda a zona do Sahel; da ótica francesa, a nova operação responde à evolução da ameaça terrorista, que deixou de se concentrar no Mali para propagar-se, de modo disperso, à toda a região).

Estão em curso, no momento, negociações – mediadas pelo Governo da Argélia – entre o governo central e os grupos rebeldes tuaregues. Os avanços, porém, ocorrem de maneira lenta. Permanece, em particular, impasse relacionado à forma política como se organizará o Mali: os rebeldes reivindicam, grosso modo, o estabelecimento de um modelo que confira ampla autonomia para o Norte, ao passo que, para o Governo central, a integridade territorial malinesa é ponto do qual não se abrirá mão (o Governo central malinês também defende que o Mali se mantenha como Estado laico e republicano).

Recentemente, em novembro de 2014, divergências dessa natureza impediram que texto de pré-acordo fosse aprovado pelas partes. Nova rodada de negociações deverá ocorrer no início de 2015. O processo de reconciliação nacional, portanto, tem avançado lentamente. Em meio a esses impasses, o Presidente Ibrahim Boubacar Keïta nomeou Modibo Keita para o cargo de Primeiro-Ministro em janeiro de 2015.

Trata-se do terceiro Chefe de Governo indicado por Keïta desde o início de seu mandato (setembro de 2013).

Surto de ebola na África Ocidental

A atual epidemia de ebola na África Ocidental eclodiu em dezembro de 2013, na Guiné. Desde então, foram registrados, até o início de janeiro de 2015, mais de 20.000 pacientes infectados pelo vírus, dos quais mais de 8.000 morreram. Além da Guiné, os principais países afetados são Libéria e Serra Leoa. No Mali, foram registrados oito casos, com seis mortes. O Governo do país tomou medidas de prevenção e logrou controlar o surto. Ainda em janeiro de 2015, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o Mali como zona livre do ebola.

POLÍTICA EXTERNA

Logo após a independência (1960), o Mali adotou uma política externa de alinhamento com o bloco socialista, retirando-se da zona econômica do franco francês. Durante o período inicial do regime do Presidente Traoré, ao longo dos anos 1970 e início da década de 1980, o país aproximou-se da antiga União Soviética, que chegou a ser o seu maior credor externo. A partir de 1984, com a adesão à União Monetária da África Ocidental (UMOA), transformada em 1994 na União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), iniciou-se uma aproximação do país com a França. A ex-metrópole desde então tem se mantido como a potência mais próxima ao Mali e como a principal fonte de ajuda externa.

Estados Unidos

O relacionamento com os EUA melhorou sensivelmente após a deposição do Presidente Traoré em 1992. A cooperação no combate às atividades terroristas no Saara e no Sahel é intensa. Logo após o início da Operação Serval (ver Política Interna), os Estados Unidos manifestaram incondicional apoio à França e ofereceram apoio técnico e logístico para as tropas francesas e africanas em solo malinês. Em janeiro de 2013, por ocasião da Conferência de Doadores para o Mali, organizada pela União Africana (UA) e realizada em Adis Abeba, os Estados Unidos doaram US\$ 65 milhões para a reestruturação do Exército malinês.

China

As relações entre o Mali e a China são intensas e datam da época da independência do país. De acordo com estatísticas disponíveis, o comércio bilateral cresceu nos últimos anos, tendo alcançado o montante de US\$ 238 milhões em 2010. Algodão e outros poucos produtos agrícolas são exportados; máquinas, automóveis, produtos eletrônicos, chá, têxteis, entre outros produtos, são importados. A presença chinesa no Mali é forte, ademais, no campo da construção civil. A disposição da China em investir em grandes projetos de infraestrutura no país é vista como alternativa às opções francesa, saudita ou norte-americana, as quais quase sempre comportam componentes de natureza ideológica, política, moral ou religiosa.

Entorno regional

No âmbito regional, o Mali se articulou com Mauritânia, Níger e Argélia para formar o chamado "países do campo", grupo que coordena esforços para fortalecer o combate contra grupos islâmicos radicais. O diálogo, porém, não é de todo fácil: o Mali, por exemplo, ressentido do apoio que esses países estendem aos movimentos autonomistas tuaregues.

O Mali integra ainda o "G-5 Sahel" (Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger), bloco criado com o objetivo de reforçar a cooperação em matéria de luta contra o terrorismo, o crime organizado transfronteiriço e a imigração ilegal. Com sede na capital mauritana, Nouakchott, o grupo tem como meta criar uma plataforma de cooperação em matéria de segurança entre os Estados membros.

Em relação aos países da África Ocidental, o Mali tem mantido relacionamento cuidadoso com a vizinha Burkina Faso, por conta da disputa fronteiriça que, em 1985, quase deu origem a conflito armado entre os dois países.

O recente movimento que resultou na queda do Presidente de Burkina Faso, em outubro de 2014, poderá fazer com que o papel geopolítico do Governo de Bamako no Sahel Ocidental se amplie, tendo em conta que o antigo mandatário de Burkina Faso tinha relações próximas com Estados Unidos e França – havia a permissão, por exemplo, de que Washington e Paris utilizassem o território de Burkina Faso para realizar ações de vigilância e combate anti-jihadista. A transição em curso no Burkina Faso não aponta para uma manutenção garantida e segura desse "status".

Com a Côte d'Ivoire (Costa do Marfim), o relacionamento é importante não só porque aproximadamente três milhões de malineses

vivem nesse país, mas também porque boa parte das importações e exportações do Mali é escoada pelo porto de Abidjã.

O relacionamento com a Mauritânia, por sua vez, é complexo. Há tradicional desconfiança em relação a Nouakchott, tendo em conta o histórico apoio que a Mauritânia confere às reivindicações das populações árabes e tuaregues que habitam no norte do Mali.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia do Mali está entre as 20 menores do mundo, com um PIB estimado em US\$ 11,3 bilhões e PIB per capita de apenas US\$ 674 (2013, FMI). Tem como um dos eixos principais a atividade agrícola, que representa, em seu conjunto, cerca de 40% do PIB. Aproximadamente 80% da população do país, estimada em 15,3 milhões de habitantes, depende desse setor. A produção agrícola desenvolve-se sobretudo na região fértil, ao sul do país.

Os principais produtos agrícolas do Mali são o arroz e o algodão, este voltado para a exportação. Até 2005, o Mali era o segundo maior produtor de algodão da África.

Entre 2005 e 2010, a produção reduziu-se, principalmente por conta da queda do preço dessa commodity e de problemas financeiros na empresa estatal responsável pelo desenvolvimento da indústria têxtil (a *Compagnie Malienne pour le Développement des Textiles*).

A partir de 2011, porém, a colheita de algodão – e, conseqüentemente, a indústria têxtil nacional – voltou a prosperar.

Mineração

Apesar de o Mali ser um país com pouca infraestrutura, seu novo código mineral tem atraído inúmeros investidores estrangeiros, principalmente para exploração de ouro, que representa 95% da produção mineral do país. O Mali tornou-se, nos últimos anos, o terceiro maior produtor de ouro do continente africano, atrás apenas de África do Sul e de Gana. A exploração aurífera encontra-se em mãos de empresas canadenses e sul-africanas. A produção em 2010 alcançou 46 toneladas. Desde 2000, o ouro é o principal item de exportação da economia malinesa.

O governo vem buscando desenvolver também sua indústria de extração de minério de ferro, com o objetivo de atrair investimentos e capital externo. O Mali possui potencial de bauxita, metais de base e

fosfato. Essas outras "*commodities*" não foram plenamente exploradas, em grande parte, devido às dificuldades de acesso e pouca demanda local. Adicionalmente, diamantes são recuperados a partir de garimpeiros artesanais na área de Kéniéba, mas ainda sem produção comercial.

Comércio exterior

Do ponto de vista externo, a economia do país caracteriza-se por déficits estruturais na balança comercial. O desempenho do setor exportador é historicamente fraco devido à baixa diversificação da economia local e à escassez de mão de obra qualificada. As exportações destinam-se principalmente à China, Bélgica e Cingapura.

As importações são diversificadas e compreendem derivados do petróleo, máquinas elétricas, veículos, produtos farmacêuticos (6,5%), entre outros. São provenientes, principalmente, de Côte d'Ivoire (Costa do Marfim), França, Togo e Gana.

O setor industrial do Mali consiste basicamente de pequenas empresas dedicadas ao processamento de algodão e à confecção de têxteis. Cerca de 70% da atividade industrial está concentrada na capital.

Indústria e serviços

A abertura do mercado norte-americano em 2003, quando o Mali recebeu qualificação diferenciada do governo dos EUA, provocou breve crescimento na atividade industrial do país. O setor de serviços é dominado pelo comércio, que responde por 38% da renda.

Petróleo e gás

Não existem reservas comprovadas de petróleo no Mali, sendo o país dependente da importação dos 5,2 mil barris que consome diariamente. Não há reservas comprovadas nem produção de gás natural no país. A matriz energética do Mali é composta por 78% de biomassa, por 21% de derivados de petróleo e por 1% de hidroeletricidade.

Dados macroeconômicos

Em 1992, o Mali – que até o fim da década de 1980 adotou política econômica preponderantemente protecionista – estabeleceu um Acordo de

Ajuste Estrutural com o FMI voltado para três objetivos principais: restabelecimento do equilíbrio das contas internas e externas, saneamento das finanças públicas e promoção do crescimento mediante incentivos ao setor privado.

O Acordo de ajuste permitiu o reescalonamento da dívida externa do país, da ordem de US\$ 3,5 bilhões em 1996. Com base em uma série de acordos com o Clube de Paris e na iniciativa do FMI que visa ao perdão de parte da dívida aos chamados países altamente endividados, o Mali reduziu sua dívida externa para US\$ 2 bilhões em 2007.

Entre 1996 e 2008, o PIB cresceu significativamente (média de 5% ao ano). Há críticas, no entanto, de que a maior parte da população não se beneficiou desse crescimento.

Por ser membro da União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA), o Mali não tem controle direto sobre sua política monetária. Como se sabe, o objetivo principal do Banco Central regional (BCEAO) é controlar a inflação por meio da manutenção de paridade entre a moeda regional (franco da África Ocidental) e o euro (cada euro vale aproximadamente 655 francos). Embora tal opção restrinja a autonomia da política monetária e o desenvolvimento do sistema financeiro local, ela vem se mostrando eficiente para controlar a inflação. Assim como nos outros países da UEMOA, a inflação tem ficado sob controle.

Os efeitos da crise interna sobre a economia malinesa

A crise provocada pelo Golpe de março de 2012 afetou a economia do Mali, cujo PIB conheceu, em 2012, redução de 1,1% de acordo com o FMI. A frágil situação securitária – aliada a outros fatores, como más colheitas – também se traduziu em elevação da taxa de inflação, que atingiu média de 5,4% em 2012, de acordo com o FMI. Nos anos anteriores, o índice ficara sempre abaixo dos 5%.

Deve-se ressaltar, porém, que, pelo fato de os conflitos terem se restringido à porção setentrional do país, a economia, cujas principais atividades se concentram no sul, não foi afetada de maneira muito severa. De acordo com o FMI, o PIB cresceu 4,8% em 2013. Em 2014, novamente de acordo com o Fundo, o crescimento foi da ordem de 7,3%. A inflação, por sua vez, recuou, em 2013, para cerca de 1%. Em 2014, o nível inflacionário foi ainda menor (0,5%). Doações internacionais e empréstimo realizado pelo FMI em janeiro de 2013 estão contribuindo para esse quadro de recuperação econômica.

ANEXOS**Cronologia Histórica**

1898 – A França conquista o Mali, então chamado Sudão Francês.
1959 – Mali e Senegal formam a Federação do Mali, que se separa um ano depois.
1960 – Independência do Mali. Modibo Keïta é o Presidente de um sistema socialista unipartidário.
1968 – Moussa Traoré lidera golpe de Estado contra Keïta e assume o poder.
1977 – Morre o ex-Presidente Keïta. Protestos nas ruas.
1979 – Nova Constituição estabelece eleições, que são vencidas por Traoré.
1985 – Mali e Burkina Faso têm conflito fronteiriço.
1991 – Traoré é deposto.
1992 – Alpha Konaré torna-se o primeiro Presidente democraticamente eleito.
1999 – Ex-Presidente Traoré é condenado à morte por corrupção, mas a pena é comutada em prisão perpétua.
2002 - Amadou Toumani Touré é eleito Presidente.
2002 – França anuncia cancelamento de 40% da dívida do Mali.
2007 - Touré é reeleito para mandato de cinco anos.
2012 – Amadou Toumani Touré é derrubado em Golpe de Estado liderado por oficiais de média patente do Exército (março); movimentos rebeldes toam conta do norte do país.
2013 – Tropas francesas intervêm no país (janeiro).
2013 – Ibrahim Boubacar Keïta (IBK) é eleito (julho e agosto)

Cronologia das Relações Bilaterais

1960: O Brasil reconhece a independência do Mali no dia 7 de outubro.
1962: Brasil e Mali estabelecem relações diplomáticas.
1981: Visita ao Brasil do Presidente Moussa Traoré; Assinatura dos Acordos de Cooperação Cultural, Científica e Técnica e para a criação de uma Comissão Mista.
1996: Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Ibrahim Keïta.
1999: Visita ao Brasil da Ministra das Comunicações, Ascofare Oulematou Tamboura.
Fevereiro/2006: Missão brasileira, composta pelo Diretor do DEC e por técnicos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Embrapa, visita o Mali, para tratar de cooperação na área do algodão.
Mai/2007: Missão técnica do Mali, liderada pela Conselheira Técnica do Ministério da Indústria e Comércio, Madeleine Ba Diallo, visita o Brasil para conhecer centros produtores de algodão.
Outubro/2007: Presidente Lula cria, pelo Decreto n. 623, Embaixada do Brasil no Mali, com sede em Bamako. A Embaixada começa a funcionar efetivamente no segundo semestre de 2008.
Abril/2008: Encontro entre o Ministro Celso Amorim e o Ministro da Economia, Indústria e Comércio do Mali, Amadou Diallo, à margem da XII UNCTAD.
Mai/ 2008: Missão da ABC visita Bamako para apresentar proposta de cooperação no setor de produção de algodão.
Junho/2008: Visita ao Brasil do Ministro de Obras Públicas e Transporte do Mali, Hamed Diané Sémega.
Julho/2009: Início das atividades da Unidade Modelo de Validação e de Demonstração, em Sotuba, direcionadas ao fomento da capacidade produtiva africana na área do algodão.
Agosto/2009: Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Moctar Ouane.
Outubro/2009: Visita a Bamako do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.
Abril/2010: Visita ao Brasil do Presidente Amadou Toumani Touré ao Brasil.
Fevereiro/2011: Abertura da Embaixada malinesa em Brasília.

Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação	
			D.O.U.	Data
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica	07/10/1981	27/02/1986	02/05/1986	
Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica	07/10/1981	19/01/1984	22/11/1990	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	22/10/2009	Aprovado pelo Congresso Nacional em 18/07/2012; aguarda ratificação pelo Mali		

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos - 2 0 1 4

PIB

Crescimento real	5,9%
PIB nominal	US\$ 12,04 bilhões
PIB nominal "per capita"	US\$ 693
PIB PPP	US\$ 27,1 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 1.559

Origem do PIB (2013)

Agricultura	38,5%
Indústria	24,4%
Serviços	37,0%

Balanço de pagamentos

Saldo em transações correntes	US\$ - 1,07 bilhão
Saldo da balança comercial de bens	US\$ - 2,37 bilhões
Reservas internacionais	US\$ 1,26 bilhão

Outros indicadores

Inflação (fim do período)	1,49%
Câmbio (CFAfr / US\$)	492,6

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2014; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014; (3) UN/UNCTAD/ITC/TradeMap January 2015.

Com PIB nominal de US\$ 12,04 bilhões em 2014, Mali posicionou-se como a 126ª economia do mundo. O setor agrícola é o principal ramo de atividade e respondeu por 38,5% do PIB, seguido do setor industrial com 37% e do industrial com 24,4%. Mali apresentou, em 2014, déficit em transações correntes de US\$ 1,07 bilhão. O saldo da balança comercial de bens foi deficitário em US\$ 2,37 bilhões.

Evolução do comércio exterior⁽¹⁾
US\$ milhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2010	2.053	2.717	4.770	-665
2011	2.390	2.723	5.112	-333
2012	2.876	2.703	5.579	173
2013	3.097	3.197	6.294	-100
2014	2.707	3.324	6.031	-618
Var. % 2010-2014	31,9%	22,3%	26,4%	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2014.

(1) Dados de comércio do período entre 2010 e 2013, obtidos através do World Bank e do ano de 2014 através do Banque de France.

(n.c.) Dado não calculado.

O comércio exterior de Mali apresentou, em 2014, crescimento de 26,4% em relação a 2010, de US\$ 4,77 bilhões para US\$ 6,03 bilhões. As exportações no período aumentaram 31,9% e as importações 22,3%. O saldo da balança comercial apresentou-se superavitário somente em 2012, totalizando em 2014 saldo negativo de US\$ 618 milhões.

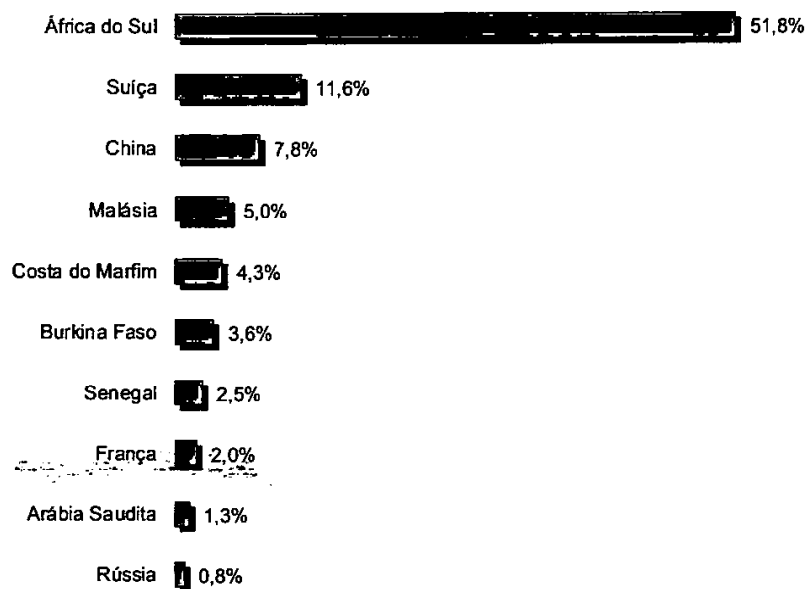
Direção das Exportações
Em %

Descrição	2 0 1 2⁽¹⁾
África do Sul	51,8%
Suíça	11,6%
China	7,8%
Malásia	5,0%
Costa do Marfim	4,3%
Burkina Faso	3,6%
Senegal	2,5%
França	2,0%
Arábia Saudita	1,3%
Rússia	0,8%
...	
Brasil	0,0%
Subtotal	90,7%
Outros países	9,3%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap January 2015.

(1) Última posição disponível em 16/01/2015, no banco de dados da UNCTAD.

10 principais destinos das exportações



As vendas de Mali são direcionadas em grande parte aos países vizinhos da África, que absorveram 64,2% do total em 2012 (última posição disponível em janeiro de 2015); seguidos dos países da Ásia (17,8%) e da Europa (17,6%). Individualmente, a África do Sul foi o principal destino das vendas malinesas com 51,8% do total em 2012. Seguiram-se: Suíça (11,6%); China (7,8%); Malásia (5%); Costa do Marfim (4,3%). O Brasil posicionou-se no 50º lugar entre os compradores do Mali.

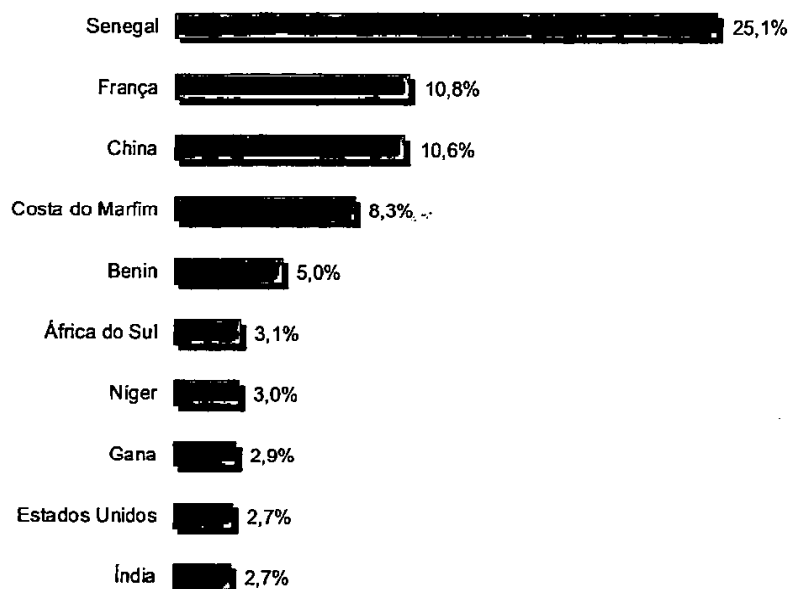
Origem das Importações
Em %

Descrição	2 0 1 2⁽¹⁾
Senegal	25,1%
França	10,8%
China	10,6%
Costa do Marfim	8,3%
Benin	5,0%
África do Sul	3,1%
Níger	3,0%
Gana	2,9%
Estados Unidos	2,7%
Índia	2,7%
...	
Brasil	1,7%
Subtotal	75,8%
Outros países	24,2%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap January 2015.

(1) Última posição disponível em 16/01/2015, no banco de dados da UNCTAD.

10 principais origens das importações



Os países vizinhos da África são também os principais abastecedores do mercado malinês. Em 2012 (última posição disponível em janeiro de 2015), a África somou 51% do total, seguidos da Europa com 22,8% e da Ásia com 19,1%. Individualmente, o Senegal foi o principal fornecedor de bens ao Mali com 25,1% do total. Seguiram-se: França (10,8%); China (10,6%); Costa do Marfim (8,3%); Benin (5%). O Brasil posicionou-se no 13º lugar entre os fornecedores do mercado malinês com 1,7% do total.

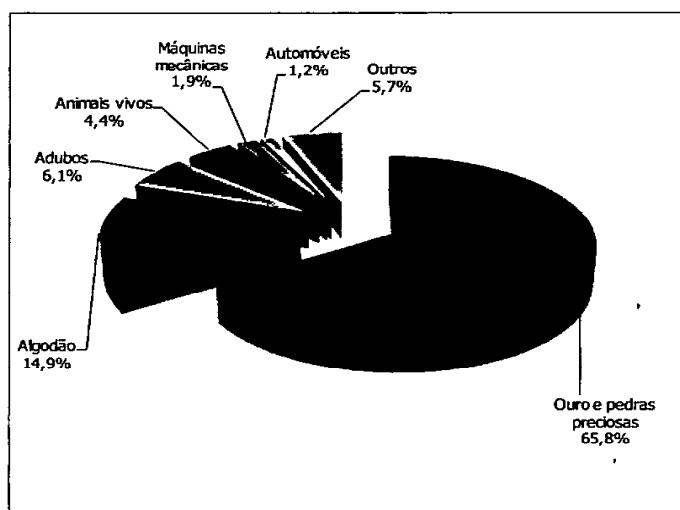
Composição das exportações Em %

Descrição	2012 ⁽¹⁾
Ouro e pedras preciosas	65,8%
Algodão	14,9%
Adubos	6,1%
Animais vivos	4,4%
Máquinas mecânicas	1,9%
Automóveis	1,2%
Subtotal	94,3%
Outros	5,7%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap January 2015.

(1) Última posição disponível em 16/01/2015.

Principais grupos de produtos exportados



A pauta das exportações do Mali é concentrada. Em 2012 (última posição disponível em janeiro de 2015), ouro foi o produto mais exportado pelo país, representando 65,8% do total. Seguiram-se: algodão (14,9%); adubos (6,1%); e animais vivos (animais vivos da espécie bovina, ovina e caprina) com 4,4%.

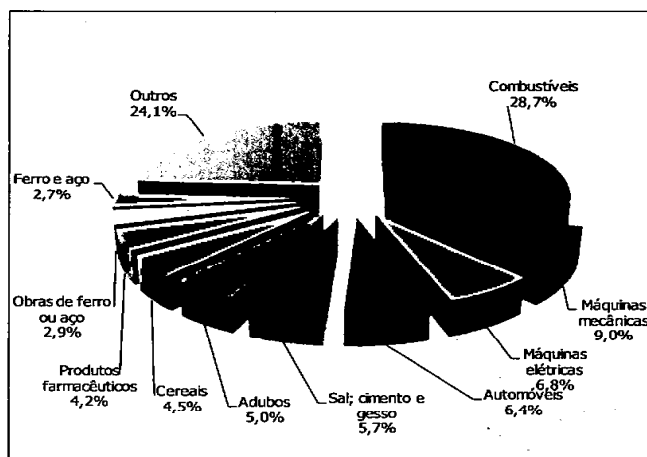
Composição das importações Em %

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾
Combustíveis	28,7%
Máquinas mecânicas	9,0%
Máquinas elétricas	6,8%
Automóveis	6,4%
Sal; cimento e gesso	5,7%
Azubos	5,0%
Cereais	4,5%
Produtos farmacêuticos	4,2%
Obras de ferro ou aço	2,9%
Ferro e aço	2,7%
Subtotal	75,9%
Outros	24,1%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2014.

(1) Última posição disponível em 16/01/2015.

10 principais grupos de produtos importados



A pauta das importações do Mali apresentou-se concentrada em combustíveis e bens com alto valor agregado. Em 2012 (última posição disponível em janeiro de 2015), combustíveis (óleo de petróleo refinado, gases de petróleo e coque de petróleo) foram o principal grupo de produtos da pauta e representou 28,7% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ mil, fob

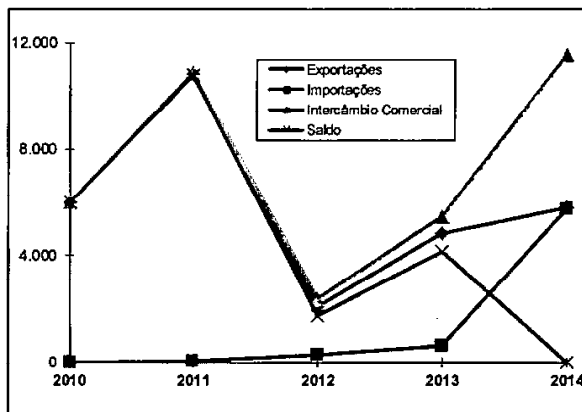
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	
2010	6.013	-37,4%	3	777,6%	6.016	-37,3%	6.010
2011	10.820	80,0%	64	1832,0%	10.884	80,9%	10.757
2012	2.069	-80,9%	312	391,3%	2.381	-78,1%	1.756
2013	4.828	133,4%	656	110,1%	5.484	130,3%	4.172
2014	5.795	20,0%	5.769	779,3%	11.564	110,9%	26
Var. % 2010-2014		-3,6%		(+)		92,2%	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

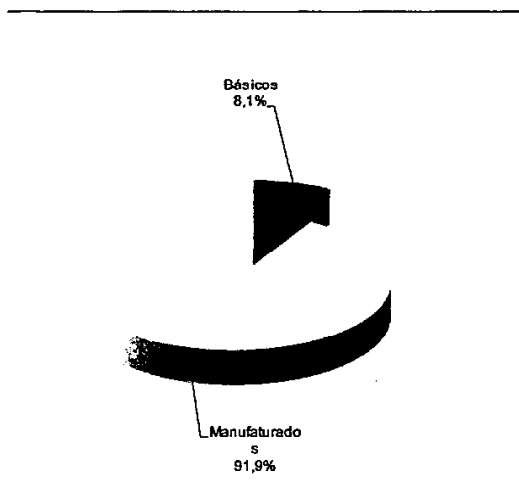
(n.c.) Dado não calculado.

O Mali foi o 158º parceiro comercial brasileiro em 2014. Entre 2010 e 2014, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 92,2%, de US\$ 6 milhões para US\$ 11,6 milhões. Nesse período, as exportações diminuíram 3,6% e as importações aumentaram mais de 1.000%. No período entre 2012 e 2014 o aumento das importações foi da ordem de 1.747%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período em análise, registrou leve superávit de US\$ 26 mil em 2014.



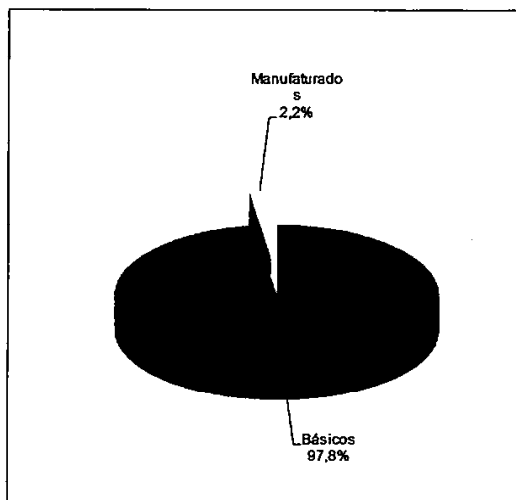
Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2014

Exportações



As exportações brasileiras para o Mali são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 91,9% do total em 2014, com destaque para papel, máquinas mecânicas e elétricas. Os produtos básicos posicionaram-se em seguida com 8,1% (pimenta e carne de frango).

Importações



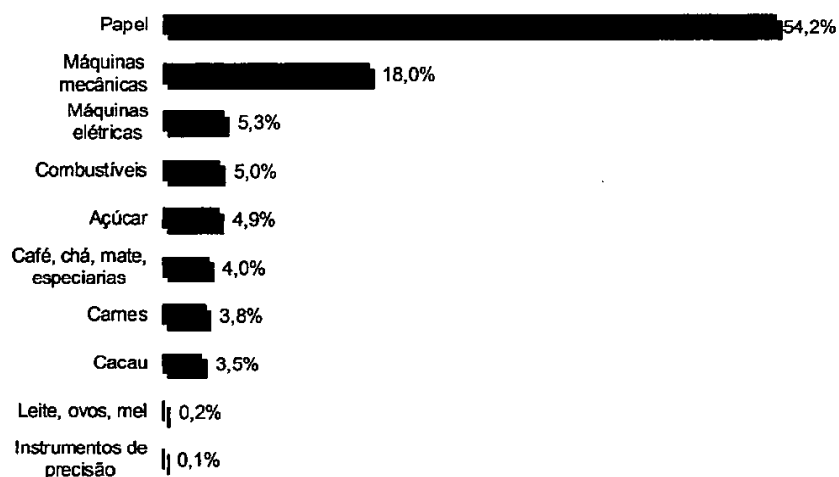
Os produtos básicos somaram 97,8% das importações brasileiras procedentes do Mali em 2014, representados por algodão. Os produtos manufaturados posicionaram-se em seguida com 2,2% (máquinas elétricas).

Composição das exportações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 4	
			Valor	Part. % no total
Papel	0	1.159	3.141	54,2%
Máquinas mecânicas	233	73	1.046	18,0%
Máquinas elétricas	1.200	5	309	5,3%
Combustíveis	0	208	290	5,0%
Açúcar	49	911	284	4,9%
Café, chá, mate, especiarias	357	1.146	233	4,0%
Carnes	0	85	219	3,8%
Cacau	29	0	201	3,5%
Leite, ovos, mel	47	20	13	0,2%
Instrumentos de precisão	152	380	5	0,1%
Subtotal	2.066	3.987	5.740	99,0%
Outros produtos	2	840	55	1,0%
Total	2.069	4.828	5.795	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



Papel (sacos de papel ou cartão) foi o principal produto brasileiro exportado para o Mali. Em 2014, papel representou 54,2% do total das vendas. Seguiram-se: madeira (madeiras compensadas e portas) com 17,6%; máquinas mecânicas (elevadores de carga, bombas de combustíveis/lubrificantes em postos de serviços, carregadoras, pás-carregadoras, partes de máquinas e aparelhos para selecionar substâncias minerais, ventiladores) com 18%; máquinas elétricas (motores elétricos corrente alternada trifásico de 75kw<pot<7500kw, conversores eletrônicos, transformador de dielétrico líquido, conversores elétricos estáticos, resistências elétricas, diodos, partes para aparelhos interruptores de circuito elétrico) com 5,3%; combustíveis (betume de petróleo); açúcar (produtos de confeitaria, bombons, caramelos, confeitos e pastilhas, sem cacau) 4,9%; especiarias (pimenta "piper" seca) com 4%; carne de frango congelada (3,8%).

Aviso nº 87 - C. Civil.

Em 5 de março de 2015.

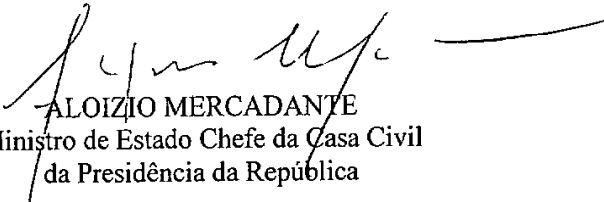
A :
Sei.....
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

Atenciosamente,


ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 11/3/2015

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 10595/2015